



# VALONGO

## PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Valongo, Fevereiro de 2016



## Sumário

I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA	4
II. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	30
III. PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA	60
IV. PLANO DE AÇÃO DE INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	96
V. MODELO DE GOVERNAÇÃO	174



# PEDU

## ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA

## Sumário

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>6</b>
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>7</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO</b>	<b>8</b>
<b>2. ANÁLISE SWOT</b>	<b>18</b>
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	18
PRINCIPAIS AMEAÇAS	18
PRINCIPAIS PONTOS FORTES	19
PRINCIPAIS PONTOS FRACOS	19
<b>3. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS</b>	<b>20</b>
DESAFIOS QUE SE COLOCAM À CIDADE DE VALONGO	20
FATORES CRÍTICOS	20
<b>4. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS</b>	<b>21</b>

## Índice de figuras

FIGURA 1. DENSIDADE CONSTRUÍDA DO EDIFICADO.....	9
FIGURA 2. TAXA DA POPULAÇÃO RESIDENTE JOVEM POR FREGUESIA, NA AMP, EM 2011 .....	10
FIGURA 3. POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, 2011 .....	11
FIGURA 4. POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESTRUTURA ETÁRIA, EM 2011 .....	11
FIGURA 5. NECESSIDADES DE REPARAÇÃO DO EDIFICADO, EM 2011.....	12
FIGURA 6. NÍVEIS DE DIVERSIDADE FUNCIONAL, 2015.....	13
FIGURA 7. PESSOAS AO SERVIÇO POR FREGUESIA, 2013 .....	14
FIGURA 8. MOVIMENTOS PENDULARES E ENTRADAS, POR CONCELHO, EM 2011 .....	15
FIGURA 9. FICHA ESTATÍSTICA SÍNTESE DO CONCELHO E DA CIDADE DE VALONGO .....	17
FIGURA 10. MODELO TERRITORIAL DO PROT-N .....	22

## Siglas e abreviaturas

ARU – Área de Reabilitação Urbana

ARUEAV – Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo

EIDT – Estratégica Integrada de Desenvolvimento Territorial

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território da região Norte

## 1. Enquadramento

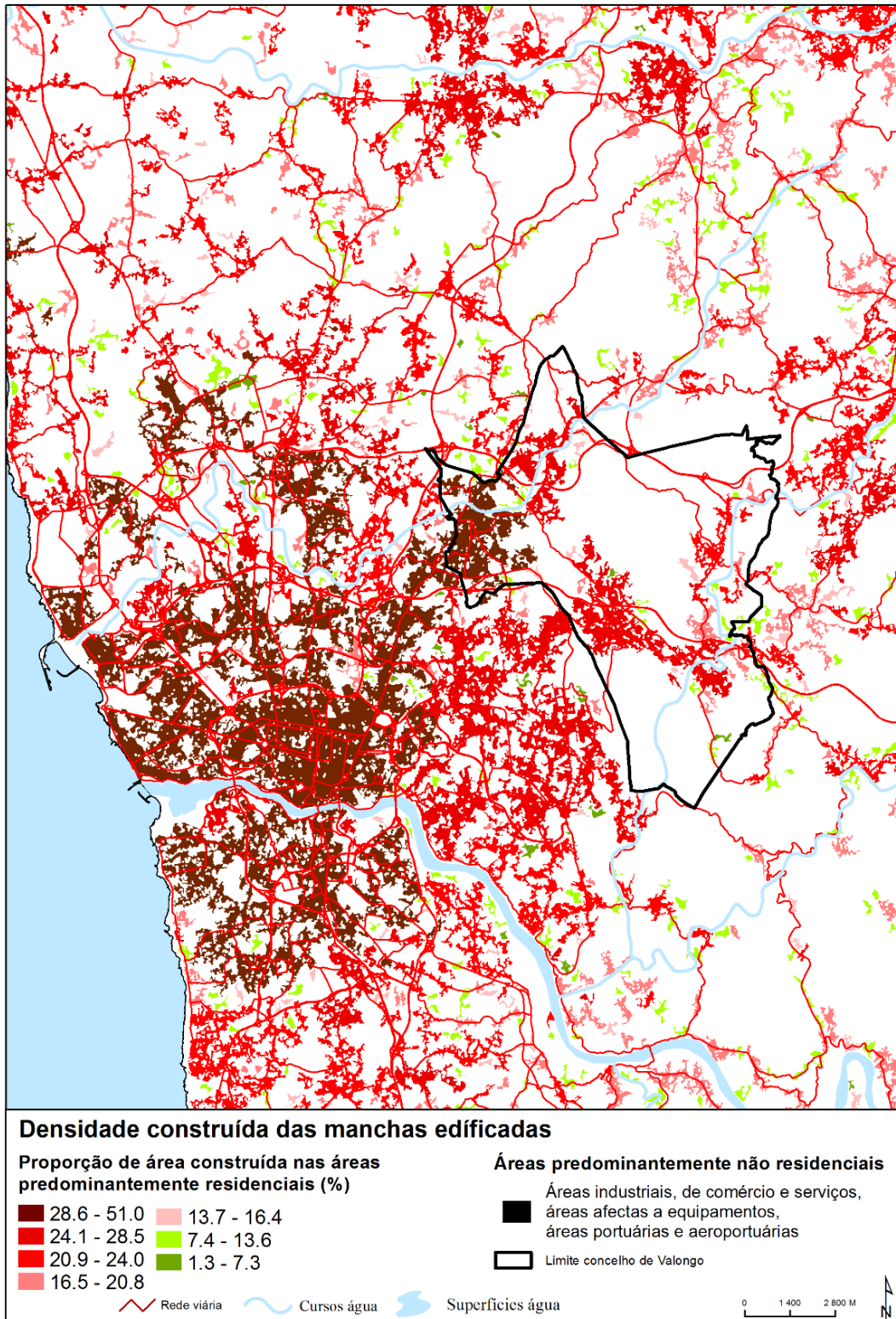
O concelho de Valongo com 95 mil habitantes possui características próprias dentro do contexto da área metropolitana (AM), com um modelo de povoamento concentrado em torno de três cidades de forte peso demográfico (Valongo, Ermesinde e Alfena), e um território de maior dispersão ao longo do Rio Ferreira e na transição para Paredes – as vilas de Campo e Sobrado. A cidade de Valongo tem 24 mil habitantes (25% da população concelhia), a cidade de Ermesinde tem 39 mil, e Alfena é atualmente uma importante área de expansão do eixo logístico Leixões-Aeroporto. As três cidades apresentam um forte perfil residencial no contexto metropolitano.

Assim, Valongo apresenta-se como um território em processo de densificação e qualificação em torno de um modelo polinucleado, predominantemente residencial e com múltiplas dependências funcionais metropolitanas, sobretudo do Porto. A integração no *continuum* urbano da Cidade-conurbação do Porto, estabelecida no PROT Norte, evidencia esta posição de dependência, mas também de complementaridade, beneficiando da coordenação e da promoção dos recursos e dinâmicas socioeconómicas dos concelhos que constituem este núcleo central da AMP (municípios de Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia).

As dinâmicas populacionais desde 1991 até ao último censo evidenciam uma Área Metropolitana do Porto com um crescimento demográfico generalizadas para quase todos os concelhos. O concelho de Valongo teve, particularmente, um papel determinante para este crescimento populacional, com uma variação positiva de 21%. Se analisarmos as dinâmicas de Valongo verifica-se um aumento populacional progressivo (74172 habitantes em 1991, 86005 habitantes em 2001 e 93858 habitantes em 2011). Esta atratividade residencial do concelho deve-se quer à sua inserção na AMP quer pela sua conectividade privilegiada no contexto regional, dispondo de acessibilidades viárias e ferroviárias que permitem uma ligação rápida a importantes infraestruturas produtivas, como o Aeroporto Sá Carneiro ou o Porto de Leixões, bem como às principais centralidades metropolitanas, especialmente à cidade do Porto.

Acompanhando esta evolução positiva, registou-se entre 2001 e 2011 um aumento do nº de edifícios (17246 em 2001 e 18475 em 2011, o que se traduz numa variação de 7%) e do nº de alojamentos (33470 em 2001 e 40445 em 2011). Valongo dentro da AMP tem vindo a assumir, um perfil predominantemente residencial, apresentando um espaço construído mais ou menos fragmentado (Figura 1), em que índices de densificação elevados alternam com bolsas expectantes, num quadro de uma relativa desvalorização do espaço público e de escassez de serviços e equipamentos de apoio.

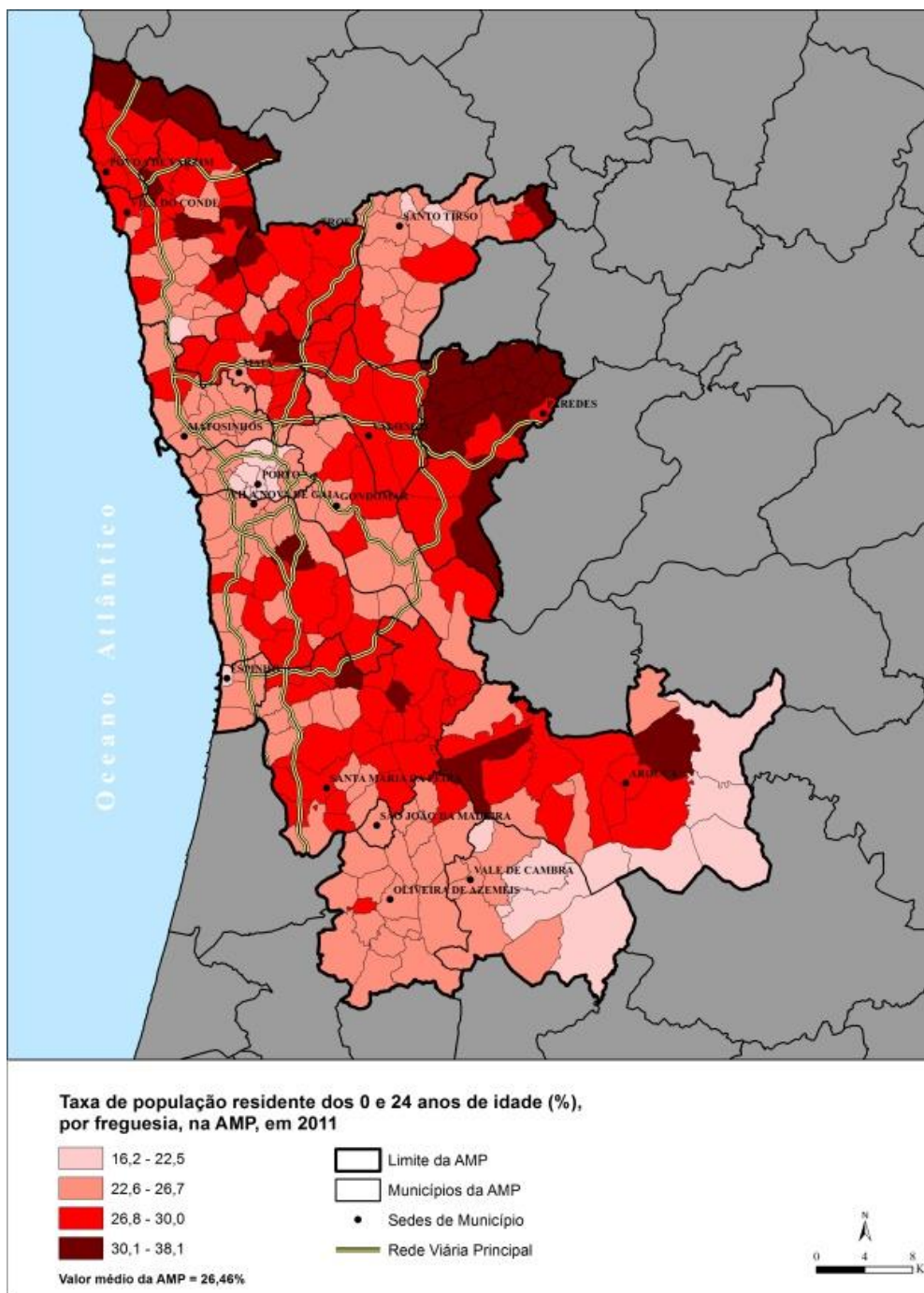
Figura 1. Densidade construída do edificado



Fonte: CEGOT.UP

Em determinados territórios, a excessiva dispersão da mancha urbana e a fragmentação do tecido edificado, gera espaços de relativa segregação socioespacial, com destaque para os empreendimentos de habitação social, localizados muito frequentemente em zonas periféricas do concelho. O concelho de Valongo possui uma população marcadamente jovem e em idade ativa (28% e 44% da população residente em 2011, respetivamente) (Figura 2 e Figura 4).

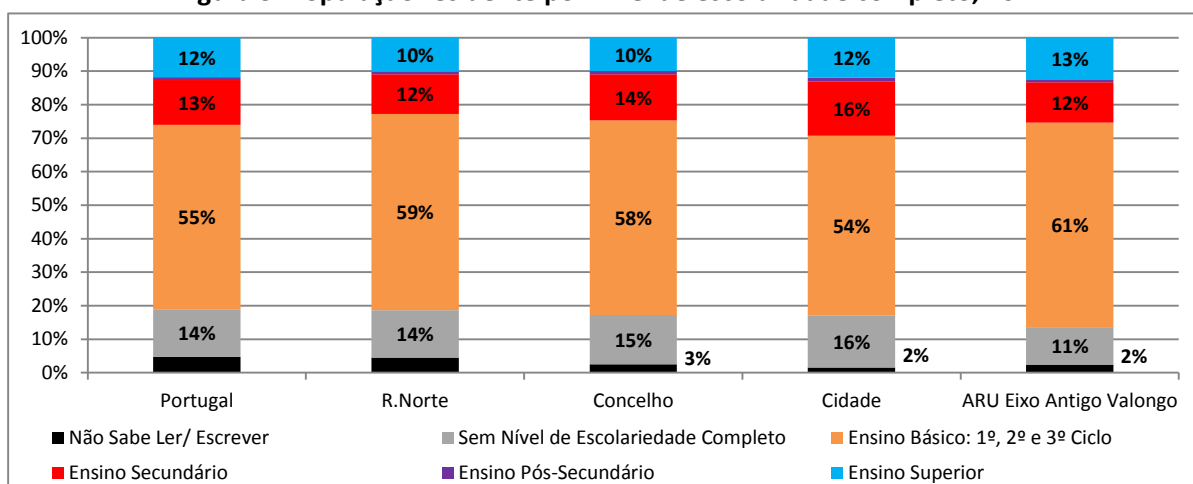
**Figura 2. Taxa da população residente jovem por freguesia, na AMP, em 2011**



Fontes: CAOP 2012.1 (IGP); Censos 2011 (INE); CEGOT/UP

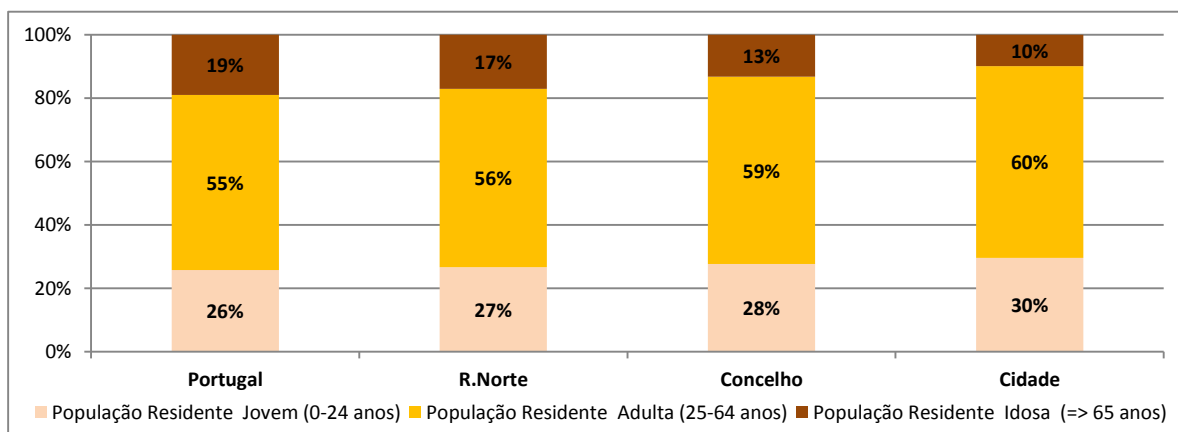
Em termos de escolaridade, a população residente tem níveis de qualificação baixos (58% da população residente possuía, em 2011, o ensino básico, sendo que apenas 10% possuía formação superior) (Figura 3). Todavia registou-se a nível municipal uma redução do nº de analfabetos (de 3799 em 2001 para 2356 em 2011) e um aumento da população com ensino superior (uma taxa de variação acima dos valores da AMP e do país). Continua a evidenciar-se debilidades relativas nos índices de qualificação da população residente, por confrontação com as áreas mais qualificadas da AMP, e Insuficiências de respostas sociais, designadamente equipamentos, serviços e atividades destinados à ocupação dos tempos livres e à qualificação e formação profissional de jovens e adultos jovens.

**Figura 3. População residente por nível de escolaridade completo, 2011**



Apesar da cidade de Valongo concentrar apenas 25% da população concelhia (Ermesinde representa 41%), apresenta uma dinâmica demográfica favorável, uma vez que registou um aumento populacional de 28% entre 2001 e 2011 (face aos 9% do concelho) e 30% da sua população é jovem (Figura 4). No entanto, à semelhança do concelho, na cidade de Valongo na última década verificou-se um aumento relativo da população idosa, representando em 2011 10% da população total.

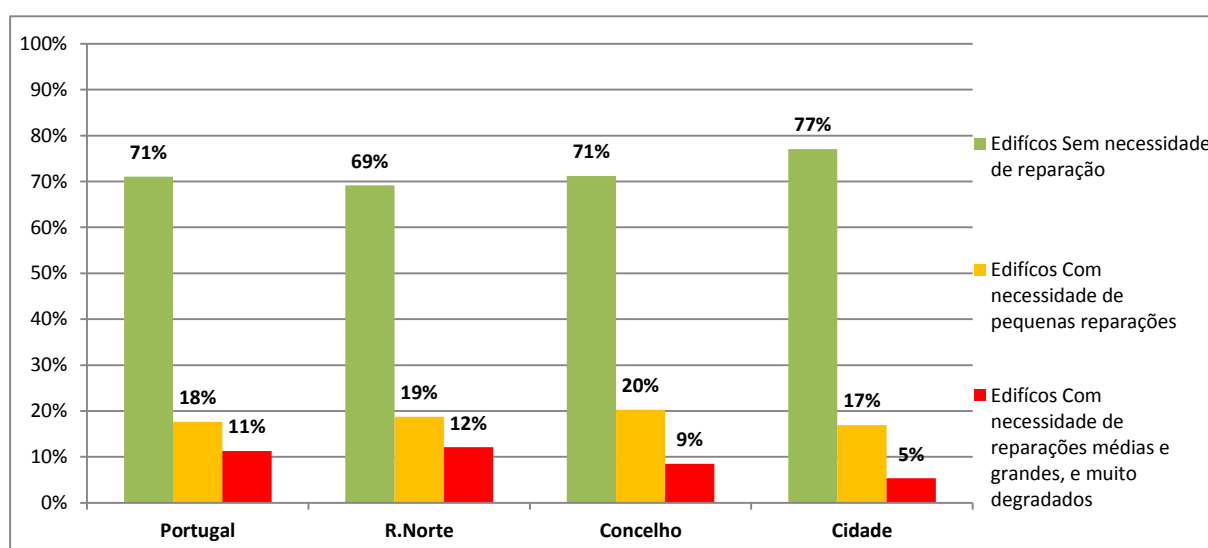
**Figura 4. População residente por estrutura etária, em 2011**



O modelo de desenvolvimento vê-se confrontado com a baixa escolaridade, o desemprego, associado ao crescimento do endividamento das famílias e ao aumento das situações de carência económica e de vulnerabilidade social. Em termos gerais, a população residente na cidade continua a ter uma baixa escolaridade (56% da população).

O parque habitacional da cidade de Valongo aumentou, registando um aumento do nº de edifícios de 18% de 2001 para 2011, com 60% do seu edificado construído após 1980. É na cidade de Valongo que se concentra 39% dos alojamentos vagos e 18% do edificado degradado do concelho (22% do edificado apresenta necessidades de reparação, Figura 5).

**Figura 5. Necessidades de reparação do edificado, em 2011**

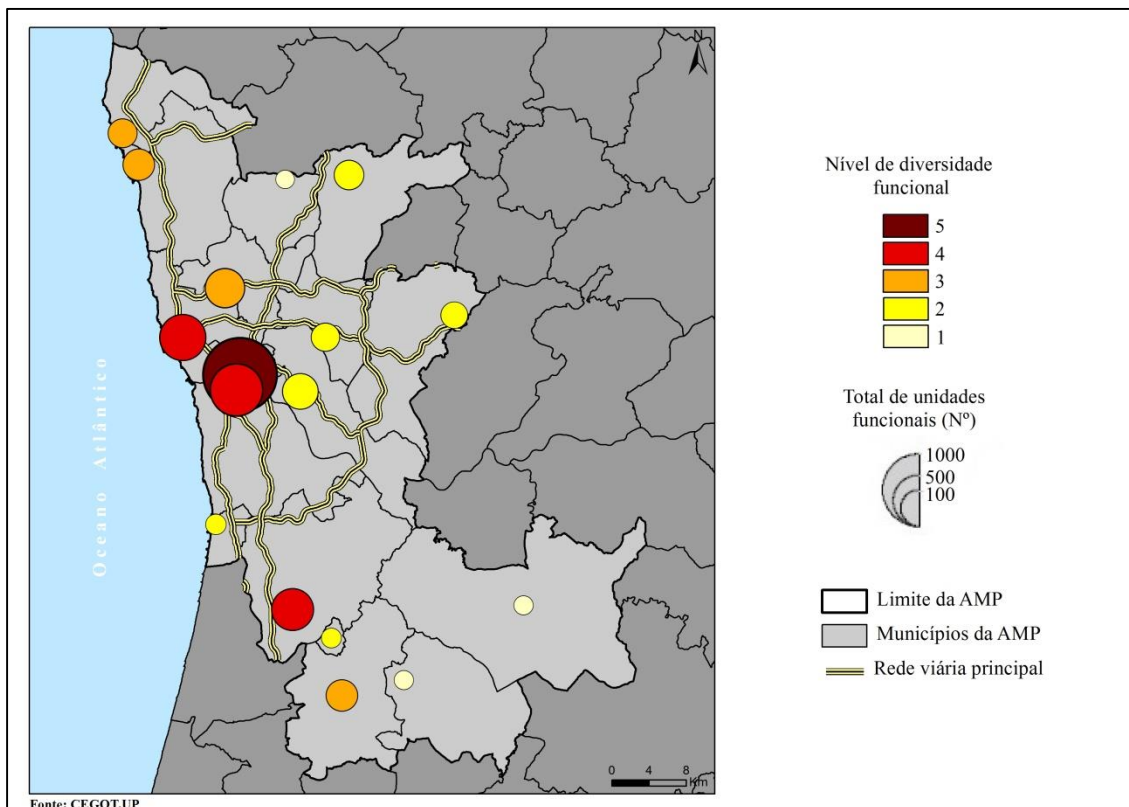


Em termos económicos, este concelho usufrui de uma conectividade privilegiada no contexto regional, dispondo de acessibilidades viárias e ferroviárias que possibilitam uma ligação rápida a relevantes infraestruturas, como o Aeroporto Sá Carneiro ou o Porto de Leixões, bem como à cidade do Porto.

Do ponto de vista produtivo, uma vez que o concelho desempenha uma função predominantemente residencial, apresenta uma estrutura empresarial centrada em torno da atividade comercial e de serviços, mas onde se destacam também algumas atividades ligadas à Indústria Transformadora. O concelho regista graves problemas em termos de desemprego, assinalando uma taxa de desemprego de 20% em 2011. O setor terciário tem um papel importante na economia do concelho, uma vez que emprega 71% da população residente (21% da população trabalhava em 2011 no comércio). Todavia, no âmbito do núcleo central metropolitano, este concelho (juntamente com Gondomar) apresenta uma estrutura funcional relativamente mais frágil, que o concelho do Porto, Matosinhos e Vila Nova

de Gaia, evidenciando uma dualização metropolitana (sector ocidental / sector oriental) muito referenciada (Figura 6).

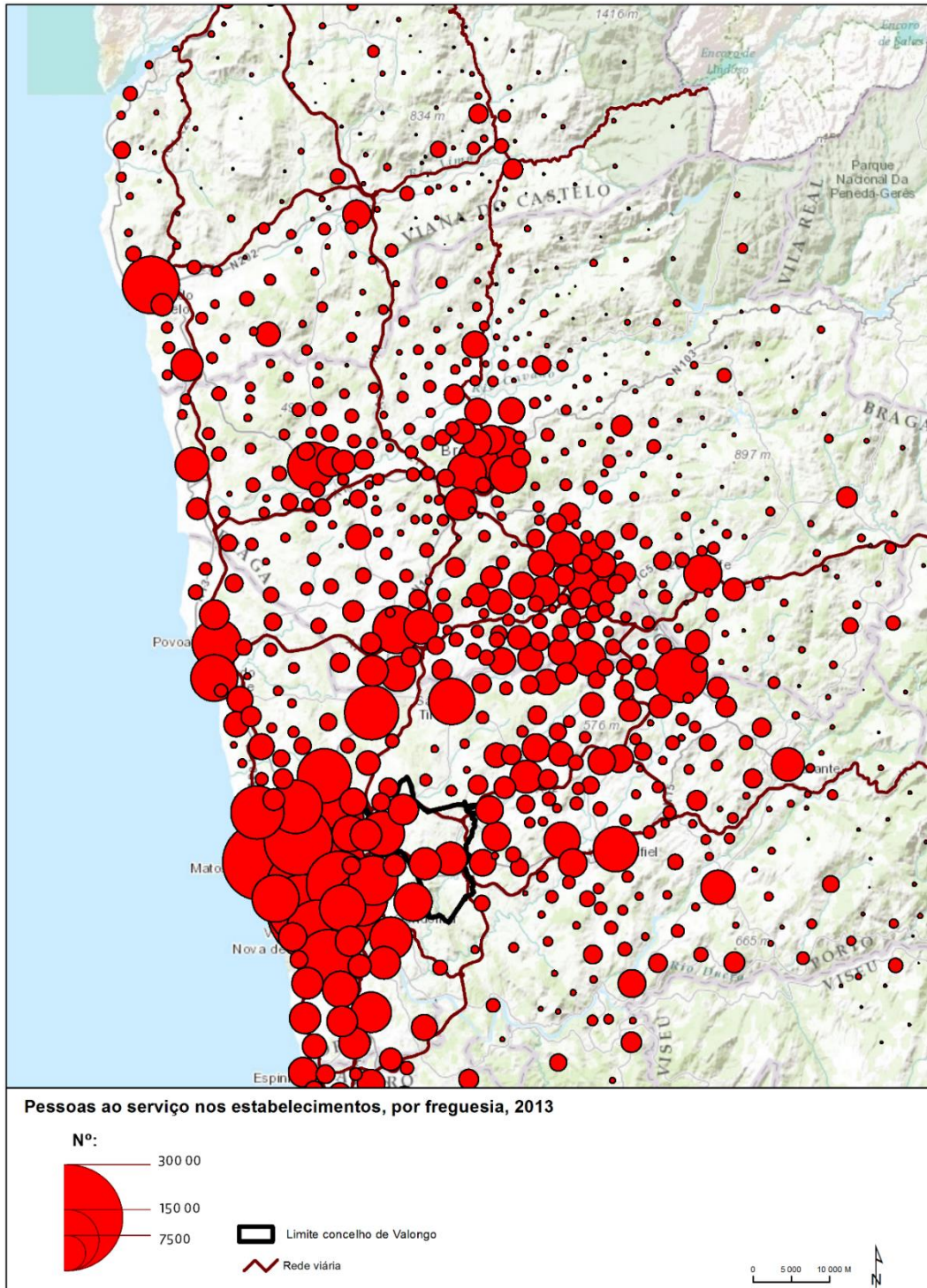
**Figura 6. Níveis de diversidade funcional, 2015**



No âmbito da AMP, o investimento público municipal em Valongo não qualificou suficientemente a cidade, baixando o nível de exigências de qualidade de vida dos residentes relativamente a outros territórios metropolitanos.

Na cidade de Valongo caracteriza-se pelo seu perfil predominantemente residencial e a sua zona central representa a sua principal centralidade económica e social, constituindo-se como o principal pólo aglutinador das dinâmicas urbanas, onde se concentram as atividades económicas e cívicas mais representativas (comércio, serviços públicos, serviços administrativos, escolas, equipamentos de saúde e de desporto, etc) e, simultaneamente, a sua referência urbana mais identitária (o "Eixo Antigo", em torno da EN15 que liga à cidade do Porto). Apesar de Ermesinde ser a cidade com maior capacidade de polarização no concelho, a freguesia de Valongo, em 2013, concentrava 25% do total de estabelecimentos empresariais, que empregavam 20% das Pessoas ao Serviço (Figura 7). É ainda de destacar que em 2014 centralizava 52% do emprego público de concelho.

Figura 7. Pessoas ao serviço por freguesia, 2013

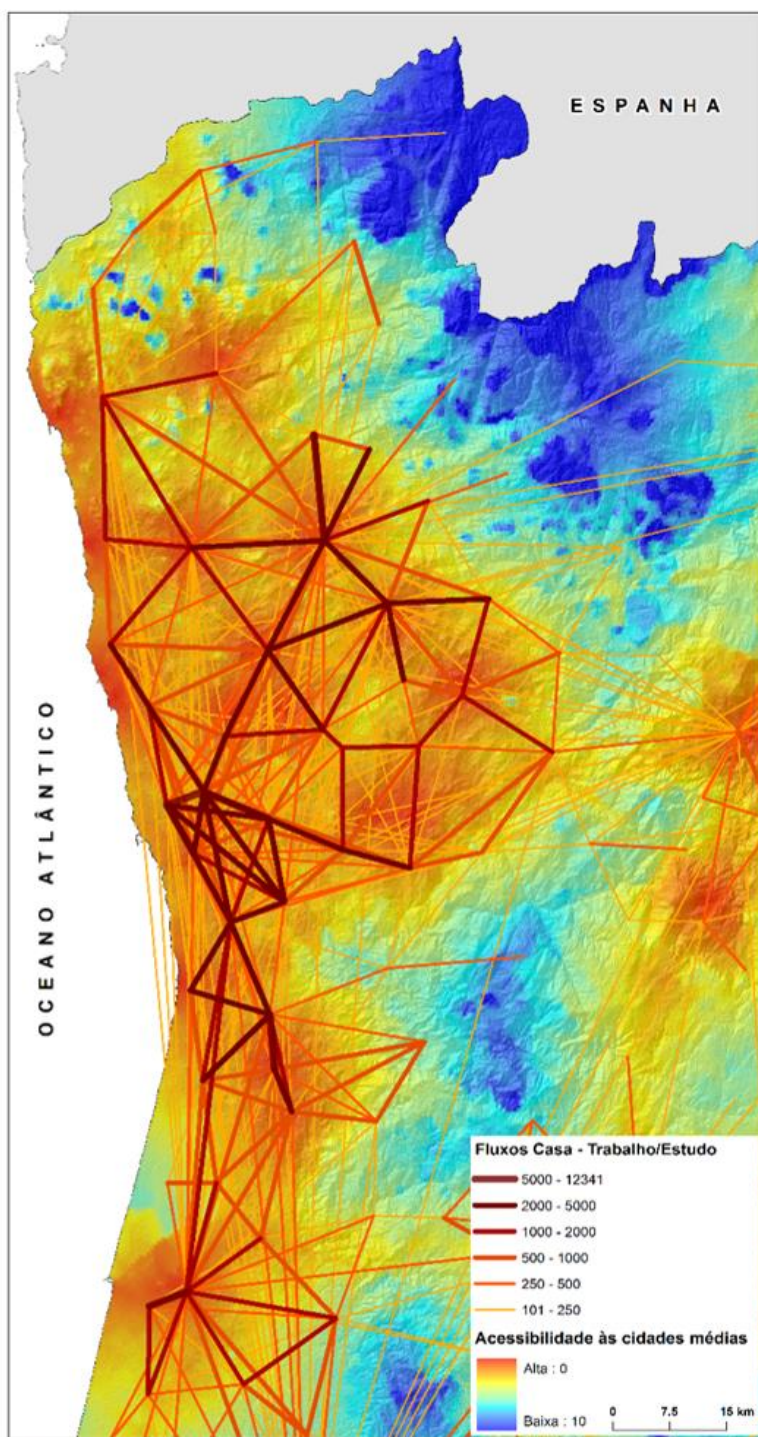


Fonte: Quadros de Pessoal - MTSS (2013); CEGOT.UP

Em termos da mobilidade, o concelho de Valongo apresentava em 2011 (Censos INE) cerca de 48% das viagens diárias casa-trabalho/escola para fora do concelho, o que demonstra a excessiva dependência dos residentes do emprego externo, localizado nos concelhos vizinhos: 27 mil viagens diárias (48%)

eram estabelecidas para fora do concelho, sobretudo para o Porto (19% do total geral), Maia (10%), Matosinhos (5%) e Gondomar (4%). Esta dependência externa está fortemente relacionada com a importância do comboio (12% de todos os movimentos para fora) e do transporte coletivo rodoviário (19% das viagens pendulares para fora do concelho) (Figura 8).

**Figura 8. Movimentos pendulares e entradas, por concelho, em 2011**



Fontes: Recenseamento da população; cálculos próprios

Nos movimentos internos (52% do total de movimentos), 37% das deslocações pendulares estabelecem-se no interior da própria freguesia, o que explica que os movimentos para outras freguesias do concelho sejam irrisórios (apenas 15%). Estes valores demonstram a fraca troca de movimentos internos no concelho. A inexistência de transportes urbanos rodoviários explica de certa forma a alta importância dos movimentos pendulares intraconcelhios “a pé” (31%) e o baixo nível da utilização do transporte público (13%).

Existe uma fraca dependência do uso do “carro próprio” (55% do transporte motorizado individual nas viagens pendulares intraconcelhias e 68% para fora), refletindo de certa forma a estrutura social do concelho (o peso das famílias de rendimentos mais modestos), a importância do serviço ferroviário da CP e o perfil residencial da cidade. Estes valores são claramente baixos no contexto metropolitano.

Dada a importância dos movimentos “a pé” é estratégico a nível intraurbano apostar de uma forma significativa no conforto e na segurança destes movimentos, através da melhoria da respetiva infraestrutura.

Considerando apenas as viagens internas à Cidade de Valongo (freguesia), a repartição modal apresenta valores de 11% para o transporte público (TP), uma utilização do transporte individual (TI) maior do que a média do concelho (62%) e uma quota significativa das deslocações ‘a pé’ (27%), o que significa que a qualificação do espaço pedonal deverá ser uma aposta acertada, em paralelo com a resolução de aspetos da acessibilidade inclusiva. Relativamente à Cidade de Ermesinde (CE), os valores são ainda mais expressivos do equilíbrio da repartição modal e da importância do ‘a pé’.

Face ao peso da população concentrada nas duas cidades e ao relativo equilíbrio da repartição modal, parece evidente que a questão principal relativa a este ciclo de investimentos públicos deverá jogar-se na qualificação dos espaços de circulação pedonal e de interface, designadamente com o comboio.

Figura 9. Ficha Estatística Síntese do Concelho e da Cidade de Valongo

<b>EDIFICADO E ALOJAMENTO HABITACIONAL</b>	<b>Concelho</b>	<b>Cidade</b>
Nº Total Edifícios Clássicos 2001	17 246	3 534
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	18 475	4 169
Taxa Variação Edifícios Cláss. 2001-2011	7%	18%
Nº Edifícios Exclusivamente Residenciais 2011	17 041	3 834
Nº Edifícios Multifuncionais 2011	1 434	335
Nº Edifícios Construídos até 1980 (2011)	8 904	1 700
Nº Edifícios Construídos depois 1980 (2011)	9 571	2 469
Nº Edifícios Degradados 2011 *	5 325	956
<hr/>		
Nº Total Alojamentos 2001	33 470	7 821
Nº Total Alojamentos 2011	40 445	10 791
Taxa Variação Alojamentos 2001-2011	21%	38%
Nº Alojamentos Vagos 2011	3 927	1 539
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	4 697	1 165
Nº Alojamentos Familiares 2011	40 413	10 785
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	30	7
Nº Alojamentos Familiares Clássicos 2011	40 383	10 778
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual 2011	33 802	8 627
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Secundária 2011	2 654	612
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Proprietário 2011	24 207	6 563
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Arrendatário 2011	7 397	1 641
<hr/>		
<i>(*) Edifícios degradados - edifícios com necessidades de pequenas, médias e grandes reparações e edifícios muito degradados do INE</i>		
<b>POPULAÇÃO E ESCOLARIEDADE</b>		
População Residente 2001	86 005	18 698
População Residente 2011	93 858	23 925
Taxa Variação Pop. Resid. 2001-2011	9%	28%
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	26 019	7 089
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	55 353	14 465
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	12 486	2 371
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	2 352	373
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	54 478	12 819
População Residente Ensino Secundário 2011	12 981	3 885
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	852	258
População Residente Ensino Superior 2011	9 374	2 863
Pop. Resid. Sem Nível de Escolariedade Completo 2011*	13 821	3 727
<hr/>		
<i>(*) Pop. Resid./nível Escolarid. Completo = Pop. Residente-(Não sabe ler/escrever+ensino básico+secundário+pós-secund.+superior)</i>		
<b>POPULAÇÃO RESIDENTE ATIVA</b>		
População Residente Reformada /Pensionista (2011)	16 460	3 253
População Residente Ativa (2011)	48 070	13 029
População Residente Desempregada (2011)	8 138	2 094
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego (2011)	1 395	339
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego (2011)	6 743	1 755
Taxa Desemprego	17%	16%
População Residente Empregada (2011)	39 932	10 935
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário (2011)	140	29
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário (2011)	11 383	2 786
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário (2011)	28 409	8 120
<hr/>		
<b>EMPREGO E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>		
Emprego Privado		
Nº Estabelecimentos 2013	2 272	570
Nº Pessoas ao Serviço 2013	15 563	3 174
Nº Pessoas ao Serviço com Ensino Superior 2013	1 856	408
Emprego Público		
Nº Pessoas Emprego Público 2014	2 141	1 120

## 2. Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- Existência de património natural único na AMP (Serras do Porto), de interesse nacional e comunitário.
- Inserção na Área Metropolitana do Porto, beneficiando do acesso ao respetivo mercado, e boa conectividade às principais centralidades e *facilities* metropolitanas.
- A crescente procura de atividades de lazer e bem-estar, de turismo ativo e de desporto aventura, especialmente na proximidade de espaços urbanos, em complementaridade com a oferta do destino Porto.
- A valorização dos produtos de origem e de identidade, e a relevância crescente da Alimentação e da Gastronomia, quer no que respeita à Saúde quer quanto ao Turismo.
- A relevância estratégica que na atualidade assumem os processos de inovação urbana, nomeadamente no que respeita à adoção de abordagens de natureza empreendedora e *lean*.

### Principais Ameaças

- Valongo na AMP, tem uma imagem de cidade periférica desqualificada.
- No âmbito da AMP, o investimento público municipal em Valongo não qualificou suficientemente a cidade, baixando o nível de exigências de qualidade de vida dos residentes relativamente a outros territórios metropolitanos.
- A periferização da cidade de Valongo face às tendências de incremento das economias de aglomeração no núcleo central da AMP.
- A tendência de saída de jovens qualificados, confrontados com falta de oportunidades no mercado de trabalho local e/ou pela atratividade que espaços urbanos concorrenciais na sua proximidade oferecem.
- Dificuldade em relançar a zona industrial de Campo (solo privado) num quadro de valorização das potencialidades logísticas da zona.
- Excessiva dependência do mercado de emprego dos concelhos mais centrais da área metropolitana.

### Principais Pontos Fortes

- Tecido urbano consolidado e antigo, com elementos de coesão urbana, morfológica e territorial.
- Grau de arborização do espaço público nas urbanizações residenciais e qualidade da infraestrutura das circulações.
- Existência de forte e reconhecida tradição, *know-how* e produção no setor da Padaria e Biscoitaria, com relevante concentração no centro histórico.
- Serra de Santa Justa e Pias inserida na nova oferta do Parque das Serras do Porto.
- Vitalidade demográfica, atestada pelo significativo crescimento populacional e pela relativa juventude da população residente, no quadro regional.
- Recursos ambientais, patrimoniais e culturais, possibilitando novas apostas em matéria de criação de negócios e promoção do emprego.
- Herança e identidades fortes em torno de referenciais identitários associado à 'serra', ao pão, à regueifa e ao biscoito, aos brinquedos tradicionais, entre outros.

### Principais Pontos Fracos

- Degradação de alguns espaços urbanos desqualificam a imagem da cidade.
- Espaços públicos com níveis deficitários de conforto e qualificação ambiental.
- Setor comercial da cidade está muito envelhecido e com limitações financeiras.
- Atividade económica com vitalidade insuficiente para assegurar níveis mais sustentados de emprego dos residentes.
- Níveis baixos de qualificação da população residente, por confrontação com as áreas mais qualificadas da AMP.
- Dispersão da mancha urbana potencia a segregação socioespacial.
- Insuficiência de respostas sociais (equipamentos, serviços e atividades) destinados à ocupação dos tempos livres e à qualificação e formação profissional de jovens e adultos jovens.
- Tráfego excessivo na EN15 que atravessa o centro de Valongo
- Espaço público afeto à circulação automóvel é demasiado elevado por sobredimensionamento das vias.

### 3. Desafios e Fatores Críticos

#### Desafios que se colocam à cidade de Valongo

- Qualificar Valongo como cidade arborizada e ancorada no património florestal e natural, sustentada numa mobilidade suave e inclusiva.
- Sensibilizar os proprietários, locatários e investidores privados para a importância e os benefícios materiais e sociais da reabilitação urbana.
- Gerar capacidade endógena para criar emprego, fixar população e dinamizar a oferta comercial e de serviços na cidade, e particularmente no Centro Histórico, vivificando este espaço e conferindo-lhe funções direcionais centrais.
- Afirmar-se como porta de entrada no Parque das Serras do Porto, concentrando um conjunto de funções qualificadas e gerando novas oportunidades de negócio na cidade;
- Potenciar os seus fatores de identidade, a partir da geração de dinâmicas económicas e sociais que mobilizem os residentes, reforcem o seu sentimento de pertença e induzam novos fluxos de visitantes e uma nova imagem metropolitana.
- Qualificar a população residente e promoção da respetiva empregabilidade, fixando-a profissionalmente no concelho e mobilizando-a para a modernização e desenvolvimento da atividade económica.
- Consolidar uma identidade forte em torno do concelho e do seu património, capaz de favorecer processos de desenvolvimento social e urbano de base comunitária.
- Requalificar e dinamizar económica e sociocultural das áreas desfavorecidas, designadamente dos bairros sociais mais periféricos, e sua integração na vida e dinâmica gerais da comunidade englobante.
- Promover um conceito mais sedimentado de cidade, contrário ao 'dormitório' e à suburbanização que imperou durante décadas no modelo de desenvolvimento de Valongo.

#### Fatores Críticos

- A fragilidade da disponibilidade financeira e da confiança com a consequente mitigação do investimento;
- A articulação dos diversos programas de ação urbanística, de modo a potenciar os efeitos resultantes das diversas complementaridades (difusão de dinâmicas de regeneração nas suas envolventes).

- A promoção de competências empreendedoras junto da população, e atrair investimentos (públicos e privados) que funcionem como alavancas para dinamizar novas oportunidades locais;
- Potenciar as suas vocações e vantagens competitivas no quadro da Área Metropolitana do Porto, valorizando as dimensões de lazer e bem-estar que poderá oferecer;
- O envolvimento dos agentes económicos, culturais e sociais na construção e promoção da identidade concelhia, com vista à sua sedimentação e ao desenvolvimento do seu potencial em matéria de dinamização económica e cultural e de regeneração urbana e social.
- A priorização da aposta na coesão social e territorial e afirmação de uma liderança capaz de envolver e coordenar os múltiplos parceiros e interesses implicados na estratégia de desenvolvimento urbano traçada.
- A concretização de investimentos decisivos em matéria de requalificação do espaço público e de constituição de equipamentos-âncora capazes de alavancar as apostas estratégicas do Município e, em particular, a dimensão qualificante e empregadora que a elas se pretende associar.

#### 4. Estratégia e Objetivos

Segundo o PROT-Norte, dar resposta aos objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade da região passa por uma aposta na atratividade e na qualidade de vida urbana, reforçando as especificidades e a cooperação interurbana.

Em termos de oferta de funções urbanas, o diagnóstico realizado pelo PROT-N e a sua atualização pela EIDT para a AMP, demonstram que existe na AMP um sistema urbano polinucleado, com uma oferta urbana hierarquizada. Os níveis e a qualidade dos serviços, nomeadamente os públicos, têm níveis de oferta muito heterogénea, tendo em consideração as necessidades atuais e os desafios futuros.

Seguindo o PROT, a EIDT aposta na qualificação da Aglomeração Urbana do Porto (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia), através da densificação, da multifuncionalidade e da valorização urbana, contrariando a fragmentação social e económica intraurbana. Neste contexto, Valongo e Gondomar têm sido preteridos em termos de políticas públicas face aos concelhos do sector ocidental (Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia).

Na EIDT considera-se que no território metropolitano evidenciam-se diferentes problemas que deviam configurar intervenções diversificadas e integradas. A EIDT incentiva modelos urbanos mais adaptados ao envelhecimento demográfico, aos efeitos adversos das alterações climáticas, e à necessidade de promover-se a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar. Recomenda ações no âmbito do urbanismo para a redução das emissões de carbono, a melhoria do ambiente urbano, a promoção da mobilidade urbana sustentável, o reforço da requalificação patrimonial e cultural e a inclusão social.

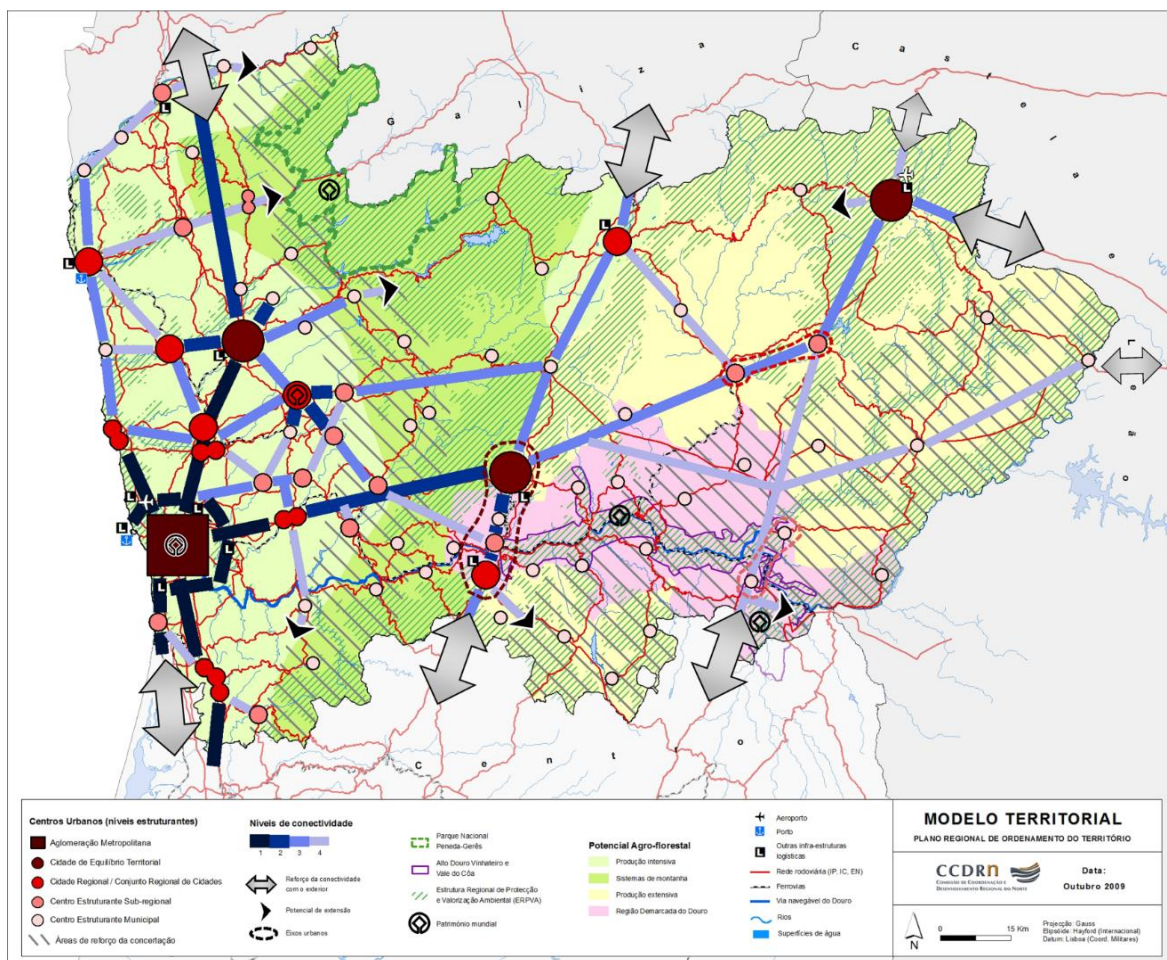
Para o PROT-N, as cidades devem constituir-se enquanto espaços ativos de competitividade, cidadania e qualidade de vida. O PEDU de Valongo na sua estratégia vai privilegiar nomeadamente as seguintes orientações do PROT-N (pág 131-132):

- As cidades devem constituir-se enquanto espaços favoráveis à criatividade e à inovação com base nos recursos que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organização que promovem ou estabelecem.
- As cidades devem constituir espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo os fatores geradores de exclusão.
- As cidades devem ser espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação e aos equipamentos e serviços.
- A regeneração urbana dos centros históricos das cidades e dos bairros degradados, deve sustentar-se em ações públicas e apoio às iniciativas dos particulares.
- Nas áreas centrais ou históricas, deve fomentar-se a implantação de atividades comerciais e de serviços inovadores, visando o reforço da atratividade urbana e a valorização dos tecidos urbanos antigos e a qualidade histórica e patrimonial.

Em termos de mobilidade, o conjunto de atuações propostas visam sobretudo o equilíbrio da repartição modal, a sustentabilidade do sistema de transportes públicos e a promoção da multimodalidade no quadro intraurbano, questões a que o PROT-n dá especial relevo. Tendo este instrumento de planeamento regional considerado como prioritária a modernização da Linha do Douro até à Régua, é natural que a extensão do serviço ferroviário dos ‘urbanos’ possa ajudar a alargar o mercado de emprego da população residente em Valongo.

Por seu lado, na estratégia EIDT prevista para a AMP há uma especial preocupação com as atuações capazes de gerarem «mais passageiros nos transportes públicos e mais sustentabilidade ambiental, económica e financeira», assim como com a ‘melhoria da atratividade dos centros urbanos qualificando-os e reduzindo a presença automóvel...». Para o que contribuirão muito especialmente duas ações propostas, ou sejam, o incremento da infraestrutura pedonal nas cidades e a qualificação das interfaces rododiferroviárias. De realçar ainda que a concretização de uma solução, ainda que provisória, para o problema do tráfego de atravessamento da N15, constitui uma resposta ao principal problema identificado no PDM.

**Figura 10. Modelo Territorial do PROT-N**



Face à estratégia regional enunciada, os **objetivos que enquadram o PEDU de Valongo são os seguintes:**

**1. PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável:**

**Objetivo 1.1** – Transformar Valongo numa cidade de forte equilíbrio modal.

**Objetivo 1.2** – Melhorar o sistema pedonal em termos do conforto ambiental e segurança.

**Objetivo 1.3** – Promover o crescimento da mobilidade intraurbana.

**2. PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana:**

**Objetivo 2.1** – Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos.

**Objetivo 2.2** – Melhorar as condições de conforto e de sustentabilidade urbana.

**Objetivo 2.3** – Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social.

**Objetivo 2.4** – Criar novas funções de centralidade, preservando e valorizando a identidade local e potenciando novos domínios de afirmação da cidade.

**3. PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas:**

**Objetivo 3.1** – Qualificar a população residente, promover a empregabilidade e o emprego e o combater o insucesso e abandono escolar.

**Objetivo 3.2** – Reabilitar o edificado e o espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socio territoriais degradados.

**Objetivo 3.3** – Requalificar e animar os espaços públicos através da valorização do património cultural e identitário da cidade.

**Objetivo 3.4** – Promover a solidariedade intergeracional, o envelhecimento ativo e a coesão social.

**PLANO REGIONAL  
DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | NORTE**



**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU) | VALONGO**



**PLANO MOBILIDADE URBANA  
SUSTENTÁVEL  
PMUS**

**Objetivos**

1. Transformar Valongo numa cidade de forte equilíbrio modal.
2. Melhorar o sistema pedonal em termos do conforto ambiental e segurança.
3. Promover o crescimento da mobilidade intraurbana.



**PLANO AÇÃO REGENERAÇÃO  
URBANA  
PARU**

**Objetivos**

1. Promover a reabilitação e a reutilização edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos
2. Melhorar as condições de conforto e de sustentabilidade urbana.
3. Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social.
4. Criar novas funções de centralidade, preservando e valorizando a identidade local e potenciando novos domínios de afirmação da cidade.



**PLANO AÇÃO INTEGRADO  
COMUNIDADES DESFAVORECIDAS  
PAICD**

**Objetivos**

1. Qualificar a população residente, promover a empregabilidade e o emprego e o combater o insucesso e abandono escolar.
2. Reabilitar o edificado e o espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socioterritoriais degradados.
3. Requalificar e animar os espaços públicos através da valorização do património cultural e identitário da cidade.
4. Promover a solidariedade intergeracional, o envelhecimento ativo e a coesão social.

**CONTRIBUTO DO PEDU DE VALONGO PARA O PLANO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - NORTE**

**Orientações Estratégicas do PRONT-N**

		<b>Orientações estratégicas da política de promoção e qualificação urbana</b>				<b>Orientação estratégica para o Sistema de Conectividades</b>			
<b>Objetivos Estratégicos PEDU VALONGO</b>		As cidades devem constituir-se enquanto esp.favoráveis à criatividade. e à inov. com base nos rec. que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organiz.que promovem ou estabelecem	As cidades devem constituir es.de cidadania, coesão e identid.cultural, tornando mais eficientes os proc.de particip., integr. e valoriz. patrimonial e combatendo os fatores geradores de exclusão	As cidades devem ser esp. de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustent.de uso dos rec., de mobilid. e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habit. e aos equipam. e serv.	A regeneração urbana CH das cidades e dos bairros degradados deve sustentar-se em ações públ. e apoio às iniciat.dos particulares	Nas áreas centrais ou históricas deve fomentar-se a implant.de ativid. com. e serv. inovad., visando o reforço da atrativ. urbana e a valoriz. dos tec. urbanos antigos e a qualid. histórica e patrimonial	Promover o aumento da mobilidade sustent. de pessoas e mercadorias, a par do reforço da coesão interna das estrut. urbanas, através do reequilíbrio entre modos de transp.	Melhorar substancialmente a qualid. urbana das nossas cidades através da conjugação de esforços entre a reestrut./ qualificação dos espaços-canal e novas políticas de mobilid. Sustente., em paralelo com a qualif. dos espaços das grandes concentr. resid.	Promover os transp. públicos colet. e indiv., atuando quer sobre a dimensão empresarial do sector quer sobre a procura de transp. maximizando a utiliz. da oferta já disponível e tendo em vista melhorar a repartição modal com dimin. da dependência dos cidadãos e organiz. do transp. indiv. motorizado.
<b>PMUS</b>	1.1 Transformar Valongo numa cidade de forte equilíbrio modal			*			*	*	*
	1.2 Melhorar o sistema pedonal em termos do conforto ambiental e segurança						*	*	
	1.3 Promover o crescimento da mobilidade intraurbana			*			*	*	*
<b>PARU</b>	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos				*	*			
	2.2 Melhorar as condições de conforto e de sustentabilidade urbana			*					
	2.3 Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social	*			*	*			
	2.4 Criar novas funções de centralidade, preservando e valorizando a identidade local e potenciando novos domínios de afirmação da cidade	*	*				*		
	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos		*						
<b>PAICD</b>	3.1 Qualificar a população residente, promover a empregabilidade e o emprego e o combater o insucesso e abandono escolar		*		*				
	3.2 Reabilitar o edificado e o espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socio territoriais degradados		*						
	3.3 Requalificar e animar os espaços públicos através da valorização do património cultural e identitário da cidade		*		*				
	3.4 Promover a solidariedade intergeracional, o envelhecimento ativo e a coesão social			*			*	*	*

**CONTRIBUTO DO PEDU DE VALONGO PARA O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE**

**Objetivos Estratégicos e Transversais POR Norte**

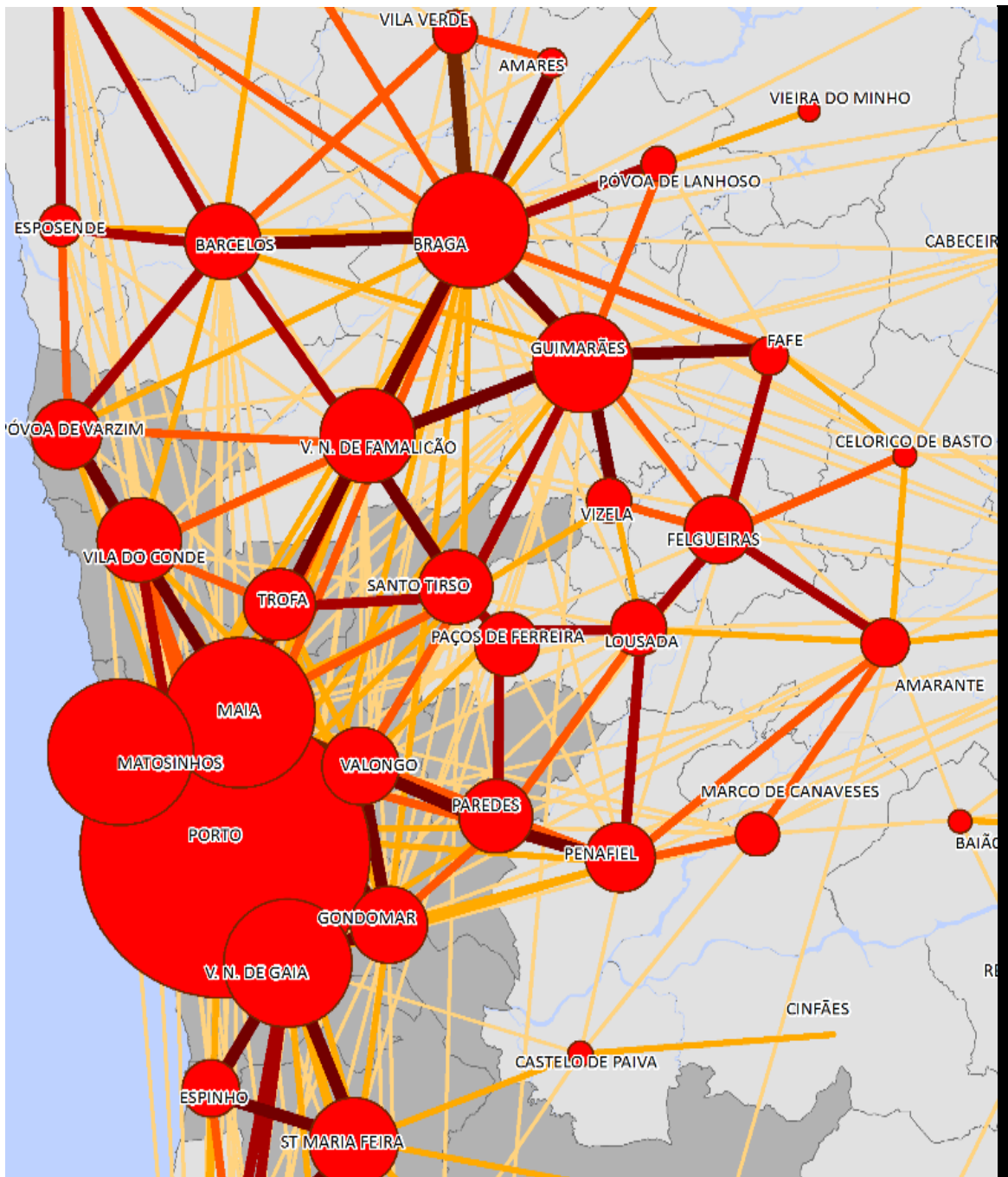
<b>Objetivos Estratégicos PEDU VALONGO</b>		Intensificação tecnologia da base produtiva	Valorização económica de ativos e recursos intensivos em território	Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	Consolidação de um sistema urbano policêntrico	Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo	Acréscimo de qualificação de todos os segmentos da população	Melhoria da eficácia e da eficiência do modelo de governação
<b>PMUS</b>	1.1 Transformar Valongo numa cidade de forte equilíbrio modal			*	*			
	1.2 Melhorar o sistema pedonal em termos do conforto ambiental e segurança				*			
	1.3 Promover o crescimento da mobilidade intraurbana				*			
<b>PARU</b>	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos		*		*			
	2.2 Melhorar as condições de conforto e de sustentabilidade urbana		*		*			
	2.3 Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social	*			*	*		
	2.4 Criar novas funções de centralidade, preservando e valorizando a identidade local e potenciando novos domínios de afirmação da cidade		*	*	*			
	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos					*	*	
<b>PAICD</b>	3.1 Qualificar a população residente, promover a empregabilidade e o emprego e o combater o insucesso e abandono escolar						*	
	3.2 Reabilitar o edificado e o espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socio territoriais degradados		*				*	
	3.3 Requalificar e animar os espaços públicos através da valorização do património cultural e identitário da cidade						*	
	3.4 Promover a solidariedade intergeracional, o envelhecimento ativo e a coesão social			*	*			

**CONTRIBUTO DO PEDU DE VALONGO PARA A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020**

**Objetivos Estratégicos AMP 2020**

<b>Objetivos Estratégicos PEDU VALONGO</b>		OT1	OT2	OT3	OT4	OT5	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11
		Reforçar a investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação	Melhorar acesso TIC	Reforçar competitividade das PME	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública
<b>PMUS</b>	1.1 Transformar Valongo numa cidade de forte equilíbrio modal				*	*		*				
	1.2 Melhorar o sistema pedonal em termos do conforto ambiental e segurança				*	*	*	*				
	1.3 Promover o crescimento da mobilidade intraurbana				*	*		*				
<b>PARU</b>	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos					*						
	2.2 Melhorar as condições de conforto e de sustentabilidade urbana					*	*					
	2.3 Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social					*				*		
	2.4 Criar novas funções de centralidade, preservando e valorizando a identidade local e potenciando novos domínios de afirmação da cidade	*				*						*
<b>PAICD</b>	3.1 Qualificar a população residente, promover a empregabilidade e o emprego e o combater o insucesso e abandono escolar			*					*	*	*	
	3.2 Reabilitar o edificado e o espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socio territoriais degradados									*		
	3.3 Requalificar e animar os espaços públicos através da valorização do património cultural e identitário da cidade.									*		
	3.4 Promover a solidariedade Intergeracional, o envelhecimento ativo e a coesão social		*							*		





# PEDU

## CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

## Sumário

<b>1. ENQUADRAMENTO DA AMP PARA EFEITOS DOS PEDU COMPONENTE DA MOBILIDADE</b>	<b>33</b>
1.1. DIAGNÓSTICO	33
1.2. OBJETIVOS	37
1.3. ESTRATÉGIA	39
<b>2. VALONGO - CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL</b>	<b>43</b>
2.1. DIAGNÓSTICO	43
2.2. ANÁLISE SWOT	50
OPORTUNIDADES	50
AMEAÇAS	50
PONTOS FORTES (FORÇAS)	50
PONTOS FRACOS (FRAQUEZAS)	51
2.3. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS	51
DESAFIOS	51
FATORES CRÍTICOS	51
2.4. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	52
2.4.1. OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS	52
2.4.2. PROGRAMA DE AÇÃO	59

## Índice de Figuras

FIGURA 11. VIAGENS PENDULARES POR DESTINO, EM 2011 .....	44
FIGURA 12. MOVIMENTOS PENDULARES E ENTRADAS, POR CONCELHO 2011 .....	45
FIGURA 13. REPARTIÇÃO MODAL, EM 2011 .....	46
FIGURA 14. VIAGENS PENDULARES COM ORIGEM NA FREGUESIA DA CIDADE DE VALONGO POR TEMPO DE DESLOCAÇÃO, EM 2011 ..	47
FIGURA 15. VIAGENS PENDULARES COM ORIGEM NA FREGUESIA DA CIDADE DE ERMESINDE POR TEMPO DE DESLOCAÇÃO, EM 2011	47
FIGURA 16. POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, NO CONCELHO DE VALONGO, 2011 .....	48
FIGURA 17. POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, NA CIDADE DE VALONGO, 2011 .....	49

# 1. ENQUADRAMENTO DA AMP PARA EFEITOS DOS PEDU COMPONENTE DA MOBILIDADE

## 1.1. Diagnóstico

### Enquadramento

A AMP insere-se no cordão atlântico da Península Ibérica e desempenha, no contexto da Região do Norte de Portugal, um significativo papel económico. O âmbito geográfico corresponde à área territorial da NUTS III Área Metropolitana do Porto e é constituída por 17 municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. O sistema de transportes da AMP tem uma rede que inclui o transporte coletivo de passageiros em modo rodoviário, ferroviário convencional e ferroviário ligeiro. A AMP possui, no entanto, uma forte dependência do transporte individual, consequência de uma rede de autoestradas metropolitanas existente que se articula em continuidade com uma rede de cobertura regional, nacional e internacional. Esta rede principal tem como elemento complementar as redes municipais que configuram um sistema rodoviário secundário que garante o acesso generalizado a todo o território da AMP.

A AMP possui também um conjunto de infraestruturas de grande importância nacional e com relevância à escala peninsular, nomeadamente o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, o Porto de Leixões (recentemente reforçado com o novo Terminal de Cruzeiros), as Estações Ferroviárias de Campanhã e São Bento, as travessias ferroviárias e rodoviárias sobre o Rio Douro e um conjunto de interfaces.

### Sistemas de Transporte Público

A Área Metropolitana do Porto possui uma desenvolvida rede de transportes e respetivas infraestruturas. A rede de transportes rodoviários tem uma extensão de 8.460km de rede concessionada, com 596 concessões, operadas por 35 operadores públicos e privados. A rede de Metro do Porto (MP) tem uma cobertura estendida ao centro das cidades que constituem o núcleo central da AMP, mas também ao extremo norte litoral da AMP. O MP tem uma extensão de 67 quilómetros, com 6 linhas e 81 estações que servem os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa

de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. É um sistema de transportes públicos que consiste numa rede ferroviária eletrificada subterrânea e de superfície. A AMP possui também uma rede ferroviária convencional que estabelece no Porto o cruzamento de todas as ligações ferroviárias entre o norte e o sul do país e a partida/chegada das ligações entre o litoral norte e o interior norte de Portugal, sendo as suas principais estações a Estação de Campanhã e a Estação de S. Bento. A rede ferroviária presta serviço urbano de transporte ferroviário pesado de passageiros na metrópole e regiões próximas, nomeadamente do Cávado até Braga, do Ave até Guimarães, do Tâmega até Marco de Canaveses e do Baixo Vouga até Aveiro, num círculo de cerca de 60 quilómetros á volta da cidade do Porto.

### **Sistema rodoviário**

A AMP é servida por uma rede rodoviária principal de grande cobertura territorial. A norte do Douro apresenta-se uma estrutura com três anéis circulares (VCI/IP4/IC24) complementares que servem as principais infraestruturas e as principais áreas onde se concentra a maioria dos operadores logísticos. A estrutura rodoviária metropolitana a norte do Porto garante o funcionamento do tráfego comercial associado às funções transporte/logística de abastecimento da produção, do consumo e do escoamento para mercados externos, relativamente ao potencial industrial instalado a norte do rio Douro. A sul do Porto, a estrutura rodoviária metropolitana apresenta contornos menos claros na malha de distribuição e respetiva cobertura territorial.

Trata-se de um sistema rodoviário metropolitano ainda com disfunções e estrangulamentos que não foram resolvidos, nomeadamente as seguintes debilidades:

- Excesso de tráfego no sistema Ponte da Arrábida/Porto de Leixões com congestionamentos acentuados na VCI, no nó de Francos, na Via Rápida e A29;
- Esgotamento de capacidade do nó do Conde Ferreira da VCI com a A3 e dificuldades de tráfego na VCI/IP1 (velocidade, segurança e poluição automóvel) no troço entre esse nó e a Ponte do Freixo;
- Esgotamento de capacidade no túnel de Águas Santas do IP4;
- Sobrecarga de tráfego no eixo Maia-Trofa-Famalicão da EN14 impedindo maior dinamismo económico a esse sector/eixo da AMP até há concretização da alternativa rodoviária prevista e em desenvolvimento;

- Sobrecarga de tráfego na ligação entre Vila da Feira (IP1) e S. João da Madeira (IC2) e para a qual a ligação para norte do IC2, até Gaia (A32), não resolveu porque constitui um percurso taxado e menos direto no acesso ao núcleo da AMP.

A rede rodoviária intermédia corresponde à acessibilidade entre a rede nacional e as redes municipais locais, ou seja, o conjunto de antigas EN e vias municipais principais que fazem o interface entre os dois níveis extremos da rede rodoviária. Esta rede debate-se com o problema da sobrecarga de tráfego decorrente da taxação na rede nacional e com a desclassificação de alguns troços das EN. Essa rede intermédia deverá ser estudada, avaliando-se o seu papel de intermediação entre a rede nacional e as redes locais, por iniciativa metropolitana, uma vez que reúne maior capacidade e conhecimento no sentido da sua racionalização.

### **Intermodalidade**

A integração bilhética na AMP sofreu um impulso decisivo com organização do sistema ANDANTE. Este sistema tem resolvido ao longo do tempo alguns problemas operativos (por exemplo mudança de zona no mesmo cartão, o que no início não era possível), o que não significa que não existam ainda aspetos a melhorar e que eliminem alguma inércia na captação de novos utentes (por exemplo dificuldades de carregamento e visualização das viagens em crédito). Por outro lado o atual zonamento não é consensual e pode ser melhorado, articulando-se com o tarifário, a bilhética e os sistemas de validação e fiscalização necessários.

### **Modos suaves**

Os Modos suaves não estão devidamente potenciados na AMP pois a sua utilização nas deslocações tem ainda um carácter pontual. Os municípios da Área Metropolitana do Porto têm vindo a investir na construção de infraestruturas ciclovias tirando partido das condições existentes localmente, muito embora as mesmas estejam principalmente associadas ao lazer. É necessário um planeamento estruturado no sentido de criar uma rede associada aos principais geradores de procura que, articulada ao nível municipal, intermunicipal e metropolitano, proporcionem práticas de deslocação quotidianas dos cidadãos.

A complementaridade entre o uso da bicicleta e dos transportes públicos é viável, embora ainda não estejam criadas as condições necessárias para promover esta intermodalidade. Aliás, no último Censos

realizado, a percentagem de utilizadores quotidianos da bicicleta cifrava-se em 0,3% e o desenvolvimento que se tem verificado na última década é sobretudo associada ao lazer.

Neste sentido é importante ter em consideração fatores determinantes para que seja possível o uso complementar entre a bicicleta e os outros meios de transporte, nomeadamente a possibilidade de transportes das bicicletas nos veículos de transporte público o que implica abordar questões como as condições físicas de transporte, a lotação dos veículos, o tarifário a aplicar e os horários de transporte, bem como criar condições seguras de estacionamento das bicicletas nos interfaces e promover uma articulação tarifária.

Em termos de sistemas mais inovadores como sejam os de *bikesharing*, *carsharing*, *carpooling* e similares, constatamos que existem algumas experiências realizadas esporadicamente na AMP, mas sem uma visão integrada que importa imprimir.

### **Planeamento**

Nos últimos anos foi efetuado um esforço de reformulação dos instrumentos de gestão territorial em Portugal, que resultaram na aprovação de Planos, Estratégias e Diretrizes Nacionais em áreas estratégicas como a Energia, o Ordenamento do Território, o Ambiente e os Transportes. Na área dos transportes, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes contribuiu para a clarificação nos planos técnico/científico e institucional, publicando em 2012 as Diretrizes Nacionais para a Mobilidade (IMT, 2012), que sintetizam uma estratégia para a mobilidade sustentável, consubstanciada na elaboração de vários documentos enquadradores, designado por “Pacote da Mobilidade”. Os Planos de Mobilidade e Transportes (PMT), da responsabilidade da administração pública, assumem-se como o instrumento fundamental para a operacionalização das Diretrizes Nacionais para a Mobilidade.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP surge, neste contexto, como um instrumento que pretende responder de forma satisfatória aos objetivos definidos nas políticas europeias e nacionais, nomeadamente no Programa Norte 2020.

## 1.2. Objetivos

O POR Norte apresenta uma cuidada análise SWOT, que foi considerada como um útil instrumento de trabalho. Nesse sentido, analisando as matérias referentes à mobilidade que constam desta ferramenta observamos que nos “Pontos fracos”, é referido explicitamente a “Elevada dependência energética do exterior (da região), agravada por uma produção elétrica baseada, em grande parte, em combustíveis fósseis, associada ao ainda baixo índice de eficiência energética”. Ainda como ponto fraco é indicado que o modelo de mobilidade urbana e regional é “ainda assente no transporte individual” e o “sistema ferroviário” tem um desempenho “inadequado nos corredores de ligação internacional bem como nas ligações inter-regionais não confinadas ao arco metropolitano” (POR NORTE: 16). Por outro lado, nas “Oportunidades” é referida a “prioridade atribuída, no quadro das políticas públicas nacionais e comunitárias, ao reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos sistemas de mobilidade e transportes” enquanto nas “Ameaças” o documento refere as “implicações na sustentabilidade do espaço metropolitano da redução do investimento público no domínio da mobilidade”, bem como a “desvalorização da dimensão territorial/regional”.

No seguimento desta análise, observamos que o POR enquadra objetivos temáticos e prioridades do Acordo de Parceria no âmbito da mobilidade. De entre os vários itens, salientamos a prioridade de investimento 4 que se caracteriza pela “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação” (IDEM: 28).

Na justificação desta priorização o documento refere que “o sistema de mobilidade e logística da Região Norte caracteriza-se ainda por algumas ineficiências que têm vindo a provocar, em particular nas áreas urbanas, agravamento da sua intensidade energética e carbónica e, em meio rural, risco de insustentabilidade, com prejuízo da coesão social e económica e da equidade territorial.” E acrescenta que se justifica “assim a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável – com um reequilíbrio em favor do transporte público e dos modos suaves, melhorando a sua atratividade, integração e interoperabilidade e fomentando a adoção de tecnologias e de fontes energéticas mais sustentáveis e eficientes - bem como a aposta numa maior eficiência das cadeias logísticas locais de abastecimento e distribuição e de transporte de mercadorias.”. Remata dizendo que estas alterações devem inserir-se num quadro mais amplo de transição para “uma economia de baixo teor de carbono e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional” (*Ibidem*).

A elaboração dos instrumentos de planeamento de mobilidade da AMP tem como objetivo geral promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, através da promoção de estratégias de baixo teor de carbono no seu território, nomeadamente nas zonas mais urbanizadas. Neste sentido, pretende-se atingir os principais objetivos específicos:

- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono, visando a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a diminuição da intensidade de consumo energético, do ruído e a diminuição da pegada ecológica;
- Oferecer um nível elevado de mobilidade para pessoas e empresas, com a melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
- Garantir um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- Reduzir custos decorrentes da ocupação dispersa e de baixa densidade, otimizando percursos e redes de mobilidade e de distribuição de pessoas e mercadorias;
- Reduzir a sinistralidade;
- Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- Reforçar a atratividade do transporte público e dos modos suaves (pedonal e bicicleta), nomeadamente, através da eliminação de barreiras no acesso, da melhoria do desempenho operacional e da otimização da eficiência energética e ambiental;
- Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- Aumentar a quota de uso do transporte público e o incremento do uso dos modos suaves de transporte, em particular, nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana;
- Melhorar as condições de conforto e segurança das vias de transporte;
- Aumentar a eficiência e sustentabilidade do setor dos transportes em crescimento;
- Reduzir a dependência automóvel através da promoção de alternativas como *carsharing* ou *carpooling*;
- Promover a mobilidade inteligente com o recurso à inovação tecnológica.

A AMP visa dar vida aos objetivos delineados na estratégia 2020, e que estão patentes em diversos instrumentos nacionais e europeus.

### 1.3. Estratégia

Na estratégia AMP 2020, que reflete o compromisso entre o referencial da Europa 2020, as novas orientações da Política de Coesão e as estratégias nacional e regional, estão sintetizadas três linhas de orientação, denominadas de “crescimentos”, que ditam a visão para a AMP em 2020:

#### A. Crescimento Inteligente

Metrópole que alavanca a sua posição estratégica no dinamismo económico e empresarial, voltado para as exportações de produtos e serviços e a internacionalização, através de atividades inovadoras e de alto valor acrescentado, assumindo-se como polo dinamizador e integrador capaz de reforçar, expandir e ancorar as redes de inovação da região Norte de Portugal, da região do noroeste peninsular e do arco atlântico.

#### B. Crescimento Sustentável

Metrópole saudável, eficiente, multigeracional e em diálogo com o Atlântico e a Europa. Pela sua posição geográfica, dimensão cultural e ambiental, e, pela diversidade e valor do seu património natural e paisagístico afirma-se enquanto espaço cosmopolita, atrativo e de qualidade de vida onde, com o uso do conhecimento e da inovação, será evitada a delapidação dos recursos naturais.

#### C. Crescimento Inclusivo

Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.

Para a concretização desta visão será fundamental a criação de condições de contexto (melhor mobilidade, melhor qualidade de vida, menor burocracia, melhor ambiência urbana) que tornem a região competitiva em termos internacionais.

No âmbito das questões que se prendem com o Sistema de Transportes e Logística, e com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no âmbito da visão preconizada foram considerados vários desafios e objetivos:

- Políticas mais assertivas e com maior protagonismo da AMP (melhor organização na construção das decisões; coordenação entre diferentes escalas; mais discussão e participação de diferentes atores);

- Gestão mais integrada e inovadora do Sistema de Transportes (mais parcerias de colaboração entre instituições de ensino superior, empresas e municípios; aprofundamento das tecnologias de apoio à integração bilhética e à intermodalidade);
- Aprofundamento dos instrumentos para a gestão da mobilidade (conhecer o padrão de mobilidade e avaliar a sua evolução pós metro; mais informação ao público sobre oferta e intermodalidade; mais tecnologia de apoio à mobilidade e sua monitorização);
- Resolver estrangulamentos nas Macro Infraestruturas de transportes (manutenção/ aumento de rotas a partir do aeroporto; aumento da capacidade de movimento de contentores em Leixões; resolver aumentos de capacidade na ferrovia pesada; prosseguir o investimento em plataformas logísticas; resolver carências pontuais de acessibilidade rodoviária; aumento da capacidade de atracagem de barcos turísticos no Douro);
- Sustentabilidade financeira dos transportes públicos (contratualização de serviço público de transportes na AMP; participação municipal no financiamento dos transportes públicos; operadores de transportes coletivos financeiramente mais sólidos);
- Metrópoles com menores taxa de utilização automóvel (parte de uma visão estratégica que assenta em menores taxas de utilização automóvel nas deslocações intraurbanas e interurbanas (internas e com o exterior) melhorando dessa forma a evolução da repartição modal no sentido do maior equilíbrio e diversidade (por diminuição das viagens individuais motorizadas), tendo em vista um território ambiental e energeticamente mais sustentável, assim como a qualificação do espaço público; gestão dos espaços-canal e do estacionamento; aumentar a intermodalidade e a multimodalidade; aumentar a importância do transporte ferroviário pesado na AMP; alargamento das redes de ferrovia ligeira e ferrovia ultraligeira e sua antecipação em pré-metro; melhorar gestão do estacionamento nos centros das cidades a par de maior impulso na regeneração urbana; incrementar os modos suaves de deslocação; melhorar a logística do abastecimento urbano nas zonas de forte concentração de comércio; qualificar o espaço público nas urbanizações de forte densidade residencial);
- Território metropolitano com um plano para a rede rodoviária (colmatar insuficiências na utilização da rede rodoviária intermédia; planeamento e gestão da rede rodoviária intermédia);
- Território mais inclusivo com menos população não móvel (soluções de transportes mais diversas para as zonas de baixa densidade de procura e ainda com menores gastos no transporte escolar e maior mobilidade para a população jovem; organizar concessões de serviços de ‘transporte flexíveis’; reformar o transporte escolar especial por integração nas soluções DRT);

- Território de Coesão (acessibilidade rodoviária, principalmente nas zonas de baixa cobertura por transportes públicos; finalizar acessos que faltam aos principais aglomerados da metrópole).

Na AMP é difícil determinar cientificamente o padrão de mobilidade da população, pela simples razão de que ainda não foi realizado o inquérito à mobilidade na AMP, uma década e meia após o anterior estudo realizado pelo INE/ DGTT. Esta lacuna, que tem pelo meio a abertura do serviço metro, deverá ser ultrapassado uma vez que impede o prosseguimento de um pensamento estratégico sobre a evolução futura do sistema de transportes na AMP, assim como sobre as prioridades a definir para o investimento público e para as políticas urbanas a seguir nos diferentes municípios de acordo com a sua natureza e posicionamento relativo.

Segundo o documento da CE, relativo à elaboração de Planos de Transporte Urbano Sustentável as propostas implementadas em meio urbano devem englobar:

- Articulação entre o planeamento urbano e o planeamento das acessibilidades e transportes;
- Promoção dos modos suaves;
- Promoção e melhoria do transporte público;
- Gestão do estacionamento;
- Contenção do uso do transporte individual;
- Acalmia de tráfego e reafecção do espaço rodoviário para veículos e modos de transporte mais respeitadores do ambiente;
- Gestão da logística urbana e transporte de mercadorias;
- Restrição de acesso para os veículos mais poluentes (zonas de baixas emissões);
- Promoção da utilização de veículos rodoviários mais “limpos”, silenciosos e com menores emissões de CO<sub>2</sub>;
- Implementação de medidas de Gestão da Mobilidade “*soft and smart*”, as quais incluem soluções de, por exemplo, *carsharing*, planos de mobilidade escolar e empresarial, centros de gestão de mobilidade, campanhas de sensibilização, etc.

Nas áreas mais rurais serão importantes medidas que visem:

- Implementação de sistemas integrados de transporte (transporte escolar e transporte regular convencional);
- Promoção de serviços de transportes flexíveis.

A AMP congrega tanto áreas urbanas como áreas rurais, pelo que é necessário considerar estas diferentes realidades na consolidação da estratégia, prevendo-se um processo iterativo no qual serão avaliados em conjunto com os municípios os méritos e os impactos que lhe estão associados.

Face aos objetivos do PAMUS e à experiência europeia em matéria de mobilidade, as principais ações a desenvolver centrar-se-ão nas seguintes tipologias:

- O incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais;
- O reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada;
- A melhoria da rede de interfaces (incluindo intervenções em estacionamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência (PCC) ou pequenas e médias interfaces (ECC)), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território;
- A estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio” (designadamente corredores BUS convencionais ou os que permitam serviços de autocarro rápido – BRT – ou de veículos elétricos – LRT);
- Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;
- Investimentos em equipamento de sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário, quando comprovado o relevante contributo para a redução de GEE;
- Apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.

## 2. VALONGO - CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

### 2.1. Diagnóstico

O concelho de Valongo com 94 mil habitantes apresenta características próprias no contexto da coroa envolvente do núcleo central da área metropolitana (AM), pelo grau de concentração da população em 3 cidades de forte peso demográfico, a que acresce uma área de maior dispersão ao longo do Rio Ferreira e na transição para Paredes – Campo/ Sobrado. A Cidade de Valongo (CV), com 24 mil hab., representa apenas ¼ da população concelhia; as outras cidades são Ermesinde (39 mil), desenvolvida em torno de um nó ferroviário, e Alfena que é hoje uma importante área de expansão do eixo logístico Leixões-Aeroporto. As três cidades apresentam um forte perfil residencial no contexto metropolitano o que resulta em parte da acessibilidade ferroviária.

A CV desenvolveu-se sobre um corredor multimodal de ligação do Porto a Trás-os-Montes/ Douro (N15 e Linha Douro), nas proximidades de afloramentos rochosos de ardósia que determinaram uma época de vigor mineiro/ industrial. A partir daí, as funções administrativas e de serviços de nível municipal, assim como a proximidade do Porto, determinaram uma expansão da função residencial e de alguma indústria, aproveitando um mercado fundiário de mais baixo valor, perfil de ‘dormitório’ nas metrópoles clássicas. Há por isso dificuldades na afirmação identitária da CV, sendo relevante o seu posicionamento como ‘porta de entrada’ nas Serras do Porto, que representam um importante potencial natural.

A CV sofre da relativa antiguidade que já tem a A4, principal infraestrutura rodoviária que liga o Porto ao interior. Face à dificuldade de atravessamento da serra, a passagem da autoestrada pela ‘fronteira’ orográfica com Ermesinde, tal como aconteceu com os traçados das N15-208, acabou por ser a opção escolhida; essa condição determinou um posicionamento relativamente à cidade algo agressivo, pela cota elevada de passagem que acabou por impor (viaduto Susão). O facto de a A4 ser taxada desde a sua criação, numa época em que o pagamento era tolerável, levou a que a entidade gestora da rede nacional não tivesse equacionado a construção de uma variante rodoviária à N15, caso que não é único, sendo aqui invocável o da N14 Maia-Famalicão; a passagem da N14 pelo centro da Trofa apresenta fortes semelhanças com Valongo do ponto de vista do seu impacte no interior da cidade. Acontece que no caso da N14 a resolução do problema é assumido pela Infraestruturas Portugal (PETI 2014-2020), que irá construir uma variante de baixo perfil, enquanto no caso de Valongo é o município que vem, de há anos a esta parte, a tentar viabilizar a variante. A solução contemplada em PDM propõe

uma extensão (6,2 km) bastante superior ao troço da atual N15 no interior da cidade (4,2 km), ou seja, mais 50% de percurso. Atualmente estão executados três tramos da variante num total de 1,9 km (30%). A ARU objeto deste plano estende-se precisamente pelos dois lados da velha N15 na zona mais antiga de Valongo e onde deverá ser maior a preocupação ambiental e a qualificação do ambiente urbano, constituindo o excesso de tráfego na N15 o maior dos problemas a resolver.

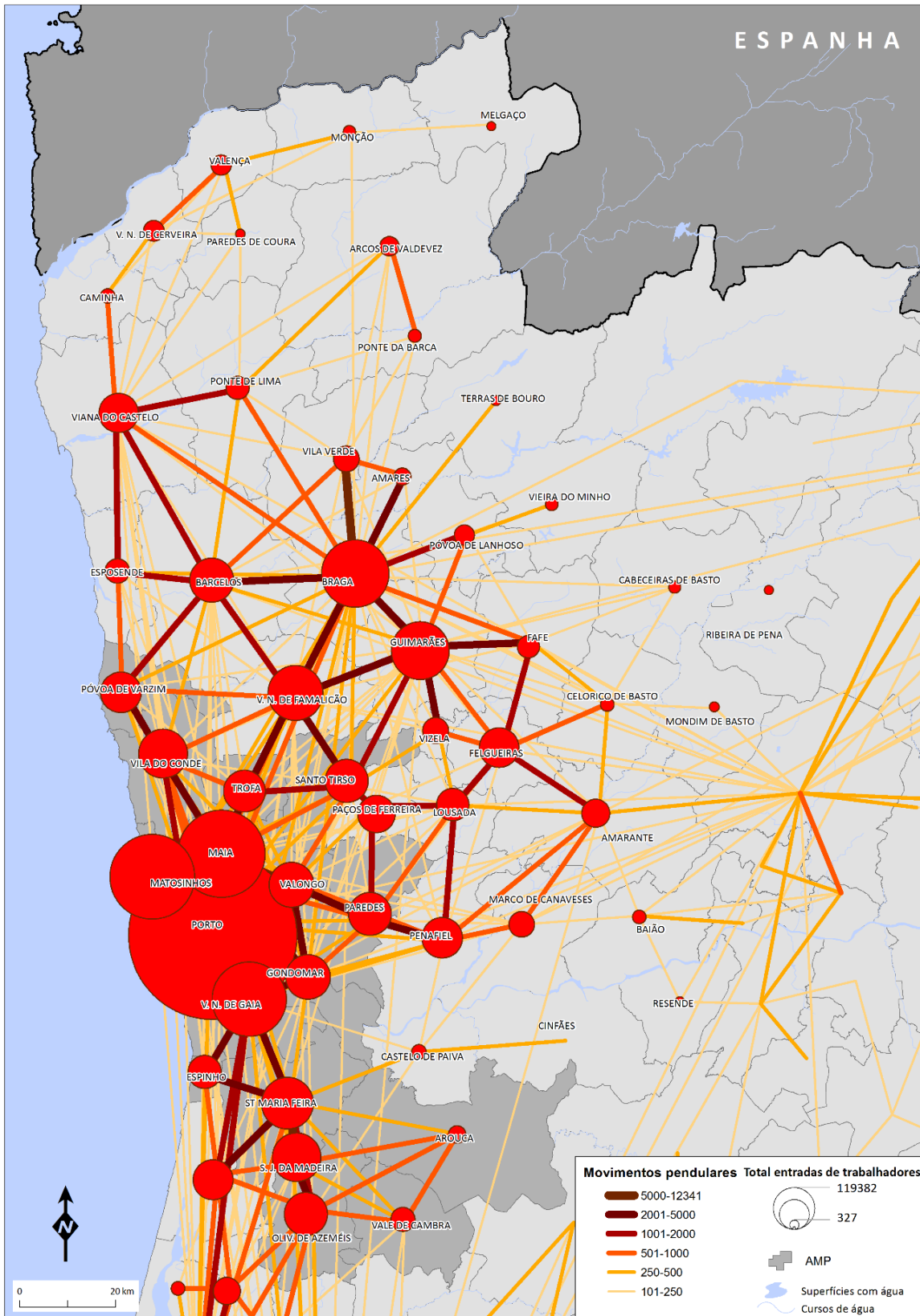
Mas, um paradoxo se coloca: por um lado o traçado da variante que, pelo acréscimo de extensão a que obriga, não garantirá uma efetividade no desvio de tráfego a não ser com restrições à circulação, designadamente a pesados; por outro lado, o quadro comunitário atual não aceita mais investimento em rodovia, princípio correto mas que deixa de fora estrangulamentos sérios por resolver. No atual quadro de crise económica que afastou movimento das vias portajadas, o tráfego na N15 representa uma média diurna da ordem dos 1 800 veículos ligeiros equivalentes nos dois sentidos, com 20% de veículos pesados, num perfil de estrada com edificação à face e num tramo que corresponde à zona mais comercial e de concentração de atividades da cidade. Problema de nível nacional que, tal como no invocado caso da N14, terá de ser resolvido pela entidade concessionária da rede nacional de estradas.

Do ponto de vista da mobilidade, o concelho de Valongo apresentava (Censos INE 2011) 56 mil viagens diárias casa-trabalho/ escola, das quais apenas cerca de 52% eram internas, o que demonstra a excessiva dependência dos residentes do emprego externo localizado nos concelhos vizinhos. Cerca de 27 mil viagens diárias (48%) eram estabelecidas para fora do concelho, surgindo o Porto (19% do total geral), Maia (10%), Matosinhos (5%) e Gondomar (4%) como principais destinos (Figura 11 e Figura 12). Esta realidade está fortemente relacionada com o papel do comboio que absorve 12% de todos os movimentos para fora do concelho. Deste quadro resulta que 37% das deslocações pendulares se estabelecem no interior da freguesia, valor associado à dimensão, importância e autonomia relativa de cada freguesia-cidade, o que explica que os movimentos para outras freguesias do concelho sejam irrisórios (apenas 15%). Outras 19% das viagens pendulares para fora do concelho fazem-se com recurso ao transporte coletivo rodoviário. Estes valores demonstram a fraca troca de movimentos internos no concelho.

**Figura 11. Viagens pendulares por destino, em 2011**

Concelho	Internas A			Para fora do concelho B						Total A + B
	Freguesia onde reside	Outra	Total	1º Destino Porto	2º Destino Maia	3º Destino Matosinhos	4º Destino Gondomar	Outros	Total	
Valongo	20.666	8.467	29.133	10.809	5.363	2.622	2.228	6.028	27.050	56.183
	71%	29%	100%	40%	20%	10%	8%	22%	100%	
	37%	15%	52%	19%	10%	5%	4%	11%	48%	100%

Figura 12. Movimentos pendulares e entradas, por concelho 2011



Fonte: INE, 2011

A inexistência de transportes urbanos rodoviários explica porque apenas 13% dos movimentos pendulares intraconcelhios utilizam o transporte público, e porque é tão elevada (31%) a quota do transporte ‘a pé’ nas viagens intraurbanas. Ou seja, a dependência do ‘carro próprio’ é relativamente baixa: 55% das viagens pendulares intraconcelhias e 68% das realizadas para fora são feitas em veículos motorizados individuais. É pois evidente que a dependência automóvel é baixa no contexto da AM, sendo necessária uma estratégia que promova, ao nível intraurbano, uma melhoria muito significativa da infraestrutura do modo ‘a pé’ (Figura 16).

Considerando apenas as viagens internas à CV (freguesia), a repartição modal apresenta valores de 11% para o TP, a utilização do TI é maior do que a média do concelho (62%) e a quota do ‘a pé’ é de 27%, o que significa que a qualificação do espaço pedonal deverá ser uma aposta acertada, em paralelo com a resolução de aspetos da acessibilidade inclusiva (Figura 17). No que respeita à Cidade de Ermesinde (CE) aqueles valores são ainda mais expressivos do equilíbrio da repartição modal e da importância do ‘a pé’: 12% TP; 48% TI; e 40% ‘a pé’, valor que também indicia uma forte proximidade entre locais de residência e trabalho (Figura 13). Face ao peso da população concentrada nas CV e CE e ao relativo equilíbrio da repartição modal, parece evidente que a questão principal relativa a este ciclo de investimentos públicos deverá jogar-se na qualificação dos espaços de circulação pedonal e de interface, designadamente com o comboio.

**Figura 13. Repartição modal, em 2011**

Viagens pendulares casa-trabalho/ escola		Total		TI - veículos motorizados		TP		A pé + bici		Outros		Comboio
			%		%		%		%		%	
Concelho Valongo	Internas	29.133	52%	16.109	55%	3.925	13%	9.062	31%	37	0,1%	1,1%
	Para fora concelho	27.050	48%	18.360	68%	8.363	31%	273	1%	54	0,2%	12,1%
	Todos os destinos	56.183	100%	34.469	61%	12.288	22%	9.335	17%	91	0,2%	6,4%
Cidade Valongo	Intraconcelhias	8.024	100%	4.963	62%	876	11%	2.173	27%	12	0,1%	1%
	Todos os destinos	15.352	100%	10.232	67%	2.890	19%	2.203	14%	27	0,2%	6,3%
	Intraconcelhias	10.024	100%	4.815	48%	1.225	12%	3.972	40%	12	0,1%	2%
Cidade Ermesinde	Todos os destinos	22.384	100%	12.472	56%	5.721	26%	4.163	19%	28	0,1%	9%

De notar que a boa centralidade do nó da A4 relativamente à CV constitui um forte incentivo à utilização automóvel nas deslocações externas, só contrariado pelo congestionamento nas A4/ A3 Ermesinde-VCI, pelo preço dos combustíveis ou por dificuldades de estacionamento no destino.

Para 75% da população residente nas freguesias da cidade e com atividade, o tempo médio de deslocação casa-trabalho/ escola era inferior a 15’ e as viagens pendulares com tempo de duração superior a 30’ correspondiam a 4%, valor elevado que estará relacionado com as deslocações em modo ferroviário (Figura 14 e Figura 15). Considerando um valor mais elevado para o regresso a casa, então pode-se afirmar que o tempo diário afeto à mobilidade pendular ronda em geral os 30’ o que, face à

localização relativamente afastada de Valongo do núcleo central da AM, não é elevado. Não havendo dados sobre as viagens por ‘outros motivos’, é de crer que a repartição modal global não sofra grandes alterações na medida em que as viagens pendulares deverão ser claramente maioritárias.

**Figura 14. Viagens pendulares com origem na freguesia da cidade de Valongo por tempo de deslocação, em 2011**

Freguesia origem	Concelhos destino	Total de viagens	até 15 min	até 30 min	mais 30 min
Valongo	Valongo	8.024	75%	96%	4%
	Outros	7.328	12%	63%	37%
	Todos os destinos	15.352	45%	81%	19%

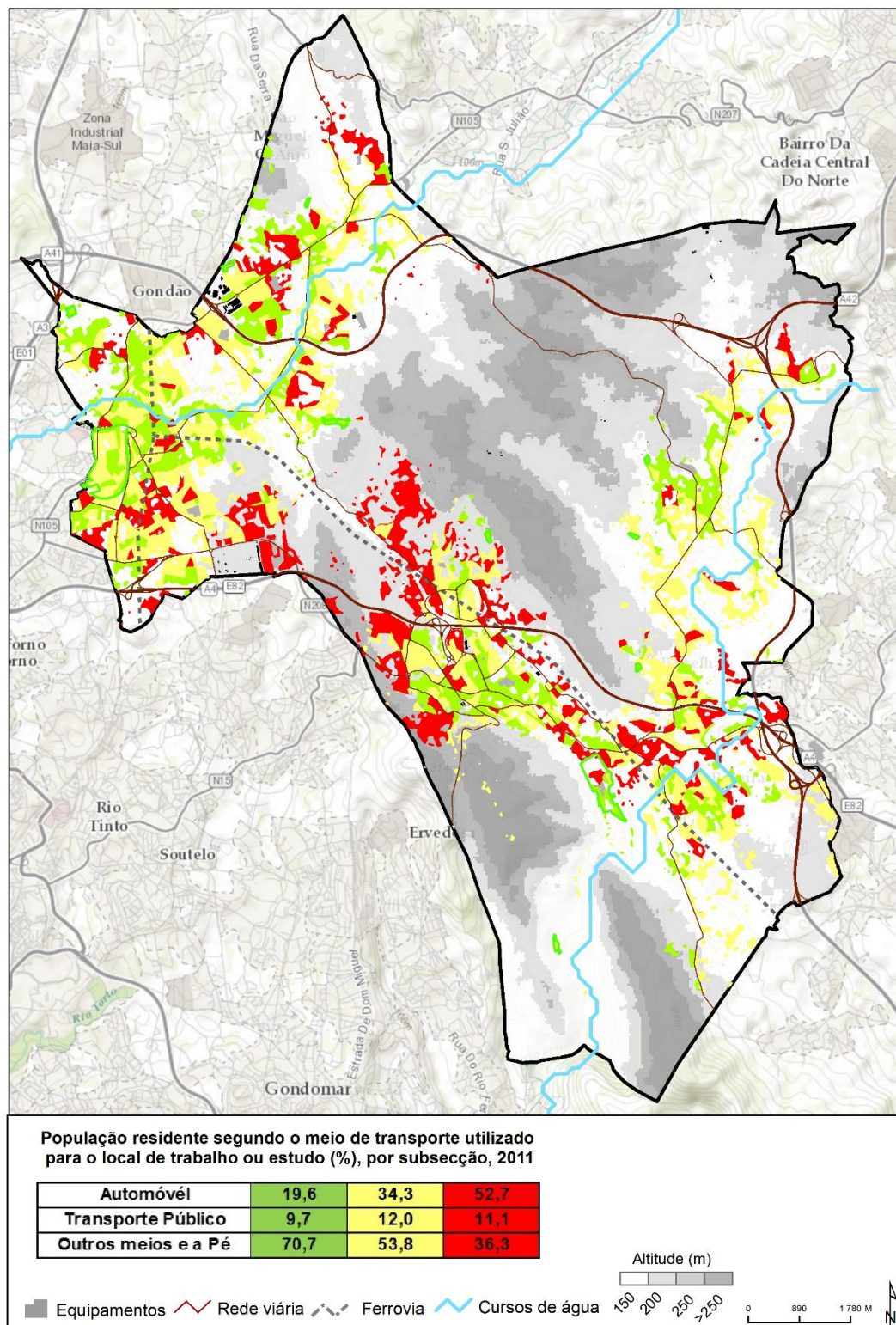
**Figura 15. Viagens pendulares com origem na freguesia da cidade de Ermesinde por tempo de deslocação, em 2011**

Freguesia origem	Concelhos destino	Total de viagens	até 15 min	até 30 min	mais 30 min
Ermesinde	Ermesinde	10.024	72%	96%	4%
	Outros	12.360	17%	64%	36%
	Todos os destinos	22.384	37%	78%	22%

Do ponto de vista das características físicas da rede viária, a CV é marcada pela heterogeneidade uma vez que, para além das estradas mais antigas e entretanto urbanizadas, a expansão fez-se sobretudo à custa de vias de novas urbanizações que se sucedem como soma de partes. São frequentes troços de arruamentos com boa amplitude mas sobredimensionados em termos do espaço que é atribuído ao automóvel, principalmente porque é baixa a taxa de motorização dos residentes (por outro lado são frequentes edifícios inacabados, o que significa que as urbanizações estão longe de terem a carga máxima prevista). A qualidade do espaço público da expansão mais recente não fica atrás do padrão normal da AM (caso da Av. Dr. Fernando Melo), pelo que a referida heterogeneidade concorre para uma perceção de falta de consolidação da malha, questão que poderá ser melhorada em articulação com a melhoria da infraestrutura do modo ‘a pé’. É contudo notório o grau de arborização nos novos arruamentos, facto muito positivo e que poderá ser desenvolvido como imagem de marca da cidade.

No que respeita à CE o grau de consolidação da malha urbana é bastante superior pelo que não se colocam questões da mesma natureza. Contudo, a necessidade de melhoria do sistema pedonal mantém-se, designadamente em termos do alargamento de passeios e redução dos conflitos com o tráfego automóvel.

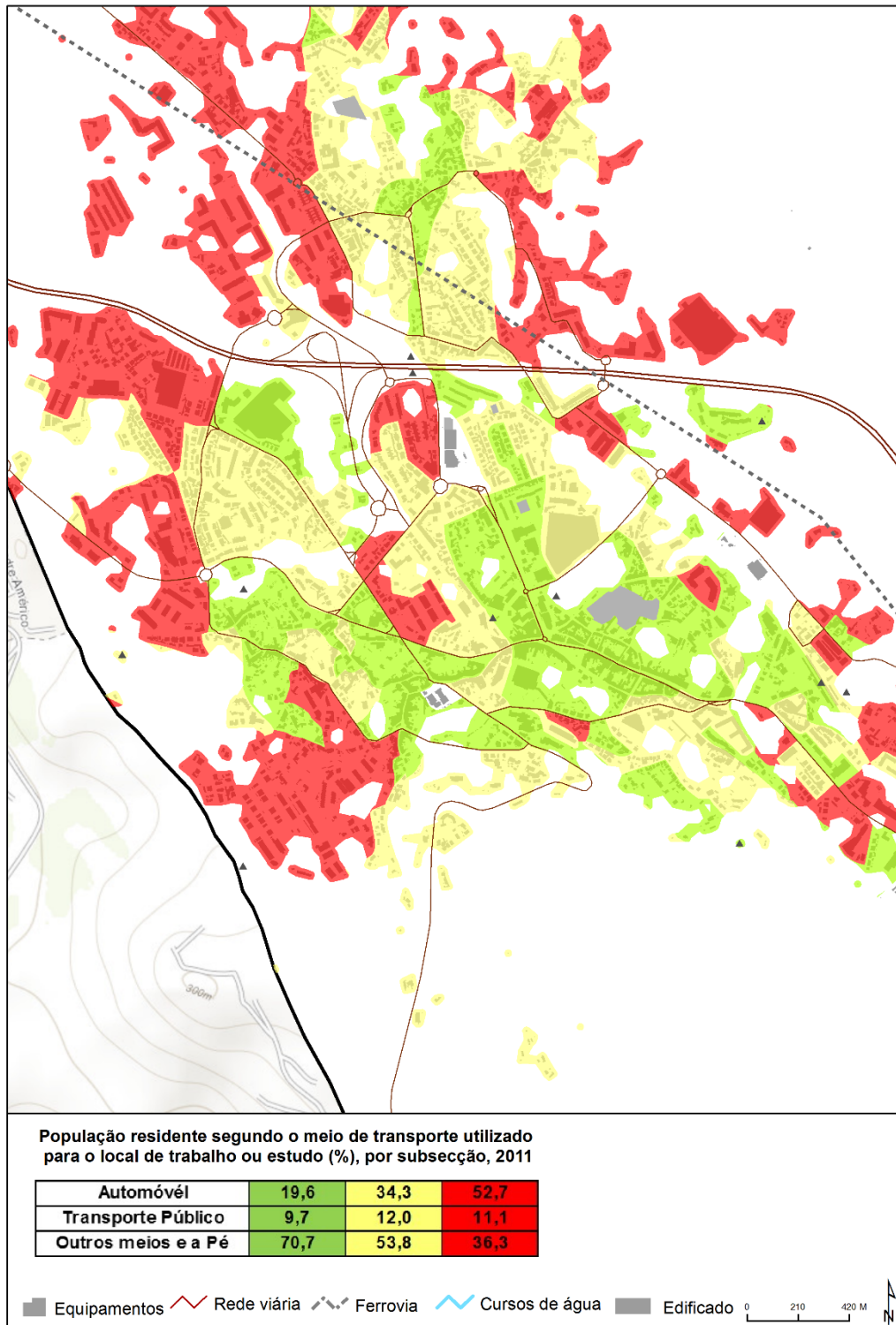
**Figura 16. População residente segundo o meio de transporte utilizado para o local de trabalho ou estudo, no concelho de Valongo, 2011**



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: o modelo disperso de povoamento fomenta movimentos pendulares diversificados e com uma matriz territorial de leitura difícil. Assim, as mobilidades sustentadas em deslocações sobretudo a pé encontram-se nas áreas urbanas mais densas e consolidadas mas também acompanham a estrutura dispersa do edificado (habitação, emprego e equipamentos). Mobilidades baseadas no automóvel localizam-se preferencialmente nas áreas urbanas periféricas da cidade.

**Figura 17. População residente segundo o meio de transporte utilizado para o local de trabalho ou estudo, na cidade de Valongo, 2011**



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: o modelo urbano fomenta movimentos pendulares diversificados mas com uma matriz territorial clara. As áreas urbanas consolidadas fomentam as deslocações a pé. Os loteamentos periféricos da cidade suportam-se em deslocações predominantemente de automóvel. Uma estrutura urbana alongada, de baixa densidade, condicionada pelo relevo e os fortes declives dificultam estratégias de intervenção baseadas em transportes coletivos. Nesse sentido, a mobilidade suave suportada na bicicleta, sendo um meio de transporte individual é uma alternativa a fomentar.

## 2.2. Análise SWOT

### Oportunidades

- Localização muito próxima das principais entradas no Parque das Serras do Porto o que poderá constituir um forte atrativo à abertura da cidade de Valongo ao mercado de visitas a partir do exterior, contribuindo para o aprofundamento da sua identidade como cidade arborizada e ancorada no património florestal e natural, associada sobretudo à mobilidade suave e inclusiva.
- A excessiva área de circulação e estacionamento automóvel (sobredimensionamento nas novas urbanizações) pode ser revertida para alargamento de passeios e sua arborização, assim como permite o crescimento da utilização da bicicleta por simples marcação (pintura) de canais dedicados.

### Ameaças

- Capacidade de investimento público municipal ao nível das exigências de qualidade de vida dos residentes relativamente a outros territórios da área metropolitana, por falta de dinamismo económico num concelho de forte perfil residencial.
- Dificuldade em relançar a zona industrial de Campo (solo privado) num quadro de valorização das potencialidades logísticas da zona, dada a proximidade a um dos muito poucos locais de possível articulação rodoferroviária para mercadorias na área metropolitana e dada a existência de ligação ferroviária quase direta ao Porto de Leixões.

### Pontos Fortes (Forças)

- Centralidade da acessibilidade rodoviária (nós das autoestradas) e da acessibilidade ferroviária relativamente ao núcleo central da área metropolitana, com tempos de viagem muito atrativos, principalmente para o comboio, dada a localização central das interfaces ferroviárias.
- Grau de arborização do espaço público nas urbanizações residenciais, assim como qualidade da infraestrutura das circulações (pedonal e motorizada), que não ficam atrás de outras cidades mais centrais da área metropolitana.

### **Pontos Fracos (Fraquezas)**

- Excessiva dependência do mercado de emprego dos concelhos mais centrais da área metropolitana, com implicações nos tempos de viagem casa-trabalho/ escola que serão relativamente mais elevados, ficando menos tempo disponível para outro tipo de deslocações, o que afeta a qualidade de vida dos residentes.
- O espaço público afeto à circulação automóvel – rodagem e estacionamento – é demasiado elevado por sobredimensionamento das vias, o que dificulta o desenvolvimento da multimodalidade com base no aumento da importância dos modos suaves.

## **2.3. Desafios e Fatores Críticos**

### **Desafios**

- Capacidade de diálogo no quadro da autoridade de transportes da junta metropolitana, tendo em vista melhorar a oferta integrada de transporte coletivo, designadamente nas freguesias de Ermesinde, Alfena e Campo-Sobrado.
- Articulação com o município vizinho de Paredes para o tratamento e organização do sistema de transportes em conjunto com as freguesias de Lordelo, Rebordosa, Gandra e Recarei.
- Colocação da questão da Variante à N15 como um problema/ necessidade da rede nacional de estradas, dado estarmos perante um caso idêntico ao do atravessamento da cidade da Trofa e em resolução pela Infraestruturas de Portugal, SA.

### **Fatores Críticos**

- Tráfego de atravessamento na N15 no centro antigo da cidade de Valongo, impedindo a qualificação do espaço público, a atração de atividades economicamente mais relevantes e a consolidação de uma identidade urbana mais forte.
- Dificuldade para os transportes coletivos rodoviários se poderem afirmar no espaço concelhio com uma rede mais densa e com maior oferta de serviços, melhorando a articulação com o sistema ferroviário.

## 2.4. Estratégia de intervenção

### 2.4.1. Objetivos e Eixos Estratégicos

A componente da mobilidade no âmbito deste plano estratégico procura garantir dois aspetos essenciais: por um lado dar coerência a um conjunto de atuações municipais neste domínio para os próximos anos; por outro lado, dar o mote relativamente aos desígnios municipais nesta matéria e que terão de ser tratados de forma coerente num espaço territorial mais alargado, no âmbito do plano de mobilidade sustentável a elaborar para a área metropolitana (AM). O PMUS a realizar deverá ter como objetivo central viabilizar a qualificação do espaço público, a promoção da multimodalidade e a consolidação de uma repartição modal equilibrada, com consequências benéficas para a sustentabilidade urbana do ponto de vista ambiental, a sustentabilidade energética da Região Norte/ País, e ainda a sustentabilidade orçamental das pessoas e organizações. A qualificação do espaço público na vertente da eficácia do transporte ‘a pé’ e de bicicleta (modos suaves) e na promoção da intermodalidade, designadamente com a ferrovia, assim como a redução dos efeitos negativos do tráfego automóvel no ambiente urbano (N15 na ARU), deverão constituir as apostas estratégicas dos próximos anos. Contudo, frisa-se que o objeto principal desta estratégia é o incremento da mobilidade das pessoas e bens, preferencialmente conseguida em simultâneo com melhorias nas condições ambientais do território urbanizado e com melhor desempenho da equação energética em geral.

Uma mudança de paradigma na mobilidade urbana resultará da combinação de diferentes fatores que terão tempos diversos de evolução: (a) por um lado o da atuação municipal que está ‘obrigada’ a alterar critérios de conceção e gestão do espaço público tendo em vista a promoção de diferentes modos de transporte, valorizando os modos suaves e a redução do espaço ‘automóvel’ e suas externalidades, enquanto medida pró-multimodalidade, sem esquecer as questões da acessibilidade inclusiva; (b) por outro lado, a evolução da forma como os cidadãos olham para as cidades e que tende, de forma cada vez mais vincada, para uma cultura multimodal e para uma maior sensibilização perante as questões globais e locais da sustentabilidade; (c) e ainda a evolução dos métodos de gestão das organizações públicas e privadas com aumento de uma consciência de responsabilidade social que terá consequências na progressiva eliminação de práticas inimigas dessa sustentabilidade, principalmente no âmbito do ambiente e da energia, questões para as quais o tema dos transportes é especialmente relevante.

São três os **objetivos estruturantes da mobilidade** enquanto componente essencial da estratégia de desenvolvimento urbano (PEDU).

**Objetivo 1** – Promover o CRESCIMENTO DA MOBILIDADE INTRAURBANA tendo por base um aumento muito significativo da preponderância dos modos de transporte suaves na forma de funcionamento das circulações de pessoas e veículos no espaço público. Ao aumentar o grau de partilha entre diferentes modos de transporte e ao proceder-se ao aumento e melhoria de canais de circulação/ estadia de peões e bicicletas, pretende-se melhorar o atual padrão de mobilidade urbana com benefícios claros para as condições ambientais locais e, indiretamente, com efeitos na saúde pública.

**Objetivo 2** – Preparar as bases que deverão contribuir para o aumento dos aspetos identitários de Valongo como território associado a um património natural relevante no contexto da AM, acrescentando a esta característica um PERFIL ALTAMENTE ARBORIZADO em articulação, principalmente, com a melhoria do sistema pedonal do lado do conforto ambiental, principalmente nos meses de verão. Ambiente natural e mobilidade não motorizada deverão constituir os pilares da identidade urbana de Valongo como porta de entrada nas Serras do Porto.

**Objetivo 3** – Criar condições para, no curto e no médio prazo, RESOLVER O PROBLEMA DA DESQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E DA INSEGURANÇA RODOVIÁRIA AO LONGO DA N15, pelo menos na área da ARU de Valongo, o que pressupõe a definição de um compromisso estratégico com a entidade gestora da rede rodoviária nacional para a viabilização de uma solução em duas fases, considerando na primeira a viabilização de uma solução parcial para o problema e, na segunda fase, a construção dos troços em falta da variante prevista em PDM.

O diagnóstico realizado demonstra que no quadro metropolitano as cidades de Valongo e Ermesinde apresentam uma repartição modal relativamente mais equilibrada, muito embora esse equilíbrio possa não resultar das melhores condições em termos do perfil económico residente (moradores e atividades). O potencial da oferta do serviço ferroviário da CP (comboios ‘urbanos’), o perfil residencial das cidades, e o peso de famílias de rendimentos mais modestos (baixa taxa de motorização), explicam esse equilíbrio relativo na utilização dos diferentes modos de transportes.

A acessibilidade ‘a pé’ ao comboio para quem trabalha no núcleo central da AM, assim como aos principais polos empregadores, aconselha a que a atuação municipal tenha um enfoque muito

especial no desenvolvimento de um plano de melhoria de percursos pedonais estratégicos do ponto de vista da mobilidade intraurbana, que prossiga quatro objetivos específicos a destacar:

(a) melhorar o desempenho desses percursos através da qualificação dos pavimentos, da redução de obstáculos (inclusividade na sua utilização) e de barreiras ‘automóvel’, e ainda otimizar a iluminação noturna;

(b) melhorar o conforto desses percursos através da sua associação a um programa de reforço da arborização estratégica, o que deverá implicar, em muitos casos, alargamento das plataformas dos passeios tendo em vista responder com adequados níveis de serviço nas zonas de maior densidade pedonal;

(c) promover maior homogeneidade no espaço público (imagem de malha urbana mais consolidada) dando continuidade física a percursos que utilizam arruamentos de perfil muito diferenciado (normalmente construídos por agentes diferentes em processos de loteamento urbano) e

(d) criar condições efetivas de inclusividade relativamente à circulação pedonal.

Alguns critérios de base poderão ser estabelecidos tendo em vista a definição de prioridades de intervenção no sistema pedonal, dando-se preferência por estruturar percursos coerentes que estabeleçam ligação a zonas residenciais e locais de concentração de emprego, na sua relação com o acesso aos transportes públicos e no acesso ao centro das cidades. Atenção especial deverá ser dada aos percursos que concentrem maior procura no acesso aos centros escolares concelhios, às interfaces ferroviárias, aos centros de saúde e às zonas de maior concentração de comércio, valorizando esta atividade e potenciando o crescimento de outros serviços urbanos.

Colocam-se então algumas linhas de ação a desenvolver. Em primeiro lugar a criação de uma rede de percursos pedonais intraurbanos, preparados com critérios de projeto adequados e em que seja estabelecida uma relação menos desfavorável do peão relativamente ao automóvel: em circulação (cruzamentos onde em geral as soluções rodoviárias dão prioridade ao automóvel penalizando os tempos de espera para os peões); e estacionado (por exemplo, obrigar os peões a contornar baias de estacionamento em espinha existentes pontualmente ao longo dos arruamentos). Por outro lado, deverão ser prosseguidos critérios de projeto que garantam a acessibilidade inclusiva. O que

se pretende é aumentar a eficácia do transporte ‘a pé’ e aumentar o grau de uniformização da malha de arruamentos, através de elementos de continuidade.

A programação de percursos dedicados para bicicletas deverá prosseguir objetivos e linhas de atuação semelhantes às anteriormente descritas para o sistema pedonal, considerando-se que do ponto de vista da redução de conflitos com o sistema ‘automóvel’ haverá vantagens em coordenar os dois tipos de intervenção.

Esta temática deverá ser associada a um plano de ampla arborização dos territórios urbanizados com espécies que permitam desenvolver uma identidade urbana de porta de entrada no Parque das Serras do Porto. E esse programa poderá ter duas componentes distintas: (a) por um lado a arborização do espaço público em associação com a melhoria de percursos estruturantes para o sistema dos modos suaves; (b) por outro lado, o desenvolvimento de uma componente de fornecimento, a proprietários de lotes com logradouro de dimensões compatíveis, de espécies arbóreas escolhidas no âmbito da identidade desejada. Esta combinação programática deverá ter como objetivo transformar a cidade de Valongo na mais arborizada da AM em consonância com os programas em curso de reflorestação das Serras do Porto. Como nota, é ainda de referir que, nos últimos anos, o município de Valongo tem valorizado sobretudo uma estratégia concertada na prevenção de incêndios florestais, depois de décadas de destruição sistemática desse património, questão que deverá ser valorizada e associada ao programa de arborização estratégica dos territórios urbanizados e às condições do sistema de transportes.

Face ao papel da ferrovia nas deslocações pendulares e não só, considera-se estruturante o desenvolvimento de um programa de melhoria das condições físicas de funcionamento das interfaces rodo e ferroviárias, sendo que neste último caso estarão em causa aspetos internos - melhoria das condições nos edifícios e estruturas de suporte -, e aspetos externos associados quer à chegada ‘a pé’ como ao estacionamento automóvel e de bicicletas. Este programa terá de ser negociado com a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) e a CP tendo em vista o aumento da quota de passageiros no comboio.

Estas temáticas deverão constituir o núcleo central da atuação no âmbito da melhoria da mobilidade urbana, em que a questão principal relativa a este ciclo de investimentos públicos deverá jogar-se de forma assertiva na qualificação das condições físicas dos espaços de circulação e interface, designadamente com o sistema ferroviário.

Mas, outra linha de atuação terá de ser encetada tendo em vista a melhoria das condições ambientais e de segurança rodoviária no troço da N15 que atravessa o centro da CV e a zona da ARU. Não estando a construção da Variante (prevista em PDM) ao alcance do orçamento municipal nos próximos anos e tendo estagnado a dinâmica imobiliária que permitiu viabilizar por privados alguns tramos já existentes, haverá que encontrar outra solução para a sobrecarga de tráfego identificada na N15 no centro da cidade. Também não está assumida pela IP (o que não acontece no caso semelhante da N14 na Trofa), a construção dessa variante, como também não é expectável a possibilidade de eliminação de portagens para tráfego que utilize a A4 entre os nós de Valongo e do Campo, para ambos os sentidos. Confirmando-se a impossibilidade desta última hipótese, cuja negociação deverá ser tentada, propõe-se a intervenção em duas fases distintas.

Em primeiro lugar (Fase 1) viabilizar a curto prazo a deslocação do sentido nascente-poente na N15 para um percurso alternativo a definir pela CMV em acordo com a IP. Haverá que garantir, em primeiro lugar, financiamento para um estudo de circulação que defina a solução a implementar e, em segundo lugar, financiamento para a concretização da solução definida, incluindo designadamente obra rodoviária de raiz (algum troço da variante prevista), garantindo o desvio de tráfego no sentido nascente-poente da N15 no centro tradicional da CV.

Para a concretização deste objetivo terá de assumir-se que a solução (obra) poderá absorver custos de diferente natureza: (a) construção de infraestrutura rodoviária nova – fecho de malha - em situações a estudar em função da estrutura viária existente; (b) aquisição e colocação de sinalização vertical de código e indicativa do novo percurso e sinalização da rede atual nas alterações que forem necessárias; (c) colocação de sinalização horizontal no percurso atual e no novo percurso, viabilizando a solução em sentidos únicos, total ou parcialmente; (d) execução de obras de reordenamento do espaço-canal na N15 adaptando o seu *layout* à nova realidade (sentido único) com melhoria para o sistema pedonal.

Acresce ainda dizer que a solução terá forçosamente que garantir a acessibilidade às duas entradas da estação ferroviária de Valongo, condição para a manutenção das condições de intermodalidade existentes e que se pretendem ver desenvolvidas com as intervenções de melhoria nas interfaces ferroviárias, designadamente na sua função P+R, relativamente à qual já existe capacidade instalada. Aliás, será desejável melhorar a acessibilidade ao comboio a partir do norte, ou seja, da freguesia de Sobrado, assim como das freguesias vizinhas pertencentes ao concelho de Paredes.

Em segundo lugar (Fase 2), protocolar com a IP um calendário para a execução das partes em falta da Variante que poderá ir para além do calendário do atual PETI 2014-2020, o que significa que a fase 1 garantirá pelo menos o período de transição num arco temporal que neste momento é imprevisível, mas que poderá ser estimado em cerca de 7 anos (2016-2023), o que é perfeitamente justificável. Assim, considera-se imprescindível ter concluído a primeira fase em finais de 2016 ou no primeiro trimestre de 2017.

É importante frisar os elevados benefícios ambientais e económicos desta solução para o centro da CV, quer pela redução da poluição do ar, do ruído e da trepidação nos edifícios, assim como pelo aumento previsível da atratividade para as atividades locais (comércio em especial), por melhoria da acessibilidade ‘a pé’ e também pelo aumento da capacidade de estacionamento automóvel, onde se entender como estritamente necessário.

Por último uma referência à importância de Valongo/ Campo no quadro da macro logística metropolitana decorrente da conjugação/ proximidade de duas infraestruturas relevantes, a Linha do Douro e a CREP (A41), o que configura uma das raras possibilidades de desenvolvimento da plataforma multimodal já existente e que beneficia da frente da via ferroviária, com potencial de crescimento também como eventual ‘porto seco’ de Leixões. Atenda-se a que a capacidade de expansão do porto de mar está esgotada com a construção da sua plataforma logística, esta claramente vocacionada para os principais clientes portuários, pelo que haverá mercado para outras atividades de segunda linha que liberte espaço portuário para funções de maior rentabilidade, dado até o crescimento do movimento de contentores nos últimos anos. Um programa desta natureza implicará financiamento na obtenção de solo público capaz de viabilizar o projeto em articulação entre a CMV e a APDL e outros atores privados eventualmente interessados – por exemplo o SPC Multiusos do Grupo SAPEC, empresa detentora do Terminal Multiusos do Norte em Valongo.

Muito embora esta temática não tenha relação direta com o programa de financiamento formatado pelo PEDU, é de admitir que a sua concretização (que o acorde de parceria comercial EU-USA poderá fazer acelerar) poderá contribuir para um aumento da dinâmica do centro tradicional em termos da instalação de novos serviços complementares de apoio.

Poderemos pois concluir que o **território urbanizado de Valongo deverá prosseguir 2 Eixos estratégicos** que o coloquem na linha da frente da primeira coroa envolvente do núcleo central da AM, assumindo-se como:

**I. ÁREAS URBANAS ANCORADAS NO PATRIMÓNIO FLORESTAL E NATURAL** - O seu enquadramento nas Serras do Porto e no contexto da AM deverá ser potenciado com o desenvolvimento de um perfil urbano associada a um bom desempenho ambiental em termos da mobilidade, assim como à imagem da (s) cidade (s) mais arborizada (s) da AM.

Estes dois desígnios, muito embora pertençam a setores diferentes da gestão municipal, devem ser associados numa atuação concertada capaz de garantir resultados a médio prazo, o que poderá implicar uma reestruturação orgânica da Câmara Municipal juntando a mobilidade ao ambiente numa única orientação estratégica, aspeto a que o município saberá estar atento.

**II. CIDADES DE FORTE EQUILÍBRIO MODAL** - A mobilidade intraurbana que respeita aos movimentos pendulares apresenta uma repartição modal relativamente mais equilibrada do que noutras cidades, e essa tendência deverá ser aprofundada tendo como pano de fundo o carácter residencial das cidades, a par com o esforço de ampliação das oportunidades locais de emprego associadas a um perfil industrial que deverá ser diversificado o mais possível no contexto da AM. A assunção deste perfil só poderá ser aceite se, em simultâneo, houver um esforço de qualificação ambiental e funcional dos territórios urbanizados, aumentando a capacidade de atração de serviços e comércio, o que por sua vez só poderá ser conseguido, no caso da cidade de Valongo, com a resolução da sobreutilização da N15 por tráfego de atravessamento.

## 2.4.2. Programa de Ação

Em termos de investimentos que se pretende mobilizar, identificam-se as seguintes ações, transversais ao território:

- 1.1 M1 - Incremento da infraestrutura de mobilidade suave do concelho de Valongo
- 1.2 M2 - Plano de arborização Urbana no Concelho de Valongo
- 1.3 M3 - Qualificação interna e externa das interfaces ferroviárias
- 1.4 M4 - Plano de Circulação para a N15 no perímetro da ARU
- 1.5 M5 - Construção e implementação da solução provisória para a N15 em 'sentido único parcial'
- 1.6 M6 - Acessibilidade para Todos

### PRIORIDADES:

**1ª PRIORIDADE** - Ações nº 1.1; 1.3 e 1.6

**2ª PRIORIDADE** - Ações nº 1,2; 1.4 e 1.5



# PEDU

## PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

## Sumário

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>62</b>
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>63</b>
<b>1. PROCESSOS DE DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS ARU</b>	<b>64</b>
<b>2. MODELO URBANO E HABITACIONAL NA ARU EIXO ANTIGO DE VALONGO</b>	<b>66</b>
2.1 MODELO URBANO	66
2.2 MODELO HABITACIONAL	74
<b>3. MODELO ECONÓMICO</b>	<b>79</b>
3.1 ELEMENTOS DE CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO E DA ARU "EIXO ANTIGO DE VALONGO"	79
3.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO	84
<b>4. REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO</b>	<b>88</b>
<b>5. ANÁLISE SWOT</b>	<b>90</b>
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	90
PRINCIPAIS AMEAÇAS	91
PRINCIPAIS PONTOS FORTES	92
PRINCIPAIS PONTOS FRACOS	93
<b>6. PROGRAMA DE AÇÃO</b>	<b>94</b>

## Índice de figuras

FIGURA 18. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA. ....	64
FIGURA 19. LOCALIZAÇÃO DAS ARU NA PLANTA DE ORDENAMENTO DO PDM.....	66
FIGURA 20. ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO, PLANTA DE TRABALHO, 1956. ....	69
FIGURA 21. ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO, CONDIÇÕES NATURAIS DO TERRENO E ESQUEMA RODOVIÁRIO, 1956. ARQ. MARIA JOSÉ MOREIRA DA SILVA E DAVID MOREIRA DA SILVA, ARQUIVO DA DGOTDU.....	69
FIGURA 23. AMPLIAÇÃO PARA POENTE DA URBANIZAÇÃO DE VALONGO, OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO, 1969. ....	70
FIGURA 22. ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO, REVISÃO, 1961. ....	70
FIGURA 24. ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE VALONGO, PLANTA – DENSIDADES HABITACIONAIS, 1956. ....	71
FIGURAS 25. LOCALIZAÇÃO DA ARU DO EIXO ANTIGO DE VALONGO.....	72
FIGURAS 26. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO .....	73
FIGURAS 27. EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO DE CARIZ SOCIAL NA ARU DO EIXO ANTIGO DE VALONGO .....	73
FIGURA 28. ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL POR FORMA DE OCUPAÇÃO, 2011 .....	75
FIGURA 29. POPULAÇÃO RESIDENTE JOVEM E IDOSA .....	76
FIGURA 30. EDIFICADO POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, 2011 .....	77
FIGURA 31. EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS ATÉ 1980 E DEGRADAÇÃO DO EDIFICADO.....	77
FIGURA 32. EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO NO CONCELHO E NA CIDADE, EM 2011 .....	78
FIGURA 33. EDIFÍCIOS POR PISOS NO CONCELHO E NA CIDADE, EM 2011.....	78
FIGURA 34. EDIFÍCIOS POR TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NO CONCELHO E NA CIDADE, EM 2011.....	79
FIGURA 35. EMPREGADOS POR EMPRESA EM 2013-2014 .....	81
FIGURA 36. INDICADORES ECONÓMICOS DAS ARU'S, 2013-14 .....	82
FIGURA 37. PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2009 E 2012 .....	83
FIGURA 38. FICHA ESTATÍSTICA SÍNTESE DA ARU EIXO ANTIGO DE VALONGO .....	87

## Siglas e abreviaturas

ARU – Área de Reabilitação Urbana

ARUEAV – Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo

EIDT – Estratégica Integrada de Desenvolvimento Territorial

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

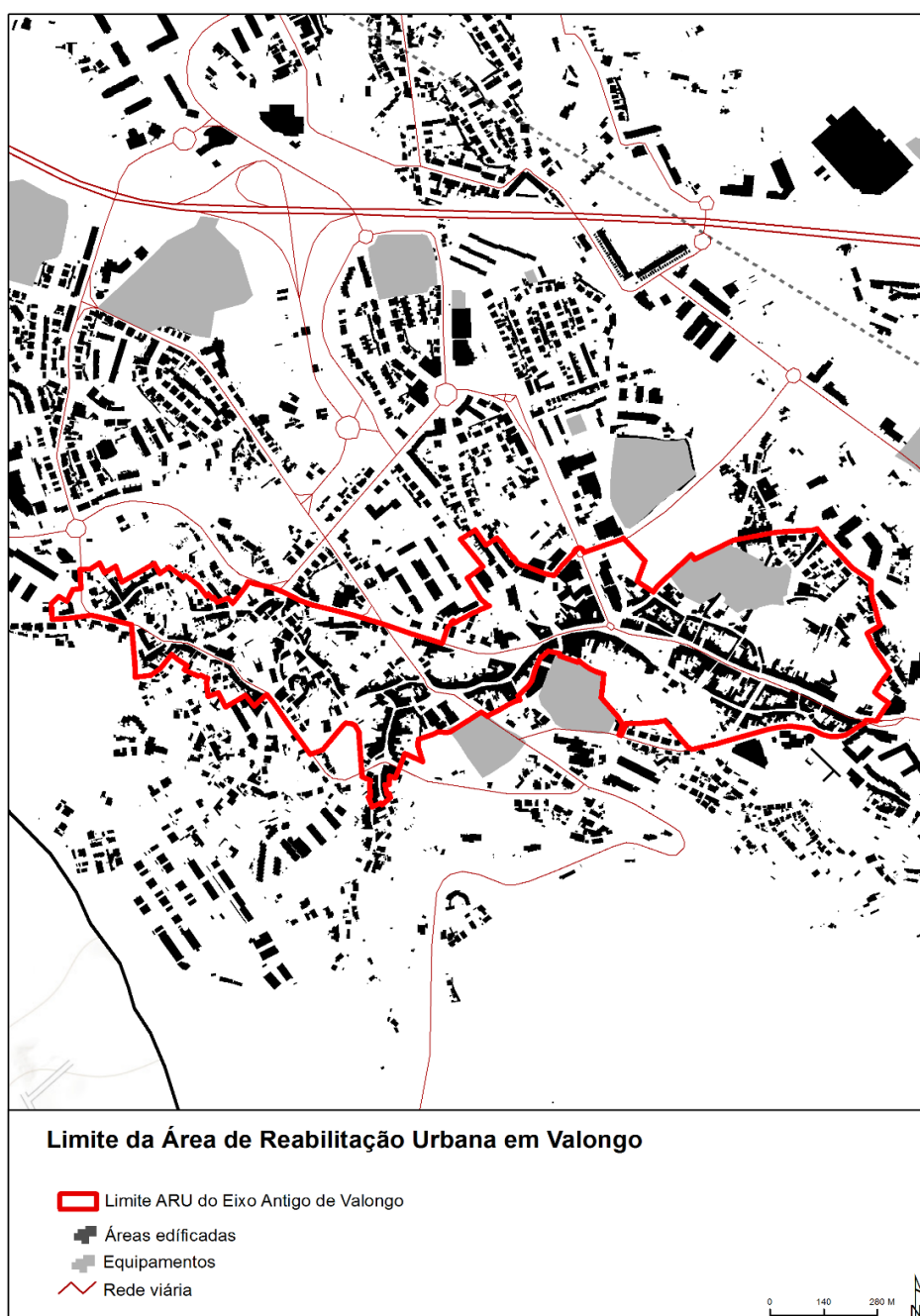
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território da região Norte

## 1. Processos de definição e delimitação das ARU

O PEDU de Valongo só identifica em termos estratégicos uma ARU, a ARU “Eixo Antigo de Valongo” (ARUEAV) (Figura 18). A cidade de maior dimensão do concelho de Valongo, Ermesinde, foi objeto de um número significativo de ações e investimentos no âmbito dos últimos Quadros Comunitários. Assim, neste novo ciclo de investimentos a intervenção do PEDU de Valongo irá focar-se em Valongo (sede de concelho), na ARU do Eixo Antigo de Valongo, aprovada em Assembleia Municipal e publicada em DR, 2.ª série, N.º 117, 18/06/2015.

Figura 18. Localização da Área de Reabilitação Urbana.



Fonte: CM-Valongo; CEGOT.UP

Toda a área da ARU do Eixo Antigo de Valongo, pelo menos no essencial da sua malha mas também em algum do edificado, faz parte do que poderemos considerar o aglomerado inicial e histórico de Valongo, mesmo se tendencialmente menos longilínea, pelos maiores declives, e menos consolidada, por cedo ter sido substituída pela variante oitocentista onde se edificou a Escola Conde Ferreira, inaugurada em 1870.

Pela sua formação gradual e longa, por decorrer de sucessivos e paulatinos acrescentos, da adição de decisões individuais e de elementos planeados (como a EN 15, condicionada por disposições legais quanto a perfis longitudinais e transversais desde que era Estrada Real), o Eixo Antigo de Valongo possui características que lhe conferem um carácter próprio e singular que o distinguem face à maioria do restante tecido urbano do aglomerado de Valongo.

Assim, na essência, as áreas que constituem a ARUEAV apresentam-se como as mais antigas da cidade, cuja malha e boa parte do edificado surgiram até ao século XIX (apesar de alguns edifícios anteriores, como a notável Casa do Anjo, datada de 1766 no Antepiano de 1956), sendo áreas de predomínio da morfologia urbana tradicional que mantiveram os seus traços fundamentais, diferenciando-se na densidade do edificado hoje, como na origem ou em 1956 (“Planta – Densidades habitacionais”), sendo a parte da Sr<sup>a</sup> da Hora e da Boavista, em topografia mais movimentada, a de feição mais alargada, enquanto o eixo estruturado entre a Rua Dias Oliveira e a Rua Alves Saldanha, em chão mais aplanado, apresenta um aspeto mais longilíneo e compacto.

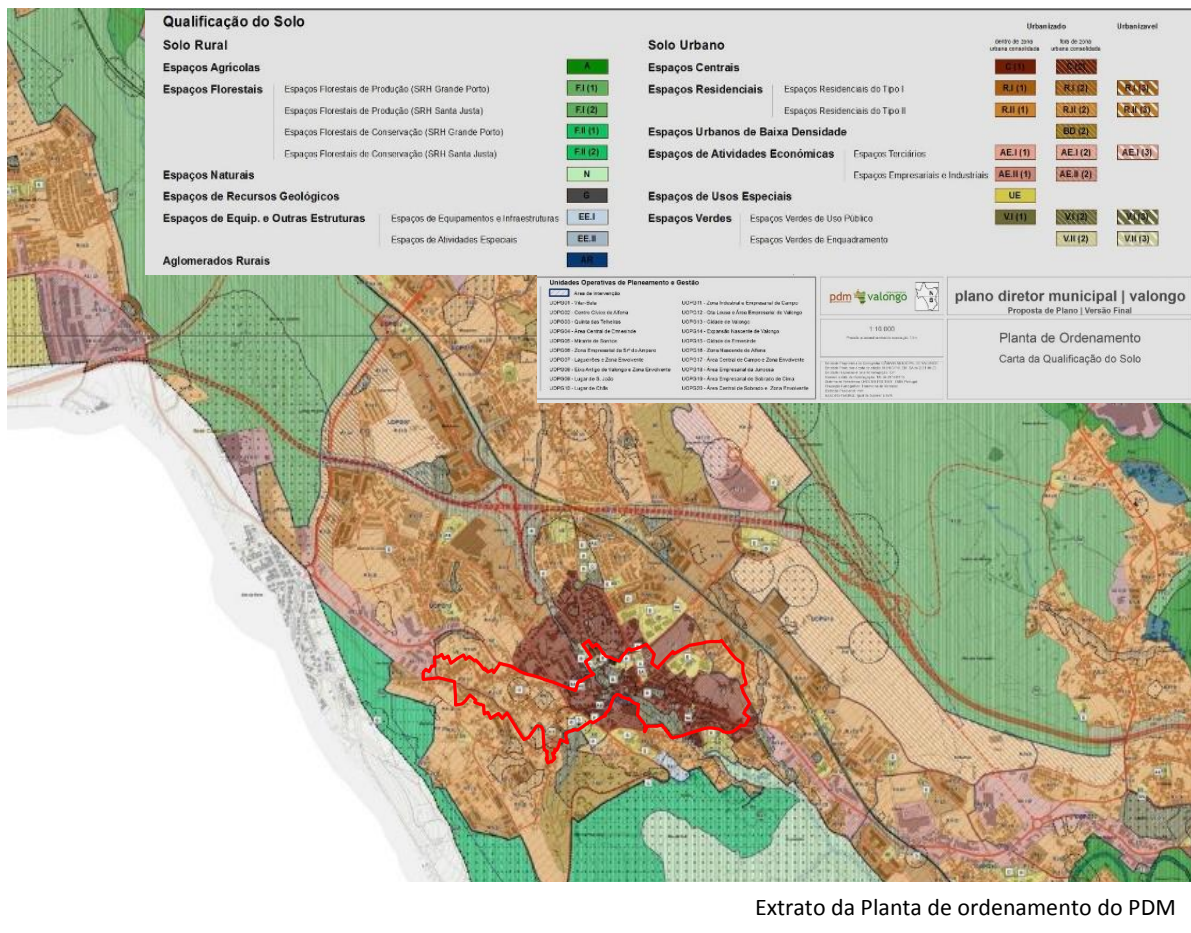
Com base nos diversos planos elaborados e executados nos últimos 40 anos, foi-se materializando uma cidade equilibrada, mas mais ou menos qualificada:

- Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo (1956);
- Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo (revisão 1961);
- Ampliação para poente da urbanização de Valongo (1969);
- Plano de Pormenor do Eixo Antigo de Valongo e Área Adjacente (2005, não aprovado);
- UOPG08 Eixo Antigo de Valongo e Zona Envolvente – PDM (2015);
- ARU do Eixo Antigo de Valongo, aprovada em Assembleia Municipal e publicada em DR, 2.<sup>a</sup> série, N.º 117, 18/06/2015.

De facto, importa intervir numa área onde, segundo os Censos de 2011, a maioria do edificado é anterior a 1980 (81% é anterior a 1980 e 55% anterior a 1960) e parte considerável do mesmo se encontra degradado (306 edifícios correspondendo a cerca de 36%), sabendo-se, além disso, que

mesmo sem programas de apoio e com a contenção económica e financeira dos últimos anos, existe alguma dinâmica nos pedidos de licenças e admissão de consultas prévias na Câmara Municipal de Valongo para a área da ARU, com uma média de cinco pedidos anuais desde 2009, número já atingido para 2015 e que será, certamente, consideravelmente incrementado. Acresce, finalmente, que segundo o PDM em vigor a ARUEAV não conta com qualquer condicionante de RAN ou REN e concentra parte importante do património arquitetónico concelhio (Figura 19).

**Figura 19. Localização das ARU na Planta de Ordenamento do PDM**



## 2. Modelo Urbano e Habitacional na ARU Eixo Antigo de Valongo

### 2.1 Modelo Urbano

Apesar da assinalada repartição por duas grandes bacias hidrográficas (dos rios Leça e Douro), o povoamento do território concelhio de Valongo foi, e é, marcado pelas secções dos vales do rio Leça e do rio Ferreira (e, naturalmente, o correspondente interflúvio), bem como pelo alinhamento das serras de Santa Justa e de Pias. De facto, independentemente das altitudes (variam entre os 30 metros na

parte mais jusante do rio Ferreira e os 385 metros na serra de Pias), foram os declives que condicionaram o povoamento, o qual se foi estendendo pelas depressões alveolares do vale do Leça (Alfena e Ermesinde) e do vale do Ferreira (Campo e Sobrado), evitando os declives acentuados (frequentemente acima dos 10%) predominantes nas áreas do interflúvio e das serras.

Além destes e antes deles, desenvolveu-se o aglomerado de Valongo aproveitando a depressão de Valongo/Suzão, na parte adjacente ao lugar de menor dificuldade na travessia da serra para quem, do Porto e com cerca de duas léguas andadas, seguia por estrada para o interior trasmontano. Aí, junto ao rio Simão e ao entroncamento da estrada para Gondomar, mas principalmente ao longo do que viria a ser a E.N. 15, foi-se estendendo e densificando a povoação de Valongo, com incontornáveis ligações à atividade mineira, mas sendo essencialmente importante entreposto de estrada, entretanto reforçado pela ferrovia que nas proximidades encontrara o colo mais adequado para o traçado da linha do Douro, cujo entroncamento com a linha do Minho condicionaria e explicaria o crescimento Ermesinde.

Assim, sendo Valongo um concelho polinucleado, predominantemente residencial e com múltiplas dependências funcionais metropolitanas (onde se destaca o Porto), compreende-se a necessidade e estratégia de investir na qualificação do espaço público e na reabilitação do edificado, dedicando-se especial atenção ao aglomerado urbano mais antigo do concelho, no sentido do reforço da sua capacidade atrativa e da sua centralidade, enquanto núcleo primordial e potencial catalisador económico, social, cultural e ambiental do concelho, visando a sua revitalização enquanto espaço singular, de referência identitária e de usufruto e lazer urbano, devendo também funcionar como articulador de percursos urbanos (em torno dos produtos locais regueifa e biscoitos) e de outra índole, por exemplo enquanto “porta da serra”, da lousa, dos das minas milenares, do Sítio Valongo (classificado como Rede Natura, em 2004), do ambiente.

Utilizada para identificar entidades espaciais diversas, a expressão “Eixo Antigo de Valongo” encontra aqui o território que melhor se lhe adequa, no que toca à antiguidade, ao titular a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo (ARUEAV), aprovada em Assembleia Municipal e publicada em DR, 2.ª série, N.º 117, 18/06/2015.

De facto, a denominação foi utilizada no “Plano de Pormenor do Eixo Antigo de Valongo e Área Adjacente” (recentemente elaborado pelo GTL no âmbito do PRAUP – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas) e na recente revisão de PDM, para identificar a UOPG08 (“Eixo Antigo de

Valongo e Zona Envolvente”), mas restringindo o limite ocidental, em ambos os casos, ao edificado da Rua Dias Oliveira e da travessa com o mesmo nome, excluindo toda a área das ruas de Sousa Viterbo, da Boavista, de Marques da Rocha, entre outras, bem como a própria capela de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Hora, do século XVII e popularmente considerada como a primeira igreja de Valongo. Ora, independentemente da data das atuais construções, toda esta área, pelo menos no essencial da sua malha mas também em algum do edificado, faz parte do que poderemos considerar o aglomerado inicial e histórico de Valongo, mesmo se tendencialmente menos longilínea, pelos maiores declives, e menos consolidada, por cedo ter sido substituída pela variante oitocentista onde se edificou a Escola Conde Ferreira, inaugurada em 1870.

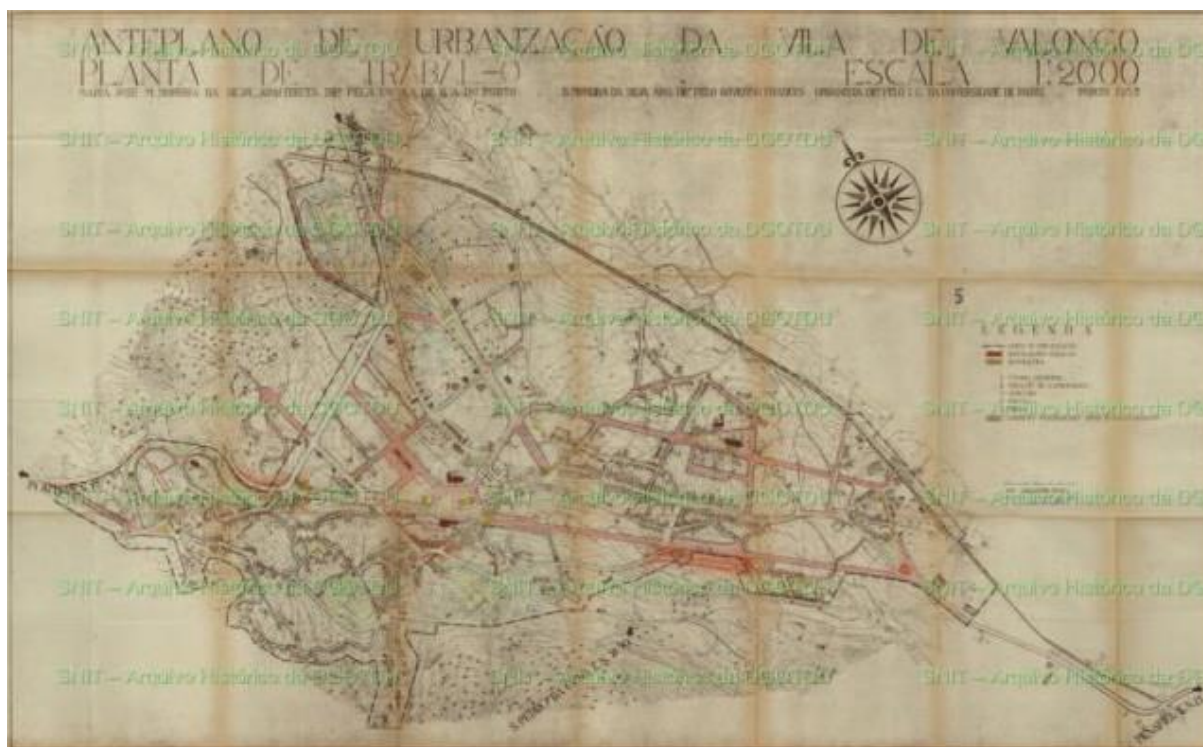
Pela sua formação gradual e longa, por decorrer de sucessivos e paulatinos acrescentos, da adição de decisões individuais e de elementos planeados (como a EN 15, condicionada por disposições legais quanto a perfis longitudinais e transversais desde que era Estrada Real), o Eixo Antigo de Valongo possui características que lhe conferem um carácter próprio e singular que o distinguem face à maioria do restante tecido urbano do aglomerado de Valongo, vistas a relativa juventude deste e, contrariamente ao que é comum pensar, as características reveladoras de um espaço genericamente planeado, pelo menos na estrutura fundamental e em alguns “pedaços” de cidade.

Assim terá sido em relação às atuais avenidas 5 de Outubro e 25 de Abril, em direção ao Calvário e a Suzão, bem como parte da Avenida Oliveira Zina, entre a igreja matriz e o cemitério e a estrada nacional, todas com retilíneas características oitocentistas e, apesar de despidas de edifícios, já existentes e representadas no “Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo”, de 1956 (com revisão de 1961) e dos arquitetos David Moreira da Silva e Maria José Moreira da Silva (Figura 20 e Figura 22). Neste plano, no essencial, propunha-se o desenho para a ocupação daquele triângulo e para a zona do Calvário, ao que se acrescentava a proposta de dois eixos paralelos à EN 15, a Norte e a Sul do tramo das ruas do Padrão e de Alves Saldanha. O eixo a Norte, de importância local, enquanto o eixo a Sul, a construir em viaduto sobre o rio Simão, seria elemento essencial da rede viária (ver mapa “Condições naturais do terreno e esquema rodoviário” (Figura 21), devendo ser dedicado “exclusivamente ao tráfego pesado de passagem” e substituir o eixo antigo, “dadas as suas acanhadas proporções, características e dupla função, urbana e de longo curso” (Anteplano de 1956).

Como se sabe, nenhum chegou a concretizar-se, mas na ideia da possibilidade de ambos poderá residir, pelo menos em parte, a explicação para a presente permanência daqueles espaços livres, prevendo-se entretanto, no Plano de Pormenor do Eixo Antigo de Valongo e Área Adjacente (pp. 5-6), “a

requalificação de duas áreas envolventes: a primeira, por se tratar de terrenos marginais ao Rio Simão e como tal áreas a proteger e a valorizar paisagística e ambiental; e a segunda, por se tratar de uma área (rural) degradada que constitui um vazio urbano considerável a colmatar na zona central da cidade”, sendo esta uma emulação do eixo Norte, com ajustamentos no traçado e, naturalmente, distintas propostas para o edificado.

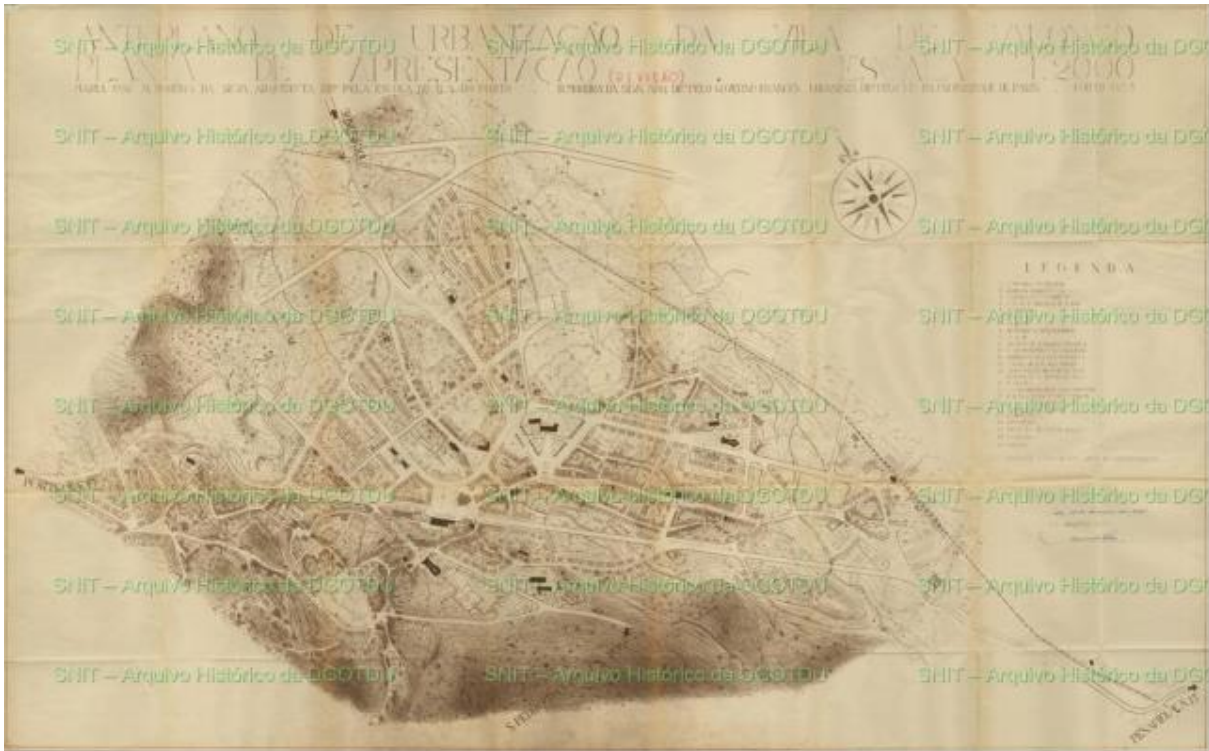
**Figura 20. Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo, Planta de Trabalho, 1956. Arquitetos Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, Arquivo da DGOTDU.**



**Figura 21. Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo, Condições naturais do terreno e esquema rodoviário, 1956. Arq. Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, Arquivo da DGOTDU.**



**Figura 22. Antepiano de Urbanização da Vila de Valongo, Revisão, 1961.**  
**Arquitetos Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, Arquivo da DGOTDU.**



Para confirmar que tudo o resto é relativamente recente, basta atentar na mancha da “expansão actual da construção” representada em cartografia de 1969, no plano de “Ampliação para Poente da Urbanização de Valongo”, dos arquitetos Manuel D’Ávila e Domingos Fernandes, onde se verifica a contida Valongo de há 45 anos pouco mais abarcava do que a área que agora integra a ARUEAV (Figura 23).

**Figura 23. Ampliação para Poente da Urbanização de Valongo, Ocupação Atual do Solo, 1969.**  
**Arquitetos Manuel D’Ávila e Domingos Fernandes, Arquivo da DGOTDU.**



Assim, na essência, as áreas que constituem a ARUEAV apresentam-se como as mais antigas da cidade, cuja malha e boa parte do edificado surgiram até ao século XIX (apesar de alguns edifícios anteriores, como a notável Casa do Anjo, datada de 1766 no Anteplano de 1956, a necessitar de restauro), sendo áreas de predomínio da morfologia urbana tradicional que mantiveram os seus traços fundamentais, diferenciando-se na densidade do edificado hoje, como na origem ou em 1956 (“Planta – Densidades habitacionais” (Figura 24), sendo a parte da Sr.<sup>a</sup> da Hora e da Boavista, em topografia mais movimentada, a de feição mais alargada, enquanto o eixo estruturado entre a Rua Dias Oliveira e a Rua Alves Saldanha, em chão mais aplanado, apresenta um aspeto mais longilíneo e compacto.

**Figura 24. Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo, Planta – Densidades habitacionais, 1956. Arquitetos Maria José Moreira da Silva e David Moreira da Silva, Arquivo da DGOTDU.**



Naturalmente, ambas necessitam de intervenções de qualificação do espaço público (visando o conforto do peão e o privilégio de modos suaves de mobilidade) e do edificado, embora com distintos acentos tónicos, mais forte em relação ao espaço público no primeiro caso, sublinhando-se, no segundo, a importância de cuidar da imagem do edificado, em alguns casos profundamente afetada pela alteração de vãos e de materiais originais.

Neste sentido, assinala-se, a propósito, a pertinência da manutenção de alguns dos objetivos gerais enunciados no Plano de Pormenor do Eixo Antigo de Valongo e Área Adjacente, de onde se extraem e relevam os seguintes:

- “Potenciar o carácter de centro histórico e de memória da cidade do Eixo Antigo de Valongo, promovendo a salvaguarda dos valores patrimoniais e identitários”;
- “Reforçar o papel de centro de comércio e de vivência social do Eixo Antigo de Valongo, através da reabilitação do edificado e da requalificação dos espaços de uso coletivo”;
- “Reforçar a articulação do Eixo Antigo de Valongo com a Cidade, através do reordenamento das zonas envolventes e do estabelecimento de uma rede de espaços de utilização coletiva estruturadores do conjunto urbano”;
- “Potenciar a regeneração do tecido urbano envolvente, aproveitando os efeitos multiplicativos e a exemplaridade das intervenções na área do Plano”.

**Figuras 25. Localização da ARU do Eixo Antigo de Valongo**

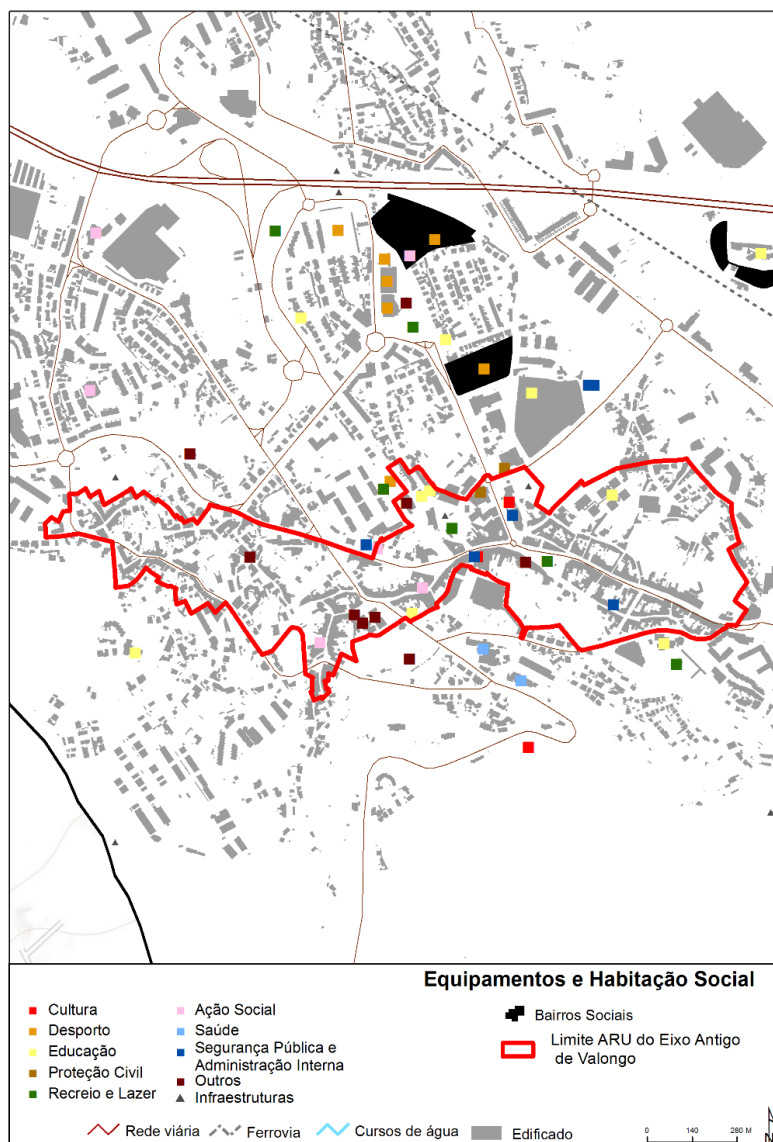


Fonte: CM-Valongo; CEGOT.UP

Figuras 26. Aspetos do edificado e espaço público da ARU do Centro Histórico



Figuras 27. Equipamentos e habitação de cariz social na ARU do Eixo Antigo de Valongo



Fonte: CM-Valongo; CEGOT.UP

## 2.2 Modelo Habitacional

Inicialmente estruturada de forma linear ao longo da EN15 (“eixo antigo de Valongo”), a malha urbana expandiu-se transversalmente (com base em serventias existentes e por novas infraestruturas), conformando uma malha heterogénea e fragmentada, com traçado mal hierarquizado e relativamente desarticulado, envolvendo os espaços não edificados dos cursos de água que atravessam a cidade. Na área central da ARU, junto ao largo do Centenário/rua de S. Mamede (lugar dos Antigos Paços do Concelho), as ribeiras Simão e Ponte da Presa juntam-se formando o rio Simão (afluente do rio Ferreira), que conferem forte identidade aos espaços não edificados existentes.

Na ARU EAV distinguem-se vários sectores com distintos padrões morfotipológicos, escalas e modelos urbanísticos.

Estruturada pela EN15 (Rua Alves Saldanha/Rua do Padrão), entre a Rua Joaquim Marques dos Santos e a Rua do Norte, encontra-se uma malha constituída por quarteirões de matriz tradicional, com edifícios de um ou dois pisos, alguns dos quais (ao longo da frente sul) ainda na correspondência a antigas soleiras sobreelevadas em relação à cota atual do arruamento. Trata-se fundamentalmente de um sector residencial com base em tipologias tradicionais, embora parte significativa das construções na EN15 apresentem funções comerciais inseridas no piso térreo.

O núcleo estruturado pelo eixo da rua de Sousa Paupério/rua Sousa Pinto e pela rua Dias Oliveira, constitui-se como forma linear (sinuosa) de conjuntos compactos de frente urbana, pontuada pela Igreja Matriz e por alguns serviços e atividades empresariais (como a Fábrica Paupério), sendo que a maioria das construções corresponde a tipologias de habitação unifamiliar.

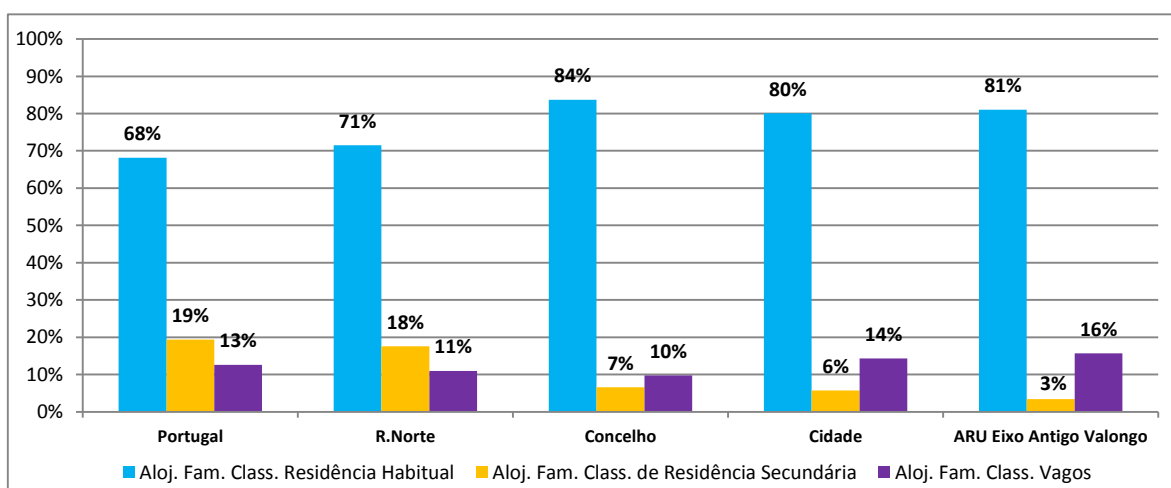
O núcleo de matriz orgânica na envolvente e a poente da capela de Nossa Senhora da Hora apresenta estruturas com morfologias, padrões tipológicos e *standards* muito diversificados. O seu traçado de suporte constituído por uma rede irregular de serventias locais é marcado por elevada isotropia em suporte físico movimentado (pequena colina), conformando bolsas não edificadas de dimensão apreciável à escala da área central de Valongo. Sendo a função residencial preponderante, nesta forma urbana heterogénea coexistem construções de matriz rural com programas de habitação operária, tipologias unifamiliares e algumas formas de habitação coletiva agregadas em blocos resultantes de urbanizações recentes. O manifesto défice de desenho urbano e a estrutura monofuncional dominante são aspetos pouco compatíveis com a escala e morfologias em presença.

A ARU de Valongo, no seu conjunto e à escala da cidade, apresenta-se assim como um tecido heterogéneo predominantemente residencial com fraco nível de consolidação, não obstante a compacidade e valor conjunto das suas formas mais antigas constituídas pelos quarteirões tradicionais e pela malha orgânica com frentes urbanas contínuas. A existência de bolsas não urbanizadas permite considerar futuros programas de estruturação urbanística e ambiental, nomeadamente por diversificação do balanço funcional (à escala da ARU e às escalas de cada uma das suas formas parciais), melhoria do nível das infraestruturas urbanísticas e implementação de padrões relevantes de desenho urbano.

O modelo residencial apresenta-se como um mosaico de estilos, morfologias e tipologias, integrando alguns fatores de coesão territorial, ainda latentes e com aspetos por evidenciar, inerentes ao sistema de espaços coletivos e ao sistema ecológico dos corredores dos cursos de água. A fraca qualificação ambiental dos espaços públicos acentua o efeito de fragmentação da forma urbana. As principais referências urbanas são alguns elementos de traçado com forte carga funcional e os valores patrimoniais disseminados na malha urbana que constituem, sobretudo, fatores distintivos e de caracterização dos lugares em que se inserem.

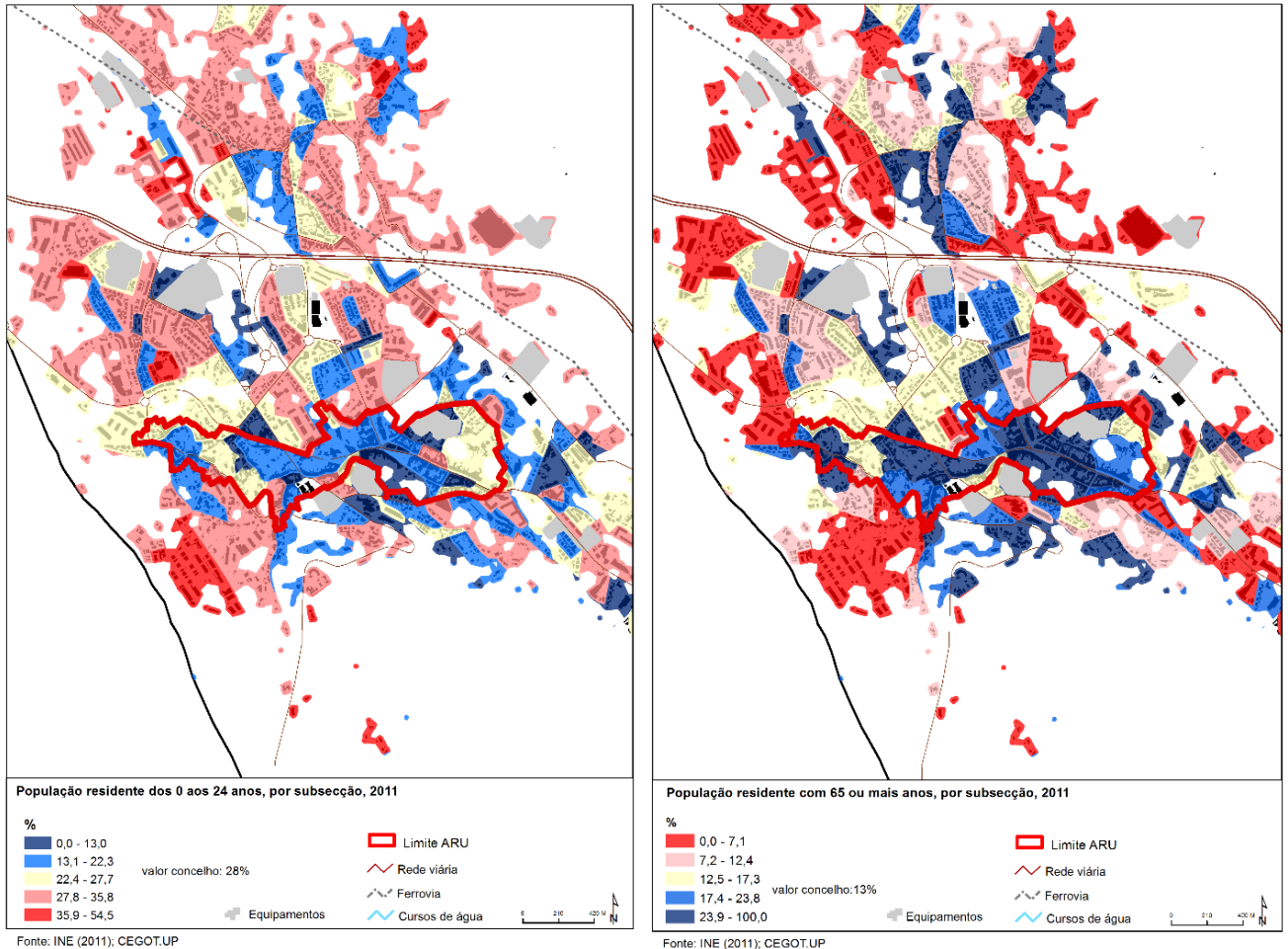
De qualquer forma, a resultante censitária de todas as características mostra que o tecido urbano do Eixo Antigo de Valongo é maioritariamente constituído por edifícios exclusivamente residenciais (87,8%), com 2 a 3 pisos e com 1 ou 2 alojamentos, predominando os edifícios de residência habitual dos proprietários (68,7%, face aos 31,3% de residência habitual de arrendatários). Esta função residencial é ainda mais evidente se analisarmos a forma de ocupação dos alojamentos, em que 81% são de residência habitual, sendo de destacar os 16% de alojamentos vagos (acima dos valores do concelho, da região Norte e do país) (Figura 28).

**Figura 28. Alojamentos familiares de residência habitual por forma de ocupação, 2011**



Os valores censitários revelam ainda uma situação de preocupante regressão demográfica nesta área, com uma diminuição de cerca de 13,3% da população residente entre 2001 e 2011 (passando de 2738 para 2374 habitantes) e já com número semelhante de idosos (525 residentes com 65 ou mais anos) e de jovens (533 residentes com 0 a 24 anos) (Figura 29).

**Figura 29. População residente jovem e idosa**



Esta situação, particularmente a diminuição da população residente, aliada às características particulares do Eixo Antigo de Valongo, com 81% dos edifícios construídos antes de 1981 (30% antes de 1919) e 36% identificados como degradados (Figura 30 e Figura 31), com diminuto aumento do número de edifícios e do número de alojamentos (5% em ambos os casos) entre 2001 e 2011, contextualiza a sublinhada necessidade de intervenção no sentido da regeneração e alteração do contexto de estagnação existente.

Figura 30. Edificado por época de construção, 2011

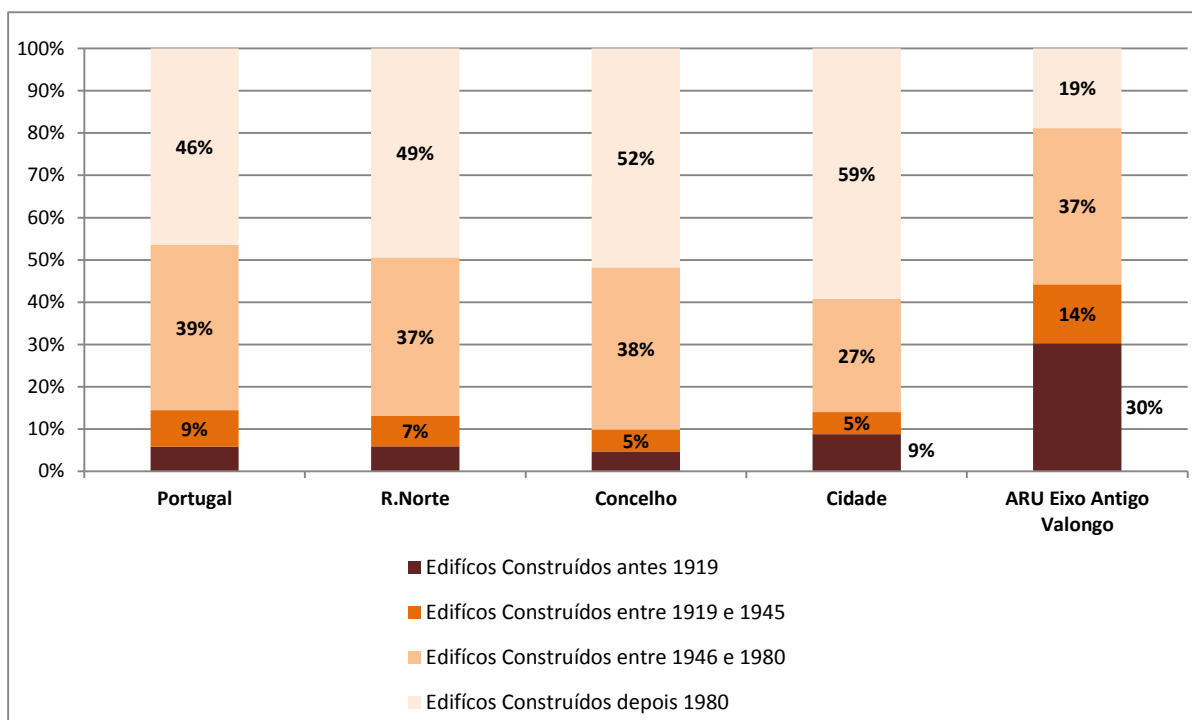
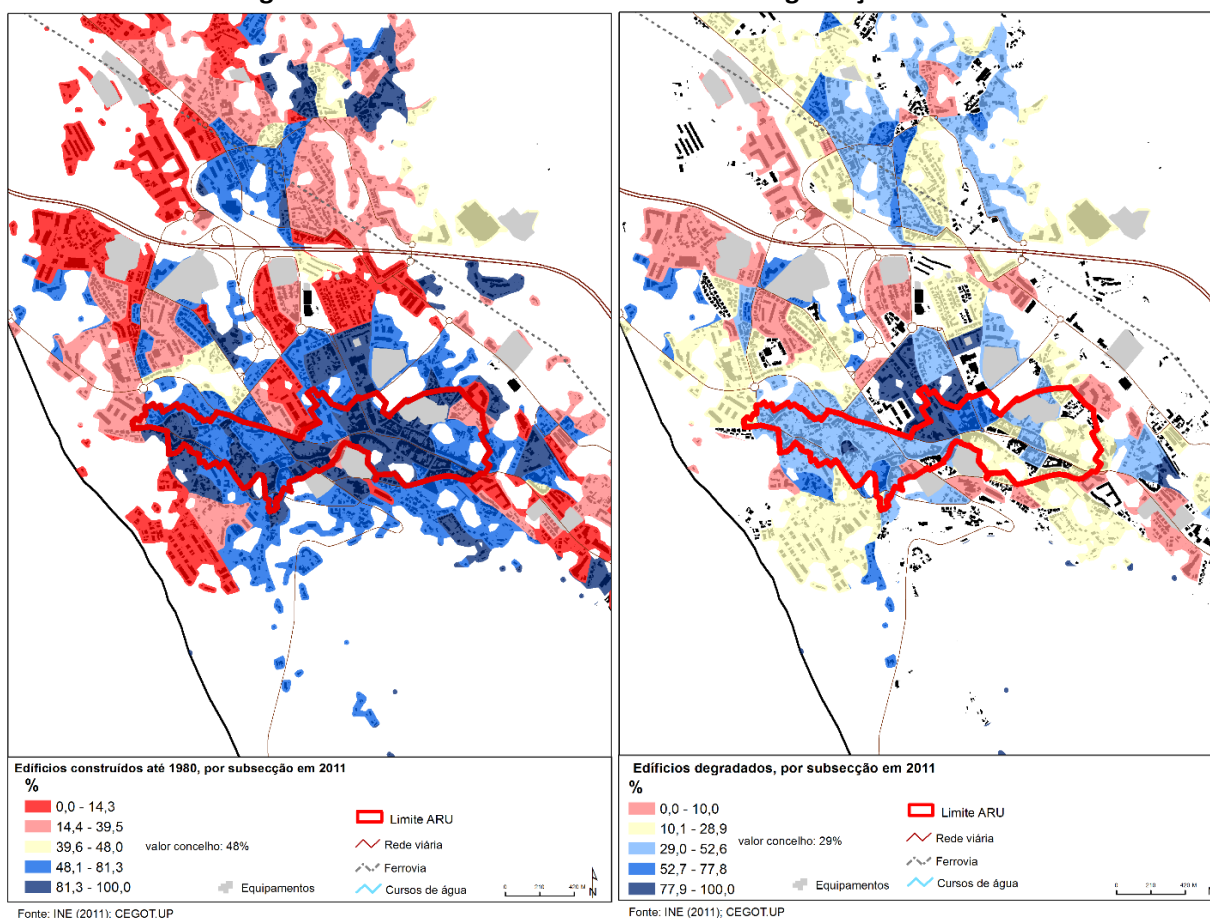
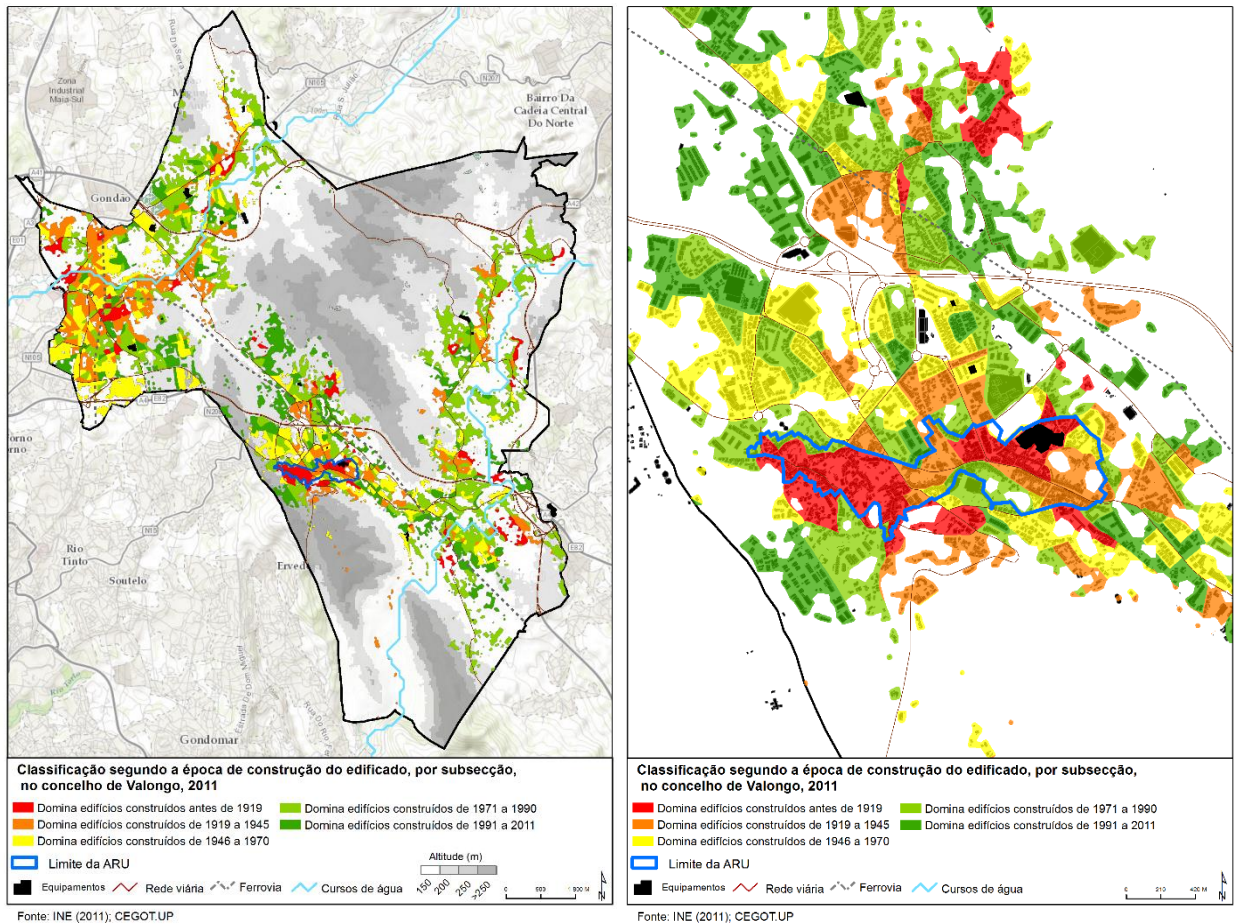


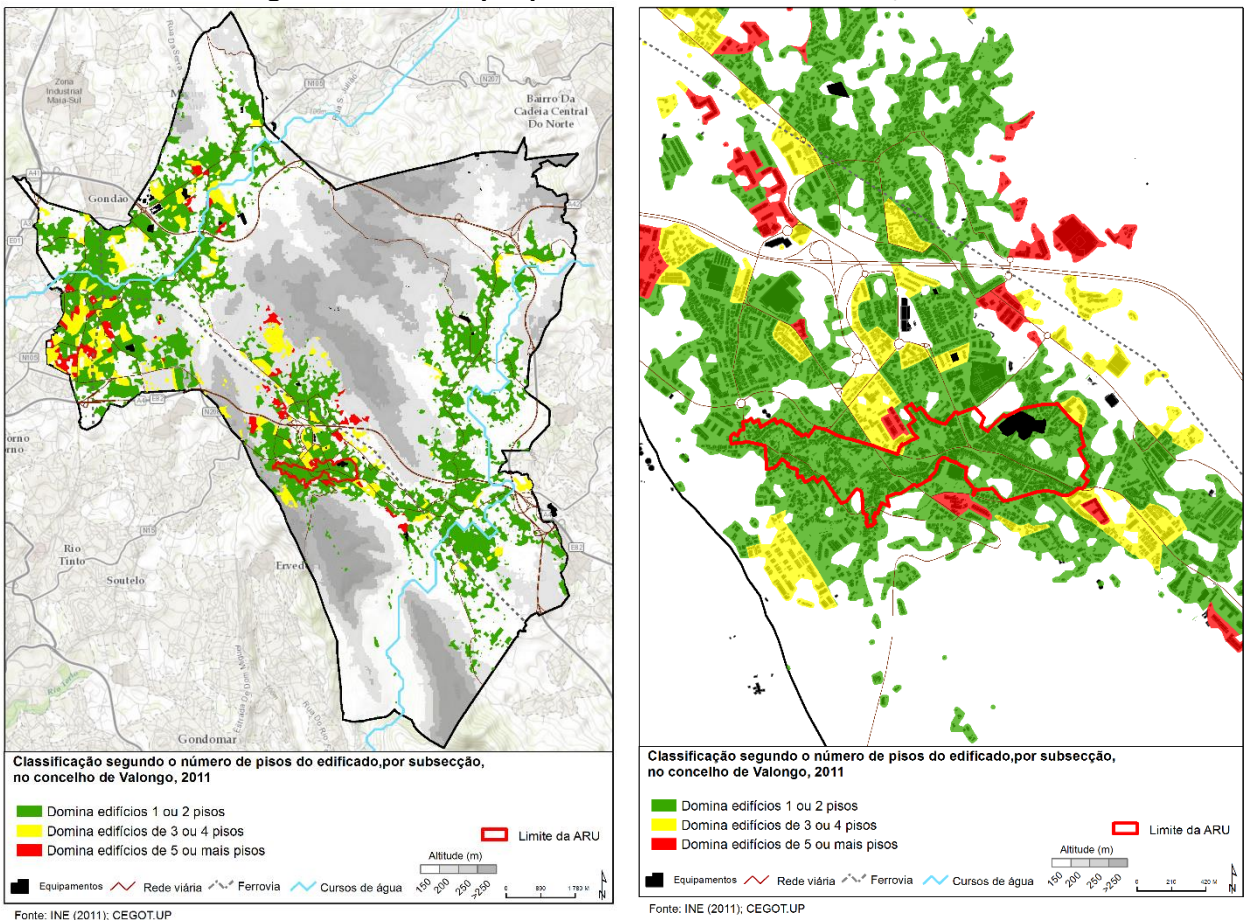
Figura 31. Edifícios construídos até 1980 e degradação do edificado



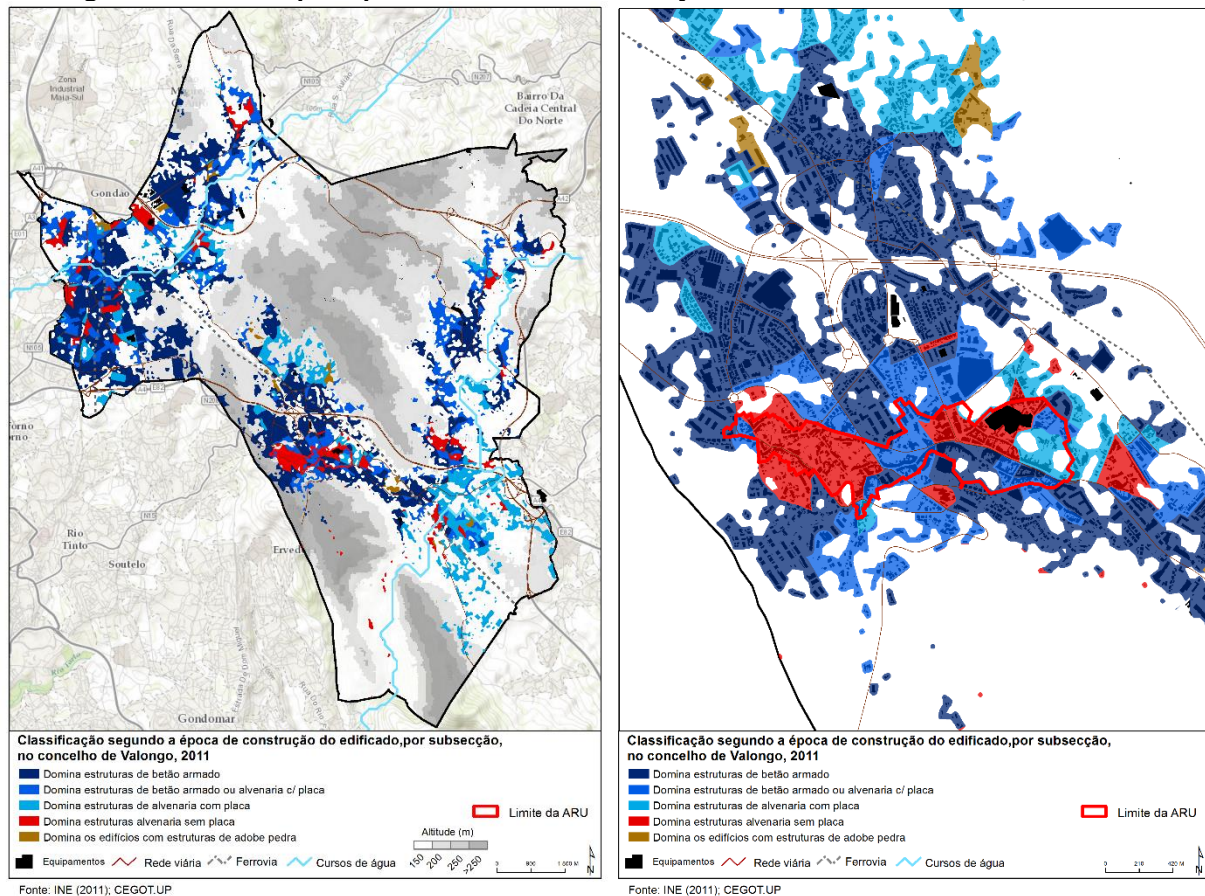
**Figura 32. Edifícios por época de construção no Concelho e na cidade, em 2011**



**Figura 33. Edifícios por pisos no Concelho e na cidade, em 2011**



**Figura 34. Edifícios por tipo de material de construção no Concelho e na cidade, em 2011**



### 3. Modelo Económico

#### 3.1 Elementos de Caracterização do Concelho e da ARU "Eixo Antigo de Valongo"

O enquadramento do concelho de Valongo é necessariamente marcado, em termos económicos, pela sua inserção na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como pela sua relação com os concelhos vizinhos que formam o corredor do eixo da A4 fora da AMP. Este concelho, que para além da cidade, que lhe dá nome, integra as cidades de Ermesinde e Alfena, bem como as vilas de Campo e Sobrado, goza de uma conectividade privilegiada no contexto regional, dispendo de acessibilidades viárias e ferroviárias que permitem uma ligação rápida a importantes infraestruturas produtivas, como o Aeroporto Sá Carneiro ou o Porto de Leixões, bem como às principais centralidades metropolitanas, especialmente à cidade do Porto.

Com uma população residente de cerca de 95 mil habitantes (Censos 2011), marcadamente jovem e em idade ativa, Valongo tem vindo a conhecer um desenvolvimento socioeconómico que é muito marcado pela sua atratividade residencial e locativa.

Assim, do ponto de vista produtivo, uma vez que o concelho desempenha uma função predominantemente residencial, ele apresenta naturalmente uma estrutura empresarial centrada em torno da atividade comercial e de serviços, mas onde se destacam também algumas atividades ligadas à Indústria Transformadora e à Construção.

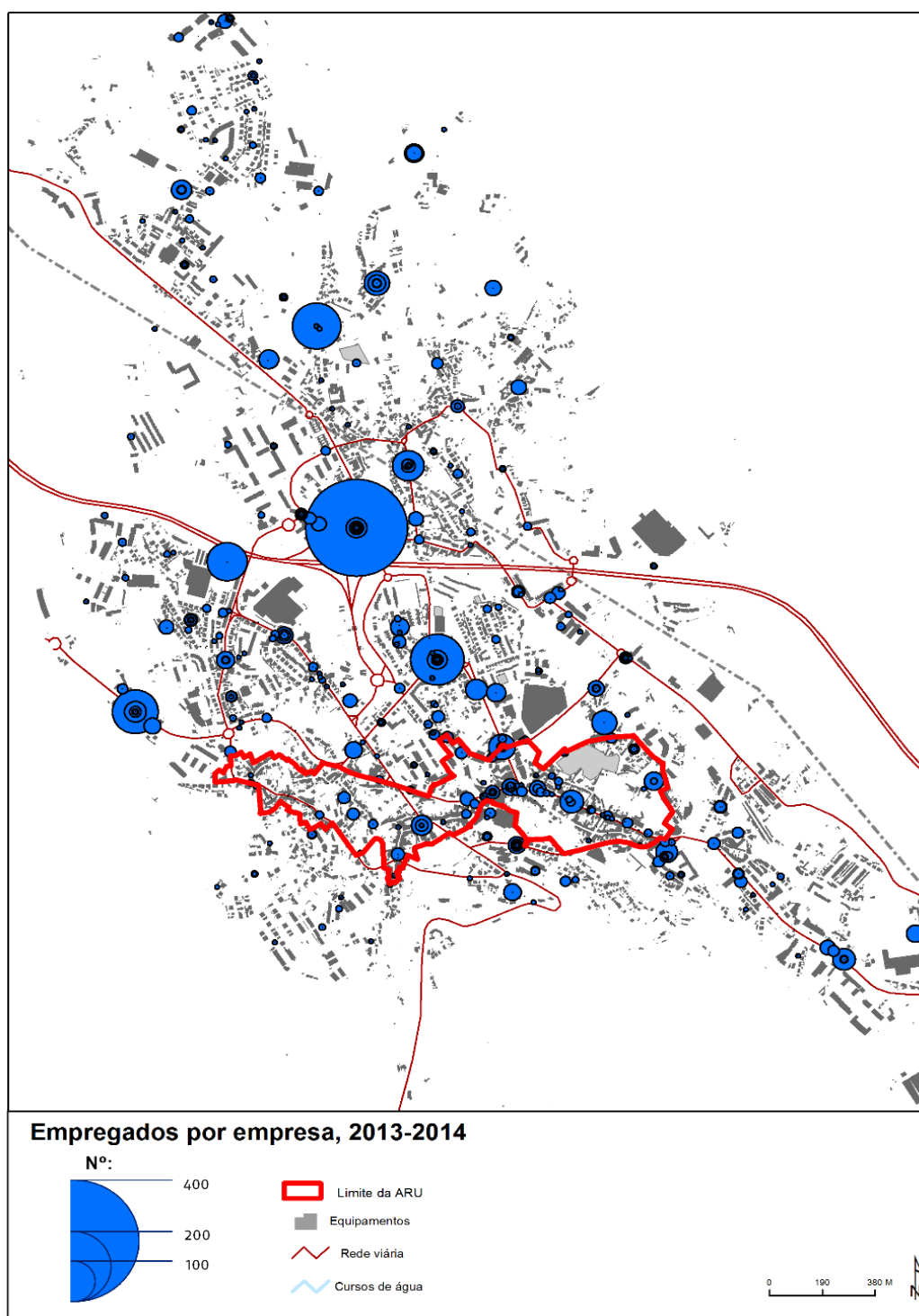
O perfil setorial concelhio revela o carácter fundamentalmente terciário do contexto socioeconómico local, o qual é também marcado por uma taxa de desemprego elevada (17%, de acordo com os dados de 2011), e por uma população com níveis de qualificação baixos (58% da população residente possuía, em 2011, o ensino básico, sendo que apenas 10% possuía formação superior).

Na freguesia de Valongo, o Comércio por Grosso e a Retalho ocupava em 2013 cerca de 31% das empresas existentes, 34% do volume de negócios registado e 24% do total de postos de trabalho. O comércio de veículos automóveis; o comércio grossista de produtos alimentares; e o comércio a retalho indiferenciado, eram as atividades que mais se destacavam. Já no que respeita aos Serviços, sobressaem a restauração e estabelecimentos de bebidas; os serviços administrativos e os serviços pessoais, que conjuntamente com outras ofertas de serviços especializados (publicidade, consultoria, trabalho temporário, educação, saúde, atividades recreativas e de lazer, limpeza, etc.) representavam um volume de emprego considerável a nível local (cerca de 44% do total). Por outro lado, a Indústria Transformadora, com cerca de 10% do total de empresas em atividade, e gerando cerca de 40% do volume de negócios da freguesia, assim como 21% do emprego, assume uma importância relevante, sendo de destacar a existência de algumas empresas de referência em setores diversificados, como sejam a fabricação de outros produtos químicos; a fabricação de produtos de padaria (sublinha-se a este respeito, que Valongo tem uma histórica e reconhecida tradição no setor); a fabricação de elementos de construção metálica; e a fabricação de Joalharia e Ourivesaria, entre outros). Finalmente, o setor da Construção merece também algum destaque, já que envolve 11% das empresas em atividade, cerca de 5% da faturação total da freguesia e 10% do emprego.

Traçado o panorama geral da base produtiva local, interessa agora focar a análise mais especificamente na ARU aí delimitada, correspondente ao denominado "Eixo Antigo de Valongo". A cidade de Valongo, com cerca de 24 mil habitantes, caracteriza-se pelo seu perfil predominantemente residencial, e a sua zona central (onde está inserida a presente ARU) representa a sua principal centralidade económica e social, constituindo-se como o principal pólo aglutinador das dinâmicas urbanas, onde se concentram as atividades económicas e cívicas mais representativas (comércio, serviços públicos, serviços administrativos, escolas, equipamentos de saúde e de desporto, etc.) e,

simultaneamente, a sua referência urbana mais identitária (o "Eixo Antigo", em torno da EN15 que liga à cidade do Porto). Em termos empresariais, a ARU "Eixo Antigo de Valongo" representa cerca de 20% das empresas da freguesia de Valongo, 11% do volume de negócio total e 12% do total do emprego (Figura 36 e Figura 35).

**Figura 35. Empregados por empresa em 2013-2014**



**Figura 36. Indicadores económicos das ARU's, 2013-14**

	ARU Eixo Antigo Valongo
% Empresas no total da Cidade de Valongo	20%
% Emprego no total da Cidade de Valongo	12%
% Volume de Vendas no total da Cidade de Valongo	11%

Na ARU predominam as empresas ligadas ao comércio e serviços, sendo de salientar o comércio a retalho de outros produtos em estabelecimentos especializados; o comércio por grosso e a retalho de bens alimentares; e o comércio de bens culturais e recreativos. Ao nível dos serviços, destacam-se os estabelecimentos de restauração e bebidas, as atividades imobiliárias, as atividades de emprego, os serviços de saúde e apoio social, e os serviços pessoais, entre outros.

Há também algumas empresas ligadas à construção civil, bem como unidades industriais em diversos setores (fabricação de equipamentos informáticos, eletrónicos e óticos; vestuário; produtos metálicos; joalharia, ourivesaria e bijutaria, etc.), sendo necessário fazer uma especial referência à existência de 10 unidades industriais ligadas à fabricação de produtos de padaria e outros à base de farinha (representam 36% deste setor na freguesia de Valongo), e que se deve à concentração, no Eixo Antigo de Valongo, de padarias e biscuitarias, que representam uma forte tradição e um relevante fator de diferenciação e de especialização que valerá a pena potenciar.

Por fim, interessa ainda salientar que o tecido empresarial instalado nesta ARU apresenta uma antiguidade relevante (53% das empresas existem há mais de 10 anos), sendo que as que foram criadas à menos de 5 anos representam apenas 24% do total, elementos que em conjunto revelam a envelhecida oferta existente e indiciam uma fraca dinâmica empresarial nesta área da cidade. Este facto foi igualmente reconhecido por alguns agentes empresariais locais, que destacaram ainda a atual debilidade do setor comercial, quer no que respeita a limitações financeiras e de gestão, quer quanto à não renovação da classe empresarial, o que levanta preocupações quanto à sua futura dinamização.

Na opinião dos agentes auscultados, as dificuldades que os setores do comércio e serviços atravessam em Valongo, e particularmente no centro urbano, deve-se, por um lado, ao facto de existirem na cidade e no concelho muitas grandes superfícies, o que tem contribuído para o encerramento do comércio de proximidade e, por outro lado, ao facto da proximidade à cidade do Porto não permitir um afastamento suficiente para que certas ofertas empresariais tenham sustentabilidade. O facto desta zona ser de atravassamento, com poucas condições para estacionamento e realização de compras, limita também a sua atratividade, como destacaram.

Figura 37. Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por sector de atividade económica, 2009 e 2012

Atividades Económicas	Anos	Portugal	Variação 2009 /2012	Peso no Total	Norte	Variação 2009 /2012	Peso no Total	Valongo	Variação 2009 /2012	Peso no Total
Total	2009	3 938 491	-11%	100%	1 277 674	-9%	100%	24 844	-9%	100%
	2012	3 511 666		<b>100%</b>	1 161 905		<b>100%</b>			
Comércio por grosso e a retalho (...)	2009	831 810	-9%	21,1%	269 333	-7%	21,1%	6 075	-13%	24,5%
	2012	754 049		<b>21,5%</b>	251 060		<b>21,6%</b>			
Indústrias transformadoras	2009	723 816	-11%	18,4%	370 163	-9%	29,0%	5 432	-14%	21,9%
	2012	646 425		<b>18,4%</b>	336 287		<b>28,9%</b>			
Construção	2009	489 826	-30%	12,4%	176 890	-26%	13,8%	4 713	-16%	19,0%
	2012	344 185		<b>9,8%</b>	131 087		<b>11,3%</b>			
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	2009	425 663	-11%	10,8%	81 869	-11%	6,4%	2 379	-7%	9,6%
	2012	379 338		<b>10,8%</b>	72 717		<b>6,3%</b>			
Alojamento, restauração e similares	2009	292 705	-8%	7,4%	71 228	-4%	5,6%	1 186	-11%	4,8%
	2012	270 455		<b>7,7%</b>	68 235		<b>5,9%</b>			
Actividades de saúde humana e apoio social	2009	235 611	5%	6,0%	74 425	4%	5,8%	1 011	7%	4,1%
	2012	246 712		<b>7,0%</b>	77 686		<b>6,7%</b>			
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2009	227 858	-8%	5,8%	61 304	-1%	4,8%	1 074	-9%	4,3%
	2012	209 966		<b>6,0%</b>	60 749		<b>5,2%</b>			
Pesca	2009	13 258	-12%	0,3%	3 138	-8%	0,2%	...		0,0%
	2012	11 680		<b>0,3%</b>	2 887		<b>0,2%</b>			
Indústrias extractivas	2009	12 831	-20%	0,3%	4 058	-21%	0,3%	135	-100%	0,5%
	2012	10 205		<b>0,3%</b>	3 191		<b>0,3%</b>			
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2009	9 942	-8%	0,3%	777	4%	0,1%	...		0,0%
	2012	9 194		<b>0,3%</b>	810		<b>0,1%</b>			
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	2009	29 271	4%	0,7%	7 835	4%	0,6%	120	3%	0,5%
	2012	30 394		<b>0,9%</b>	8 177		<b>0,7%</b>			
Transporte e armazenagem	2009	165 152	-7%	4,2%	34 513	-2%	2,7%	511	130%	2,1%
	2012	153 419		<b>4,4%</b>	33 654		<b>2,9%</b>			
Actividade de Informação e comunicação	2009	78 004	3%	2,0%	13 052	8%	1,0%	203	-25%	0,8%
	2012	80 682		<b>2,3%</b>	14 042		<b>1,2%</b>			
Actividades imobiliárias	2009	53 405	-14%	1,4%	14 853	-8%	1,2%	267	-18%	1,1%
	2012	45 902		<b>1,3%</b>	13 662		<b>1,2%</b>			
Educação	2009	107 275	-12%	2,7%	35 786	-12%	2,8%	696	-12%	2,8%
	2012	94 019		<b>2,7%</b>	31 439		<b>2,7%</b>			
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2009	46 166	-9%	1,2%	11 865	-6%	0,9%	183	-2%	0,7%
	2012	42 146		<b>1,2%</b>	11 096		<b>1,0%</b>			
Outras actividades de serviços	2009	102 120	-13%	2,6%	27 683	-8%	2,2%	709	-15%	2,9%
	2012	88 406		<b>2,5%</b>	25 439		<b>2,2%</b>			

Fonte: Pordata, 2015

### 3.2 Orientações Estratégicas de Intervenção

Em função do diagnóstico anteriormente traçado, resulta clara a necessidade de se equacionar o modelo económico prevaiente nesta ARU, no sentido do mesmo contribuir para a requalificação e revitalização deste eixo central da cidade, alavancando as intervenções de reabilitação urbana a concretizar. Tal deverá ser equacionado, por um lado, em função do papel que se pretende que esta área desempenhe enquanto centralidade urbana; e, por outro lado, conforme refere o relatório de caracterização relativo à revisão do Plano Diretor Municipal (2014), em função da capacidade de Valongo em conseguir identificar, de forma precisa, quais são as suas potencialidades, num cenário de articulação de territórios alargados e integrados (entenda-se, no âmbito do Concelho e no quadro da Área Metropolitana do Porto).

Assim sendo, interessa começar por considerar os objetivos propostos pelo Plano de Pormenor para o "Eixo Antigo de Valongo", entre os quais são claramente referidos a necessidade de reforçar o seu papel de centro de comércio e de vivência social da área, bem como a importância de se potenciar o seu caráter de centro histórico, de memória e património identitário da cidade.

Depois, é também importante perspetivar de que forma se poderá potenciar as vantagens competitivas deste Eixo e também de Valongo, que se centram primordialmente nos seguintes fatores: na existência de equipamentos e serviços diversificados; na concentração de serviços públicos; na importante e reconhecida tradição dos produtos locais regueifa e biscoitos, e brinquedos tradicionais; e na Serra de Valongo (Serras de Santa Justa e Pias), área de paisagem protegida às portas da cidade e património natural único na AMP, que agora integra o Parque das Serras do Porto. Parece-nos então, que em torno destes elementos será possível reestruturar o atual modelo económico, de forma a sustentar um novo paradigma para esta área, que de acordo com o referido na proposta de delimitação desta ARU, aqui torne possível concretizar um conceito lúdico, cultural e funcional, apropriado pela população, e que permita gerar novas funções, ofertas e dinâmicas urbanas.

Neste sentido, **qualificar as atividades existentes e desenvolver funções de lazer e de identidade, visando conferir competitividade à cidade e oferecer maior qualidade de vida aos seus residentes e, por outro lado, afirmar-se como a porta de entrada nas "Serras do Porto", reforçando a dimensão ambiental e de lazer de Valongo no âmbito da AMP, afiguram-se como domínios centrais para uma estratégia de refuncionalização e revitalização do centro urbano de Valongo.**

Avançar neste sentido implicará, por um lado, potenciar e robustecer as dinâmicas que a Autarquia já se encontra a desenvolver relativas à estratégia âncora de desenvolvimento denominada "Do Grão ao Pão", a qual integra vários projetos, como sejam a "Rota Histórica das Padarias e Biscoitarias de Valongo"; a Feira da Regueifa e do Biscoito e Mercado Oitocentista; e a futura "Oficina de Promoção do Pão da Regueifa e do Biscoito", a instalar no antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Valongo.

Por outro lado, será necessário explorar, em termos de novas funções e oportunidades de negócio, as atividades associadas à função de porta de entrada no Parque das Serras do Porto. Quer do ponto de vista desportivo (*BTT, Trekking, Trailrunning, etc.*), quer do ponto de vista de lazer (caminhadas, passeios, bicicleta,...), quer mesmo do ponto de vista educativo (património natural, educação ambiental,...), são inúmeras as oportunidades ligadas à animação e apoio, bem como à comercialização de equipamentos e de serviços especializados, que poderão ser criados no centro urbano de Valongo.

É assim que para concretizar este modelo económico na ARU "Eixo Antigo de Valongo" se propõem os seguintes dois Eixos de Intervenção Estratégica:

**E1.** Fomentar a renovação do tecido comercial e de serviços nesta área da cidade, através da promoção do empreendedorismo e do apoio à instalação de novos negócios, bem como do reforço da atratividade comercial do Eixo Antigo.

**E2.** Criar novas funções de centralidade no Eixo Antigo de Valongo, instalando ofertas âncora que preservem e valorizem a identidade local e potenciem novos domínios de afirmação da cidade.

O **Eixo 1** concretizar-se-á nas seguintes ações:

- Implementação de um Programa Municipal de Capacitação Empreendedora, incluindo um concurso anual de ideias de negócio e o apoio à sua instalação na área da ARU;
- Realização de um programa de animação urbana, incluindo nele a Feira da Regueifa e do Biscoito e Mercado Oitocentista, mas alargando a regularidade dos eventos e diversificando as temáticas.

O **Eixo 2** incluirá as seguintes ações:

- Criação da Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito (componente imaterial), indo para além da sua vocação identitária e turística, através do reforço da componente de I&D+i (ligação a Universidades e Centros de I&D, mas igualmente à área da Gastronomia,

funcionando como centro de experimentação setorial). Incluirá igualmente a dinamização da Rota Histórica da Regueifa e do Biscoito;

- Criação do Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto (componente imaterial), que inclua uma área de receção a este espaço, bem como a possibilidade de acolher negócios e serviços pop-up relacionados com atividades a realizar no Parque, como sejam os ligados ao desporto, à saúde e bem-estar, à educação, ao ambiente, etc;
- Criação de um Laboratório Urbano, que permita explorar iniciativas piloto, no contexto local e na lógica das ofertas urbanas do espaço metropolitano do Porto, envolvendo parceiros de referência em diferentes temáticas, a partir das quais seja possível desenvolver soluções urbanas pioneiras, centradas na melhoria da qualidade de vida, que apresentem potencial para serem escaladas a nível metropolitano e nacional.

Em termos de prioridades de ação, é fundamental desenvolver os seguintes projetos:

- Reabilitar um edifício centenário para uma Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito - Equipamento Coletivo, e desenvolver e implementar um programa de ações imateriais;
- Reabilitar a denominada "Casa dos Lima", integrada na lista dos Valores de Interesse Arquitetónico do PDM de Valongo, para um Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto - Equipamento Coletivo, e desenvolver e implementar um programa de ações imateriais;
- Reabilitar e refuncionalizar o Mercado Municipal de Valongo para Laboratório de Ideias e Incubadora de Empresas;
- Promover a reabilitação e a modernização do Centro Comercial Vallis Longus.

Figura 38. Ficha Estatística Síntese da ARU Eixo Antigo de Valongo

<b>EDIFICADO E ALOJAMENTO HABITACIONAL</b>	<b>Eixo Antigo de Valongo</b>	<b>Peso Total ARU</b>	<b>Peso No Concelho</b>
Nº Total Edifícios Clássicos 2001	780		5%
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	818	100%	4%
Taxa Variação Edifícios Cláss. 2001-2011	5%		
Nº Edifícios Exclusivamente Residenciais 2011	717	88%	4%
Nº Edifícios Multifuncionais 2011	101	12%	7%
Nº Edifícios Construídos até 1980 (2011)	664	81%	7%
Nº Edifícios Construídos depois 1980 (2011)	154	19%	1,6%
Nº Edifícios Construídos antes 1919	248	30%	29%
Nº Edifícios Construídos entre 1919 e 1945	114	14%	12%
Nº Edifícios Construídos entre 1946 e 1970	181	22%	5%
Nº Edifícios Construídos entre 1970 e 1990	187	23%	3%
Nº Edifícios Construídos entre 1991 e 2011	88	11%	1%
Nº Edifícios Degradados 2011 *	293	36%	6%
Nº Total Alojamentos 2001	1 099		3%
Nº Total Alojamentos 2011	1 136	100%	3%
Taxa Variação Alojamentos 2001-2011	3%		
Nº Alojamentos Vagos 2011	177	16%	5%
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	125	11%	3%
Nº Alojamentos Familiares 2011	1 134	99,8%	3%
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	3		
Nº Alojamentos Familiares Clássicos 2011	1 131		
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual 2011	916		3%
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Secundária 2011	38		1%
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Proprietário 2011	583		2%
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Arrendatário 2011	266		4%
<i>(*) Cálculo estimado a partir da % de Edifícios com necessidades de reparação (Pequenas, Médias, Grandes e Muito degradados) do INE</i>			
<b>POPULAÇÃO E ESCOLARIDADE</b>			
População Residente 2001	2 738		3%
População Residente 2011	2 374	100%	3%
Taxa Variação Pop. Resid. 2001-2011	-13%		
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	525	22%	2%
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	1 316	55%	
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	533	22%	4%
<b>POPULAÇÃO RESIDENTE ATIVA</b>			
População Residente Reformada /Pensionista (2011)	637	16%	4%
População Residente Ativa (2011)	1 082	28%	2%
População Residente Desempregada (2011)	183		2%
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego (2011)	25		2%
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego (2011)	158		2%
Taxa Desemprego	17%		
População Residente Empregada (2011)	899		2%
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário (2011)	2	0,2%	1%
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário (2011)	216	24%	2%
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário (2011)	681	76%	2%
<b>EMPREGO E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>			
% Empresas no Total das Freguesias Urbanas da Cidade	20%		
% Emprego Total das Freguesias Urbanas da Cidade	12%		
% Volume de Negócios no Total das Freguesias Urbanas da Cidade	11%		

#### **4. Regras e Critérios de Proteção do Património Arquitetónico e Arqueológico**

Os “valores de interesse arquitetónico e arqueológico” da ARUEAV fazem parte do “sistema patrimonial” de Valongo, estando elencados e devidamente caracterizados, de forma atualizada, no Anexo V do Regulamento da recente versão da revisão do PDM (2014), podendo referir-se para a ARUEAV, como se fez na memória descritiva da delimitação da ARU, os imóveis classificados da Casa do Anjo (imóvel de interesse público) e do Cruzeiro do Padrão (Monumento Nacional), as escadas do Saldanha, o fontanário do Padrão, a capela de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz, o edifício dos Antigos Paços do Concelho, a Igreja Matriz (a única demarcada como património arqueológico – V04); a Capela N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Passos, o Senhor do Cantinho, o Cruzeiro do Escoural, a Escola Conde Ferreira, o Cineteatro Oliveira Zina, a capela de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Hora, entre outros.

No PDM consta também, obrigatoriamente, a sua localização, na “planta de ordenamento – sistema patrimonial”, bem como as condicionantes e disposições regulamentares aplicáveis que, respeitando e adicionando-se à legislação geral, se encontram explicitadas na Secção I (Valores de Interesse Arquitetónico e Arqueológico), do Capítulo VI (Sistema Patrimonial), e que a seguir se reproduz.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **SISTEMA PATRIMONIAL**

(...)

#### **SECÇÃO I**

#### **VALORES DE INTERESSE ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO**

#### **Artigo 82.º**

#### **Identificação**

1 - Integram os valores de interesse arquitetónico e arqueológico do concelho os imóveis classificados e em vias de classificação, identificados na alínea e) do n.º 1 do Artigo 6.º do presente regulamento, bem como todos os restantes bens que, pelo seu interesse cultural relevante, designadamente histórico, arquitetónico, arqueológico ou morfológico, devem ser alvo de medidas de proteção e de valorização.

2 - Os valores de interesse arquitetónico, como tal identificados na Lista 1 do Anexo V do presente regulamento e na Planta de Ordenamento – Sistema Patrimonial, referem-se a edifícios e estruturas construída às quais se reconhece valor arquitetónico, histórico ou cultural.

3 - Os valores de interesse arqueológico, como tal identificados na Lista 1 do Anexo V do presente regulamento e na Planta de Ordenamento – Sistema Patrimonial, referem-se a vestígios materiais da ocupação e evolução humana, localizados à superfície ou no subsolo.

### **Artigo 83.º**

#### Proteção e valorização dos valores de interesse arquitetónico

1 - A proteção e a valorização dos valores de interesse arquitetónico concretizam-se através de:

- a) preservação do carácter e dos elementos determinantes que formam a imagem e a identidade do imóvel, sem prejuízo da sua adaptação às necessidades contemporâneas;
- b) condicionamento à transformação da edificação e espaço envolvente.

2 - Aos imóveis classificados ou em vias de classificação aplica-se o perímetro de proteção legalmente estabelecido, definindo-se para os restantes imóveis inventariados um perímetro de proteção de 50 metros, medido a partir dos limites físicos dos imóveis em causa.

3 - Nestes imóveis e nas áreas de proteção respetivas, todas as operações urbanísticas ou a execução de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, a distribuição de volumes e coberturas, ou o revestimento exterior dos edifícios, fica condicionada às disposições definidas em regulamento municipal, sem prejuízo do estabelecido em parecer da entidade tutelar competente para o caso dos imóveis classificados ou em vias de classificação.

### **Artigo 84.º**

#### Proteção e valorização dos valores de interesse arqueológico

1 - A proteção e a valorização dos valores de interesse arqueológico concretizam-se através da definição de áreas de salvaguarda arqueológica, cartografadas na Planta de Ordenamento – Sistema Patrimonial.

2 - Nestas áreas qualquer trabalho de remodelação dos terrenos, independentemente do fim a que se destinem, fica sujeito a parecer da entidade de tutela e objeto de intervenção arqueológica, definindo-se o tipo de trabalhos a realizar aquando do licenciamento ou comunicação prévia pela câmara municipal, designadamente, realização de sondagens, escavações arqueológicas, ou acompanhamento arqueológico.

3 - As medidas de proteção e valorização preconizadas nos relatórios dos trabalhos arqueológicos exigidos por lei são objeto de parecer pela Câmara Municipal, após consulta à respetiva entidade tutelar.

4 - A Câmara Municipal assegura ainda a salvaguarda dos testemunhos arqueológicos recorrendo aos serviços municipais competentes, mediante parecer favorável da entidade tutelar.

### **Artigo 85.º**

#### Achados arqueológicos fortuitos

1 - É obrigatória a comunicação imediata à Câmara Municipal do achado de quaisquer vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer obra ou atividade, sem prejuízo da comunicação à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, de acordo com o disposto na legislação em vigor.

2 - Caso se verifiquem achados arqueológicos no decorrer de qualquer operação urbanística, os trabalhos em curso serão suspensos de imediato, em conformidade com o disposto na legislação em vigor.

3 - O tempo de duração efetiva da suspensão dos trabalhos causa a prorrogação da licença de obra por igual prazo, e os trabalhos suspensos só podem ser retomados após a entidade tutelar e a Câmara Municipal se pronunciarem favoravelmente sobre o reinício dos mesmos.

## 5. Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- Existência de património natural único na AMP, de interesse nacional e comunitário (Serra de Santa Justa e Pias).
- Existência de edifícios com valor patrimonial em condições de serem reabilitados para funções culturais.
- Inserção na Área Metropolitana do Porto, beneficiando do acesso ao respetivo mercado, e boa conectividade às principais centralidades e *facilities* metropolitanas.
- A crescente procura de atividades de lazer e bem-estar, de turismo ativo e de desporto aventura, especialmente na proximidade de espaços urbanos, conferem grande atratividade à oferta do Parque das Serras do Porto, quer como oferta própria, quer quanto à sua complementaridade com a oferta do destino Porto.
- A valorização dos produtos de origem e de identidade, e a relevância crescente da Alimentação e da Gastronomia, quer no que respeita à Saúde quer quanto ao Turismo, constituem um espaço de oportunidade para a valorização da fileira da Padaria e Biscoitaria existente em Valongo.
- A relevância estratégica que na atualidade assumem os processos de inovação urbana, nomeadamente no que respeita à adoção de abordagens de natureza empreendedora e lean (ex: processos de especialização inteligente; experimentação e teste), encontram na cidade de Valongo um contexto privilegiado no âmbito metropolitano.
- Reforço da visibilidade e importância, mormente económica e empregadora, de atividades associadas aos recursos ambientais, patrimoniais e culturais, em que Valongo é rico e cuja valorização constitui aposta estratégica do Município.
- Dinâmica de surgimento e expansão de novos negócios e de localização no concelho de investimentos relevantes, podendo contribuir para a ampliação e diversificação das oportunidades em matéria de emprego.
- Dimensão sociocultural relevante das áreas de aposta estratégica do Município, fazendo antever a possibilidade de alavancagem de iniciativas inovadoras em matéria de economia social, cultural e criativa e o conseqüente desenvolvimento de processos de qualificação da população residente e de reforço da respetiva empregabilidade.
- Valorização e consolidação de uma identidade concelhia em torno dos valores ambientais, patrimoniais e culturais valonguenses

- Localização muito próxima das principais entradas no Parque das Serras do Porto o que poderá constituir um forte atrativo à abertura da cidade de Valongo ao mercado de visitas a partir do exterior, contribuindo para o aprofundamento da sua identidade como cidade arborizada e ancorada no património florestal e natural, associada sobretudo à mobilidade suave e inclusiva.
- Centralidade da acessibilidade rodoviária (nós das autoestradas) e da acessibilidade ferroviária relativamente ao núcleo central da área metropolitana, com tempos de viagem muito atrativos, principalmente para o comboio, dada a localização central das interfaces ferroviárias.

### **Principais Ameaças**

- Valongo, na Área Metropolitana do Porto, tem uma imagem de cidade periférica desqualificada (dormitório desqualificado).
- No âmbito da AMP, o investimento público municipal em Valongo não qualificou suficientemente a cidade, baixando o nível de exigências de qualidade de vida dos residentes relativamente a outros territórios metropolitanos.
- A periferização da cidade de Valongo, como efeito das tendências de incremento das economias de aglomeração no núcleo central da área metropolitana de Porto, com reflexos diversos, nomeadamente ao nível da concentração e atração de investimento, de residentes e de turistas /visitantes.
- A tendência de saída de jovens qualificados, confrontados com falta de oportunidades no mercado de trabalho local e/ou pela atratividade que espaços urbanos concorrenciais na sua proximidade oferecem.
- A incapacidade para dinamizar uma base produtiva local e de proximidade, e a perda de identidade local, poderão contribuir para agravar os problemas de desenraizamento e de dificuldade de mobilização cívica.
- Conjuntura económica incerta e insuficiente amplitude do processo de recuperação e crescimento do emprego no concelho e na envolvente, dificultando o combate ao desemprego e agravando a situação de endividamento das famílias residentes.
- Perda de atratividade da função residencial, face à insuficiente legibilidade do território e aos problemas qualitativos da oferta habitacional e, bem assim, face às dificuldades de acesso ao crédito para aquisição de casa própria por parte de muitas famílias do segmento de mercado

associado a Valongo, gerando perda de vitalidade demográfica e agravamento da situação geográfica e socialmente periférica de determinados aglomerados habitacionais.

- Falta de uma cultura organizacional em torno da nova economia e da coesão social, inviabilizando iniciativas de negócio mais inovadoras.
- Excessiva dependência do mercado de emprego dos concelhos mais centrais da área metropolitana.

### **Principais Pontos Fortes**

- Aprovação recente da Revisão do PDM, o que resultou de um processo de atualização e reforço das ideias e políticas de proteção e valorização do ambiente e do território;
- Existência de potencialidades de articulação do tecido urbano, com possibilidade de estabelecimento de novos percursos, que revelam grande importância estratégica como fatores de coesão física, formal e funcional, e como 'atratores' de dinâmicas de vivificação e de reabilitação;
- Tecido urbano consolidado e antigo, com potencialidades de melhoria e de afirmação de um centro antigo identitário, com elementos de coesão urbana, morfológica e territorial.
- Grau de arborização do espaço público nas urbanizações residenciais, assim como qualidade da infraestrutura das circulações (pedonal e motorizada).
- As margens do rio Simão podem constituir um parque urbano central, ideia recorrente no urbanismo, permitindo delinear e concretizar um eixo ambiental.
- Existência de um plano de pormenor exaustivo e rigoroso e de um pensamento para a ARUEAV.
- Existência de forte e reconhecida tradição, *know-how* e produção no setor da Padaria e Biscoitaria, com relevante concentração de unidades de produção e comercialização no centro histórico, aliada à existência na cidade de património relativo a outras componentes desta fileira produtiva ("Do Grão ao Pão"), bem como à vontade política de fazer deste tema uma aposta âncora de desenvolvimento urbano;
- A Serra de Santa Justa e Pias - área de paisagem protegida, está inserida na nova oferta do Parque das Serras do Porto, sendo que a cidade de Valongo se situa na zona de pré-parque e é o seu principal acesso.
- Vitalidade demográfica, atestada pelo significativo crescimento populacional intercensitário e pela relativa juventude da população residente, no quadro metropolitano e regional.

- Diversidade e disseminação da rede de associações desportivas, recreativas, culturais e sociais e sua sólida incrustação no tecido social do concelho.
- Recursos ambientais, patrimoniais e culturais de monta, possibilitando, em particular, a idealização e concretização de novas apostas em matéria de criação de negócios e promoção do emprego.
- Dinâmicas sociabilitárias de base local com potencial de enquadramento e coesão da população mais vulnerável socialmente.
- Herança e identidades fortes em torno de referenciais identitários associado à 'serra', ao biscoito e ao pão.

### **Principais Pontos Fracos**

- Existência de degradação de alguns espaços urbanos ("vazios urbanos"; edifícios abandonados ou inacabados) desqualificam a imagem da cidade.
- Tráfego excessivo na EN15 que atravessa a ARUEAV e dificuldades de estacionamento;
- Existência de problemas de qualificação do espaço público, com défice de continuidade e de legibilidade, ao que se acrescenta a persistência de soluções com perfil estradal.
- Permanência de aspetos dissonantes e de espaços públicos que apresentam níveis deficitários de conforto e qualificação ambiental quer no que respeita a pavimentos e mobiliário urbano, quer no que respeita ao desempenho das redes e infraestruturas urbanísticas correspondentes.
- O setor comercial da cidade, e especialmente o do Centro Histórico ("Eixo Antigo de Valongo") encontra-se muito envelhecido e com limitações financeiras e de capacidade de gestão, condicionando o seu processo de revitalização.
- As dificuldades físicas de circulação (de pessoas e de viaturas) e de estacionamento no centro urbano dificultam a utilização deste espaço para a realização de compras e de atividades de lazer, reduzindo a sua atratividade comercial;
- O *deficit* de cidadania e participação cívica, com consequências ao nível do distanciamento da população em relação à cidade, aos seus desafios e oportunidades, bem como à identidade local, dificultando a sua mobilização para novos projetos;
- Atividade económica com vitalidade insuficiente para assegurar níveis mais sustentados de emprego para a população residente.
- Debilidade relativa dos índices de qualificação da população residente, por confrontação com as áreas mais qualificadas da área metropolitana.

- Excessiva dispersão da mancha urbana e fragmentação do tecido edificado, gerando espaços de relativa segregação socioespacial, com destaque para os empreendimentos de habitação social, localizados muito frequentemente em zonas periféricas do concelho.
- Insuficiência de respostas sociais, designadamente equipamentos, serviços e atividades destinados à ocupação dos tempos livres e à qualificação e formação profissional de jovens e adultos jovens.
- Debilidades na participação cívica e na dinamização de iniciativas de integração social de recorte inovador e assentes em dinâmicas de empreendedorismo social.
- O espaço público afeto à circulação automóvel – rodagem e estacionamento – é demasiado elevado por sobredimensionamento das vias, o que dificulta o desenvolvimento da multimodalidade com base no aumento da importância dos modos suaves.
- A excessiva área de circulação e estacionamento automóvel (sobredimensionamento nas novas urbanizações) pode ser revertida para alargamento de passeios e sua arborização, assim como permite o crescimento da utilização da bicicleta por simples marcação (pintura) de canais dedicados.
- Tempos de viagem casa-trabalho/ escola elevados, ficando menos tempo disponível para outro tipo de deslocações, o que afeta a qualidade de vida dos residentes.

## 6. Programa de Ação

### Espaço Público

- 2.1 Espaço Público Adjacente à antiga casa Dias de Oliveira – ARU EA Valongo
- 2.2 Reabilitação das Margens da Ribeira do Simão – ARU EA Valongo
- 2.3 Parque Verde Pedagógico – ARU EA Valongo
- 2.4 Requalificação da Praça Machado dos Santos – ARU EA Valongo

### Edifícios

- 2.5 Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito - Equipamento Coletivo – ARU EA Valongo
- 2.6 Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto - Equipamento Coletivo – ARU EA Valongo
- 2.7 Reabilitação e refuncionalização do Mercado Municipal de Valongo – ARU EA Valongo
- 2.8 Centro Comercial *Vallis Longus* – ARU EA Valongo
- 2.9 Fundo de Apoio à Reabilitação do Edificado Urbano (IFFRU) – ARU EA Valongo

### **Ações de Promoção da Atividade Económica**

- 2.10 Programa Municipal de Capacitação Empreendedora – ARU EA Valongo
- 2.11 Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito - Componente Imaterial – ARU EA Valongo
- 2.12 Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto - Componente Imaterial – ARU EA Valongo

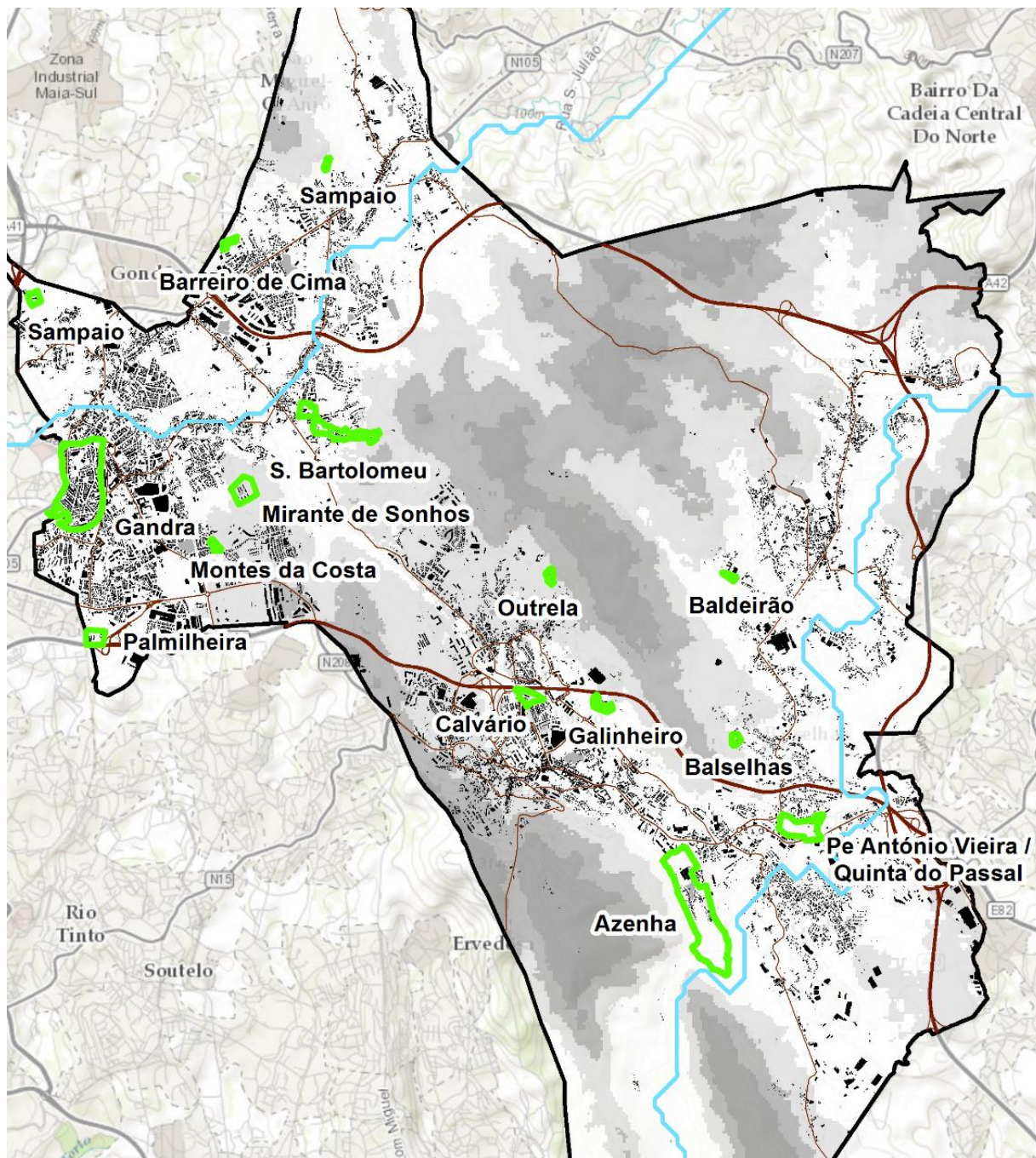
### **Ações de Animação e Gestão Urbana**

- 2.13 Programa de Animação Urbana – ARU EA Valongo
- 2.14 Laboratório Urbano de Valongo – ARU EA Valongo

### **PRIORIDADES:**

**1ª PRIORIDADE** - Ações nº 2.2; 2.3; 2.5; 2.6; 2,7; 2,8; 2,9; 2.11 e 2.13

**2ª PRIORIDADE** - Ações nº 2.1; 2.4; 2.10; 2.12 e 2,14



# CAPÍTULO IV

## PLANO DE AÇÃO DE INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

## Sumário

<b>ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS .....</b>	<b>98</b>
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>100</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO, DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS .....</b>	<b>101</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS.....	104
1.2. CARATERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS.....	107
1.2.1. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DA SERRA AMARELA .....	107
1.2.2. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DO BARREIRO DE CIMA.....	113
1.2.3. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE SAMPAIO .....	119
1.2.4. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DA OUTRELA .....	125
1.2.5. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE BALSELHAS.....	131
1.2.6. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA/ QUINTA DO PASSAL.....	135
1.2.7. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE BALDEIRÃO II .....	139
1.2.8. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE S. BARTOLOMEU .....	143
1.2.9. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CALVÁRIO .....	148
1.2.10. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA.....	153
1.2.11. COMUNIDADE DESFAVORECIDA DA AZENHA .....	158
1.2.12. CD PER PALMILHEIRA, CD PER MONTES DA COSTA, CD PER MIRANTE DOS SONHOS, CD PER GALINHEIRO E CD PER 1º DE MAIO .....	162
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES ENCONTRADAS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO ....</b>	<b>167</b>
<b>3. IDENTIFICAÇÃO INDICATIVA DAS AÇÕES E INVESTIMENTOS A DESENVOLVER .....</b>	<b>170</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>172</b>

## Índice de figuras e quadros

FIGURA 39: PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO INFERIOR AO BÁSICO (%) E PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA, POR FREGUESIA, NA AMP, EM 2011 .....	103
FIGURA 40: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS DE VALONGO .....	105
FIGURA 41: EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO DE CARIZ SOCIAL NAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS DE VALONGO ....	106
FIGURA 42: NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMA DE OCUPAÇÃO, 2011 .....	107
FIGURA 43: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A IDADE (%) E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	108
FIGURA 44: ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	108
FIGURAS 45: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DA SERRA AMARELA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	110
FIGURA 46: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJ. HABITACIONAL DA SERRA AMARELA	112
FIGURA 47: POPULAÇÃO RESIDENTE POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (TOTAL E SEGUNDO O GÉNERO), 2011.....	113
FIGURA 48: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (15 OU MAIS ANOS) COM ESCOLARIDADE INFERIOR AO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, 2011 .....	114
FIGURA 49: TAXA DE ANALFABETISMO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	114
FIGURA 50: POPULAÇÃO RESIDENTE COM BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, POR SUBSECÇÃO, EM 2011.....	115
FIGURA 51: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DO BARREIRO DE CIMA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	116
FIGURA 52: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAV. DO CONJUNTO HABITACIONAL DO BARREIRO DE CIMA	118
FIGURA 53: NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011 .....	119
FIGURA 54: INDIVÍDUOS (SEGUNDO O GÉNERO) EMPREGADOS E DESEMPREGADOS SEM PROTEÇÃO E SUA PROPORÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA E DESEMPREGADA, POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2014.....	120
FIGURA 55: POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADES COMPREENDIDAS ENTRE OS 0 E 24 ANOS, POR SUBSECÇÃO, EM 2011 .....	121
FIGURA 56: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE SAMPAIO E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	122
FIGURA 57: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE SAMPAIO...	124
FIGURA 58: FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E DIMENSÃO (FAMÍLIA CLÁSSICA), 2011.....	125
FIGURA 59: POPULAÇÃO RESIDENTE COM 65 OU MAIS ANOS, POR SUBSECÇÃO, EM 2011 .....	127
FIGURA 60: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DA OUTRELA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	128
FIGURA 61: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DA OUTRELA...	130
FIGURA 62: TAXA DE DESEMPREGO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SEGUNDO O GÉNERO, 2011 .....	132
FIGURA 63: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE BALSELHAS E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	132
FIGURA 64: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE BALSELHAS	134
FIGURA 65: PROPORÇÃO (%) POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS, 2014 .....	135

FIGURAS 66: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA/ QUINTA DO PASSAL E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	136
FIGURA 67: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA/ QUINTA DO PASSAL .....	138
FIGURA 68: PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS OCUPADOS SEGUNDO O TIPO DE RENDA APLICADA, POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2014.....	140
FIGURA 69: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJUNTO HABITACIONAL DE BALDEIRÃO II E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	140
FIGURA 70: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CONJ.HABITACIONAL DE BALDEIRÃO II .....	142
FIGURA 71: EDIFÍCIOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (TOTAL, POR TIPO DE UTILIZAÇÃO E DEGRADADOS), 2011 ....	143
FIGURA 72: PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INEXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES (ÁGUA, RETRETE, BANHO/DUCHE E AQUECIMENTO), 2011 .....	143
FIGURA 73: FAMÍLIAS CLÁSSICAS SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS COM ATIVIDADE ECONÓMICA E O NÚMERO DE PESSOAS DESEMPREGADAS, 2011.....	144
FIGURA 74: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE S. BARTOLOMEU E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	145
FIGURA 75: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE S. BARTOLOMEU.....	147
FIGURA 76: TAXA DE DESEMPREGO, POR SUBSECÇÃO, EM 2011.....	149
FIGURA 77: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CALVÁRIO E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	150
FIGURA 78: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO CALVÁRIO.....	152
FIGURA 79: PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS RESIDENTES DESEMPREGADOS À PROCURA DO 1.º EMPREGO E À PROCURA DE NOVO EMPREGO, 2011 .....	154
FIGURA 80: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	155
FIGURA 81: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA.....	157
FIGURA 82: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DA AZENHA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	159
FIGURA 83: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DA AZENHA .....	161
FIGURA 84: LOCALIZAÇÃO DA COM. DESFAV. DO PER PALMILHEIRA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO ...	162
FIGURA 85: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO PER MONTES DA COSTA E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	163
FIGURA 86: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO PER MIRANTE DOS SONHOS E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	164
FIGURA 87: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO PER GALINHEIRO E ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO .....	165

## Siglas e abreviaturas

p.p. – pontos percentuais

PAIDC – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PER – Programa Especial de Realojamento

CMV – Câmara Municipal de Valongo

ADICE – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

## 1. Identificação, delimitação e caracterização das comunidades desfavorecidas

Na arquitetura do sistema urbano regional identificada no Programa Operacional do Norte, Valongo surge como um dos concelhos do *continuum* urbano que constitui a Aglomeração Metropolitana do Porto, *continuum* que inclui, para além deste, os concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Gondomar e Vila Nova de Gaia, e que corresponde ao núcleo central da Área Metropolitana do Porto. A posição de Valongo neste contexto territorial tem feito do concelho um espaço privilegiado de localização da função residencial, contribuindo para um processo de forte crescimento urbano e para a consolidação desta área como verdadeiro subúrbio do centro metropolitano. Em geral, o concelho de Valongo tem visto reforçado este seu perfil predominantemente residencial, apresentando diversas áreas, em especial na periferia dos centros urbanos de Valongo e Ermesinde, configurando espaços construídos não consolidados, em que índices de densificação elevados alternam com bolsas expectantes, num quadro de relativa secundarização da relevância do espaço público e de escassez de serviços e equipamentos públicos e privados em quantidade e qualidade. Estas características, típicas de periferias “espontâneas”, implicam problemas de legibilidade e de identidade urbana e má qualidade ambiental, gerando menores oportunidades de participação na vida cívica e um genérico distanciamento da população em relação ao seu contexto de residência.

O facto de o concelho dispor de boas acessibilidades viárias e ferroviárias, com ligações fáceis aos concelhos limítrofes da Maia, Porto, Matosinhos, Gondomar, Paredes, Amarante e Vila Real, e acesso rápido às principais infraestruturas e equipamentos, bem como aos principais polos empregadores, da área metropolitana, tende a acentuar o perfil residencial deste território e a dependência face a outras localizações, potenciando os problemas apontados no final do parágrafo anterior.

Além disso, a criação de áreas de expansão urbana em diversas localizações do concelho, nas quais, em muitos casos, a edificação de empreendimentos de habitação social funcionou como elemento urbanizador inaugural, sem densificação e diversificação urbanística e social posterior da respetiva envolvente, transformou estes espaços residenciais em focos potenciais de segregação urbana e fez diminuir as oportunidades de integração comunitária e de participação cívica e social das populações neles residentes. O resultado foi um agravamento da fragmentação do tecido urbano, com impactos relevantes no dinamismo das redes de relacionamento social e nas possibilidades de fomento da integração identitária e do desenvolvimento comunitário.

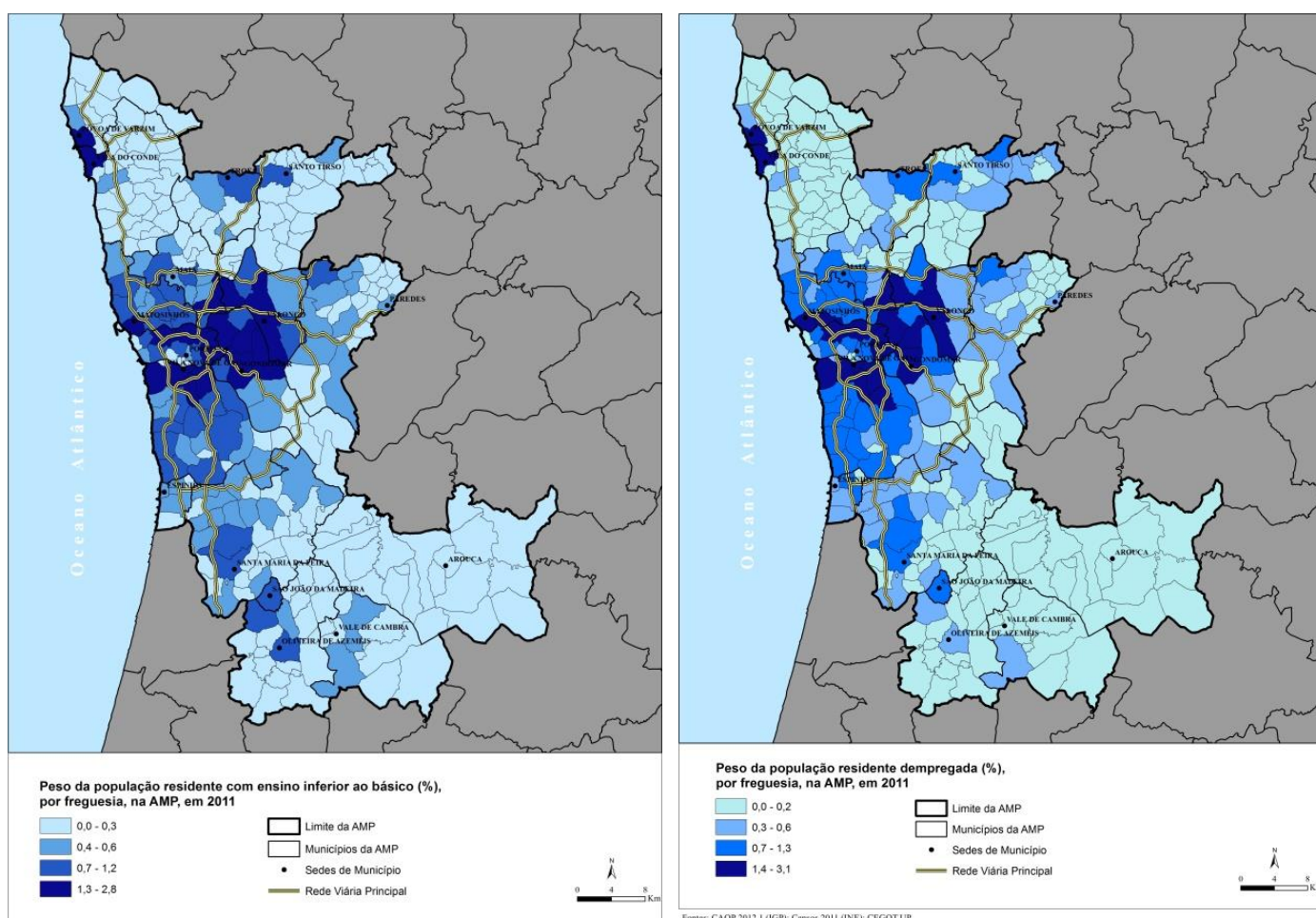
Num outro plano, que diz respeito ao modelo de desenvolvimento concelhio, as debilidades da estrutura produtiva de Valongo, ao mesmo tempo que contribuem para a relevância das relações residência-local de trabalho e para a dependência face a territórios exteriores ao concelho, dificultam a confrontação dos efeitos da degradação da situação económica do país e da região registada nos últimos anos. Não surpreende, neste sentido, que o desemprego apareça aqui como principal problemática social, associando-se diretamente a fenómenos como o crescimento do endividamento das famílias (num contexto marcado pelo significativo peso dos encargos com crédito à habitação nos orçamentos familiares) e o aumento das situações de carência económica e de vulnerabilidade social. A intensificação da procura de habitação social por parte de agregados domésticos residentes na cidade de Valongo é um dos indícios mais evidentes destes fenómenos, tal como notado pelos interlocutores do Município auscultados no âmbito da preparação da candidatura do PEDU de Valongo. O registo de casos de população sem-abrigo e a intensificação das vulnerabilidades das famílias de mais baixos rendimentos, nomeadamente das famílias monoparentais, face a situações de risco de pobreza e aos efeitos do endividamento têm contribuído em conjunto para ampliar a chamada “pobreza envergonhada” em Valongo. Esta situação reforça as debilidades da participação associativa e cultural dos segmentos mais descapitalizados da população residente, que nem sempre encontram resposta eficaz da parte do tecido institucional, facto que proporciona condições favoráveis a uma reprodução geracional da pobreza e da exclusão. Ademais, e apesar do seu perfil demográfico relativamente jovem e dinâmico, o concelho observa a persistência de níveis médios de qualificação da sua população residente inferiores aos registados no conjunto da Aglomeração Metropolitana do Porto, facto que contribui quer para dificultar a confrontação das situações de desemprego, quer para inviabilizar a consecução de índices mais consistentes de participação associativa e cultural.

No que diz respeito à cobertura por equipamentos e serviços de cariz social, verificam-se, de acordo com os interlocutores auscultados, problemas decorrentes da insuficiência de tal cobertura, designadamente nos domínios da infância (creches), da saúde mental (lares e centros de tratamento), do apoio à população idosa (serviços de apoio domiciliário) e do apoio a pessoas com deficiência (centros ocupacionais e outros equipamentos e serviços).

Do ponto de vista da expressão territorializada das problemáticas atrás mencionadas, há que sublinhar que estamos perante problemáticas transversais ao conjunto do território concelhio; aparecendo relativamente mitigadas em determinados territórios – ou sendo pouco perceptíveis naqueles em que os índices socioeconómicos e de qualidade de vida são mais elevados –, tais problemáticas têm os seus focos de expressão mais evidente em algumas localizações do concelho, situadas habitualmente na

periferia dos principais núcleos urbanos. Todavia, mesmo nestas, a relativa diversidade e heterogeneidade do tecido urbano e social local dificulta a enunciação das mesmas enquanto “áreas críticas” ou comunidades especialmente “desfavorecidas”. Não obstante, são contextos socioterritoriais em que se evidenciam situações especialmente desfavoráveis em matéria de emprego, níveis de qualificação da população residente, organização e estado de conservação do património edificado, vitalidade do espaço público e cobertura por equipamentos e serviços de cariz social. A título exemplificativo, a baixa escolaridade e os níveis de desemprego na AMP, e especialmente no concelho de Valongo, evidenciam o peso que estes fatores exercem sobre as vulnerabilidades sociais encontradas. As freguesias de Valongo e Ermesinde são, a nível metropolitano, territórios excluídos no acesso à educação e ao emprego (juntamente com outras freguesias da metrópole). Evidencia-se claramente em termos territoriais as periferias urbanas e o setor oriental da aglomeração do Grande Porto (Figura 39).

**Figura 39: Peso da população residente com ensino inferior ao básico (%) e Peso da população residente desempregada, por freguesia, na AMP, em 2011**



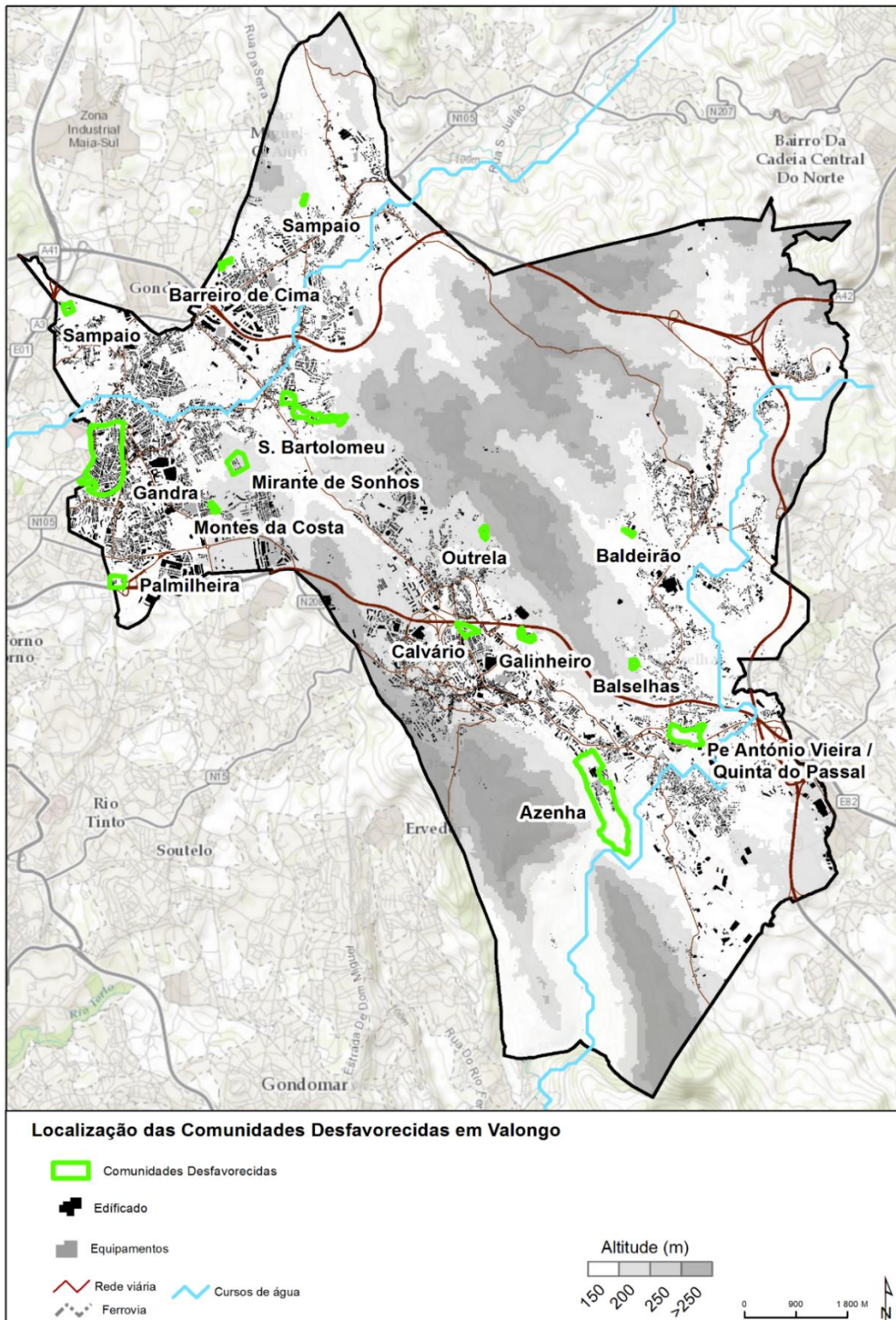
## 1.1. Identificação das Comunidades Desfavorecidas

Tendo em consideração o diagnóstico que, em traços gerais, acaba de ser feito – e considerando a identificação das áreas de intervenção prioritária realizada pelo Município –, proceder-se-á à delimitação e inclusão no *Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD)* do PEDU de Valongo de quinze comunidades desfavorecidas:

1. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Serra Amarela
2. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima
3. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Sampaio
4. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Outrela
5. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Balsehas
6. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/Quinta do Passal
7. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Baldeirão II
8. Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu
9. Comunidade Desfavorecida do Calvário
10. Comunidade Desfavorecida de Gandra
11. Comunidade Desfavorecida da Azenha
12. Comunidade Desfavorecida do PER Palmilheira
13. Comunidade Desfavorecida do PER Montes da Costa
14. Comunidade Desfavorecida do PER Mirante dos Sonhos
15. Comunidade Desfavorecida do PER Galinheiro
16. Comunidade Desfavorecida do PER 1º Maio

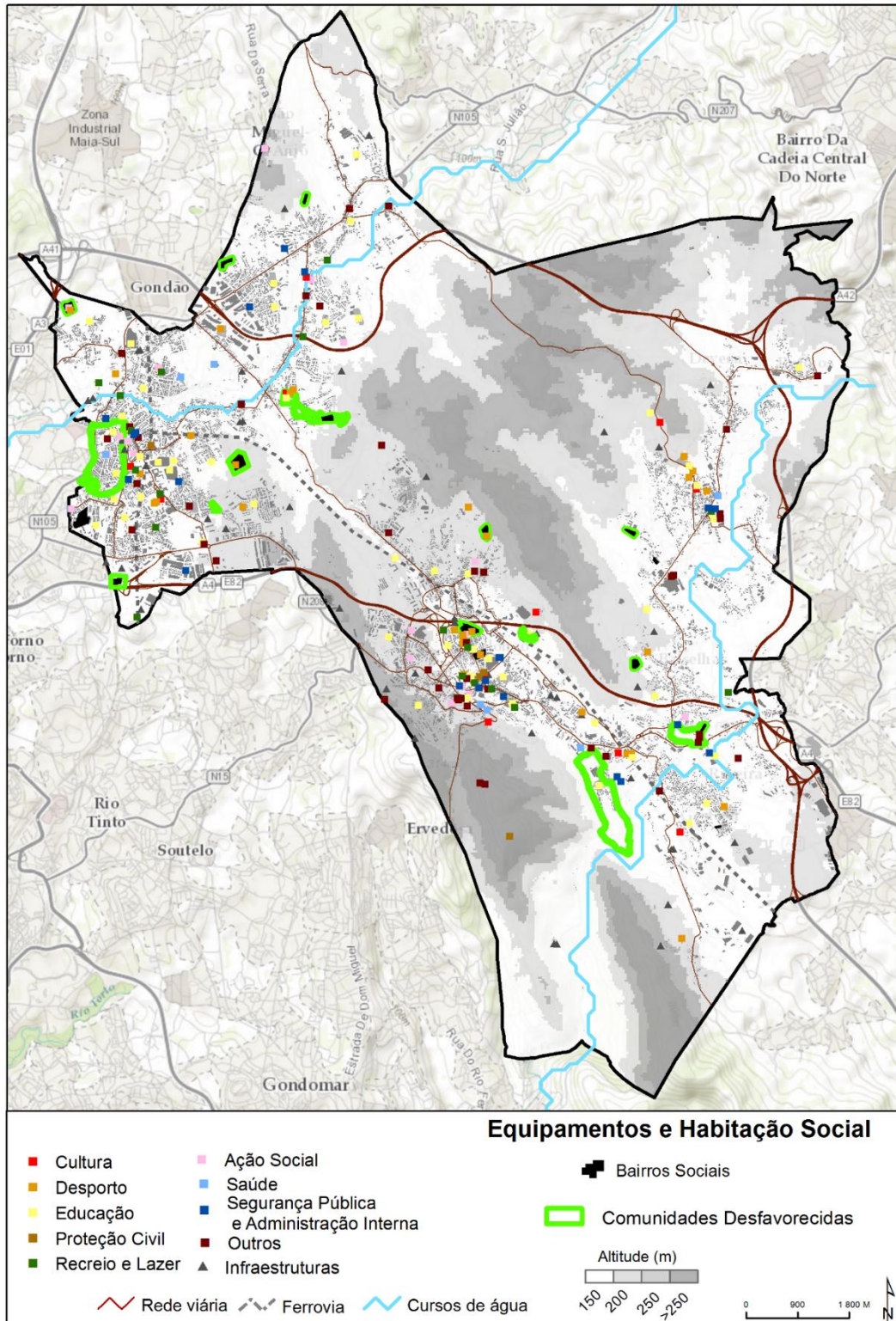
Estas comunidades desfavorecidas (Figura 40) distribuem-se pelas quatro freguesias do concelho de Valongo. Na sua maioria, correspondem a *bairros sociais*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU, havendo também comunidades desfavorecidas correspondentes a *núcleos de construção precária* e a *áreas urbanas consolidadas*.

Figura 40: Localização das comunidades desfavorecidas de Valongo



Fonte: CM- Valongo; CEGOT.UP

Figura 41: Equipamentos e habitação de cariz social nas comunidades desfavorecidas de Valongo



Fonte: CM-Valongo; CEGOT.UP

## 1.2. Caracterização das Comunidades Desfavorecidas

### 1.2.1. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Serra Amarela

O Conjunto Habitacional da Serra Amarela – *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – fica localizado em Alfena, no quadrante noroeste e numa área relativamente periférica da freguesia. Foi edificado em 1997, através do Programa Especial de Realojamento (PER). É constituído por um único bloco, congregando 36 fogos (8 T1, 13 T2, 7 T3 e 8 T4, Figura 42). O único equipamento existente é uma sala de atendimento local. A sua situação de relativo isolamento e frágil integração no tecido urbano e social da freguesia tem acentuado sentimentos de segregação e estigmatização no seio da população local, composta, segundo as informações concedidas pela equipa técnica da CMV, por 99 pessoas (48,5% do sexo feminino e 51,5% do sexo masculino) num total de 35 famílias (Figura 47 e Figura 53), na sua maioria (51,4%) constituídas por uma ou duas pessoas, seguindo-se as famílias compostas por três ou quatro pessoas (34,3%) e as famílias com cinco ou mais pessoas (14,3%, Figura 58).

**Figura 42: Número de alojamentos por localização geográfica e forma de ocupação, 2011**

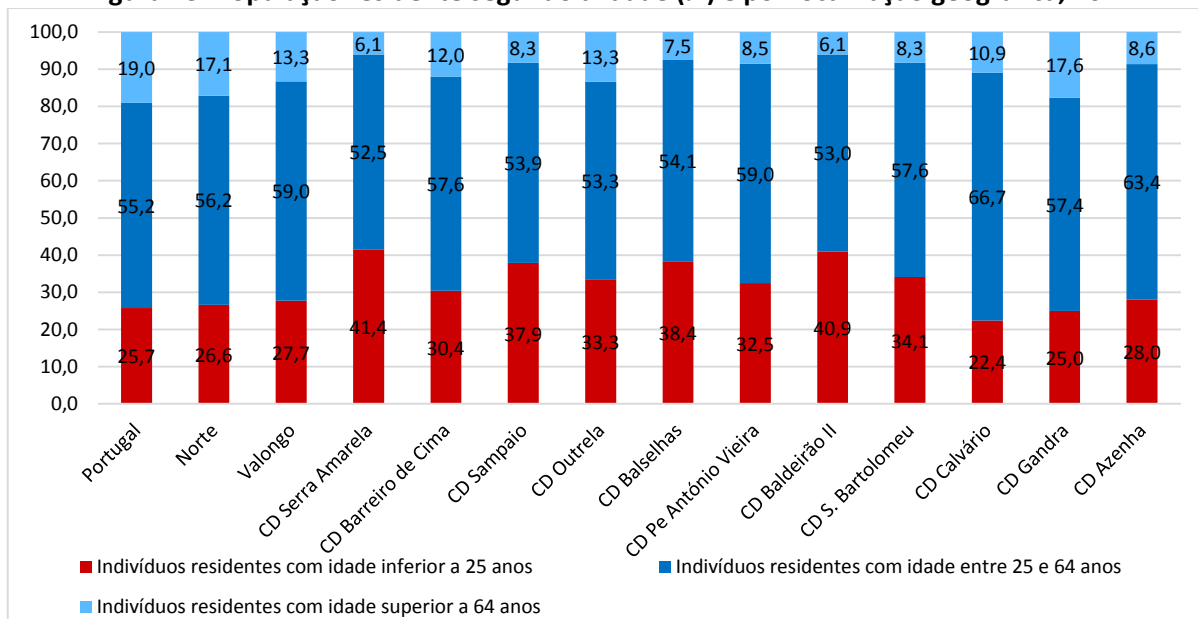
	Alojamentos (N.º)	Alojamentos familiares clássicos (%)	Aloj. familiares ocupados de residência habitual (%)	Aloj. fam. ocupados de residência secundária (%)	Aloj. familiares vagos (%)
Portugal	5 878 756	99,7%	68,1%	19,3%	12,5%
Norte	1 850 890	99,8%	71,5%	17,6%	11,0%
Valongo	40 445	99,8%	83,6%	6,6%	9,7%
CD Serra Amarela	36	100,0%	Sem dados		
CD Barreiro de Cima	61	100,0%	Sem dados		
CD Sampaio	68	100,0%	Sem dados		
CD Outrela	52	100,0%	Sem dados		
CD Balsehas	52	100,0%	Sem dados		
CD Pe António Vieira	40	100,0%	Sem dados		
CD Baldeirão II	44	100,0%	Sem dados		
CD S. Bartolomeu	148	100,0%	87,8%	4,1%	8,1%
CD Calvário	141	99,3%	95,0%	2,8%	2,1%
CD Gandra	2 462	99,9%	85,0%	6,6%	8,4%
CD Azenha	239	98,7%	90,8%	7,1%	2,1%

Nota: No caso das comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Pe António Vieira e Baldeirão II, os valores referentes ao número de alojamentos dizem respeito ao número de alojamentos familiares clássicos/ fogos no ano de 2014. Para estas comunidades, dado o seu elevado grau de circunscrição territorial, não foi possível obter dados relativamente à forma de ocupação dos alojamentos.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

Trata-se de uma comunidade com um forte peso dos indivíduos mais jovens no total da população residente (41,4% da sua população tem entre 0 a 24 anos de idade, Figura 43), sendo que o seu baixo índice de envelhecimento (28,6%, Figura 44) a coloca no topo das comunidades desfavorecidas, aqui em análise, menos envelhecidas.

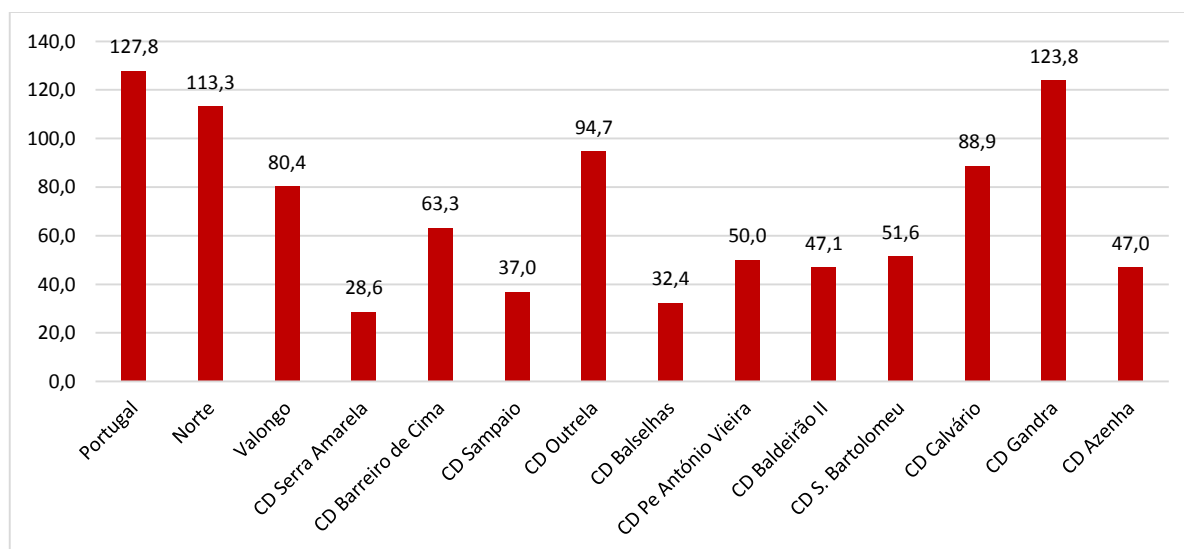
**Figura 43: População residente segundo a idade (%) e por localização geográfica, 2011**



Nota: Os dados referentes às comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balselhas, Padre António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

**Figura 44: Índice de envelhecimento por localização geográfica, 2011**



Nota: Os dados referentes às comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balselhas, Padre António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

O panorama revela-se menos favorável quando passamos para o plano socioeconómico e escolar: tanto os valores do desemprego, como os níveis de escolaridade da população residente se revelam bastante insatisfatórios.

Com efeito, nesta área encontramos uma taxa de desemprego que ronda os 61,1% (+44,2 p.p. que o concelho de Valongo e + 47,9 p.p. que a média nacional, Figura 62), sendo que 87,9% dos desempregados não auferem subsídio de desemprego (porque estão desempregados há já muito tempo e, por isso, ultrapassaram os prazos de garantia do subsídio de desemprego, ou porque se tratam de indivíduos à procura do primeiro emprego e, nesse sentido, não têm ainda acesso a este direito social, Figura 54).

Em termos escolares, 80,8% da sua população residente com 15 ou mais anos possuía uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (+30,5 p.p. que Valongo e +30,4 p.p. que Portugal, Figura 48), existindo ainda, inclusivamente, uma taxa de analfabetismo de cerca de 11,0% (+8,2 p.p. que Valongo e +5,8 p.p. que Portugal, Figura 49). Perante esta situação, não causa espanto o facto de 22,9% dos agregados domésticos pagarem aqui renda mínima (Figura 68) e a dependência face a pensões e outras prestações sociais (pelo menos 36 casos, em 2014) surgir como uma problemática muito relevante.

Por fim, é de sublinhar a existência de pessoas com problemas específicos, sobretudo, em matéria de saúde: 8,1% da população residente foi diagnosticada como portadora de problemas relacionados com o HIV e 6,1% com doenças crónicas (Figura 65). Existe, portanto, uma necessidade de promoção da integração urbana e social deste bairro e da sua população que impõe intervenções coetâneas de carácter físico e social em prol de uma visão holística de bem-estar e de qualidade de vida.

**Figuras 45: Localização da comunidade desfavorecida do Conjunto Habitacional da Serra Amarela e aspetos do edificado e espaço público**



**Figura 45: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Serra Amarela e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 46: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conj. Habitacional da Serra Amarela**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>99</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	41
População Residente Adulta (25-64 anos)	52
População Residente Idosa (+ 65 anos)	6
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	10
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	1
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	85
População Residente Ensino Secundário	3
População Residente Ensino Superior	0
<b>N.º Famílias</b>	<b>35</b>
Monoparental	10
Nuclear c/ filhos	9
Nuclear s/ filhos	3
Extensa	1
Reconstituída	2
Alargada	2
Isolada	8
<b>N.º Fogos</b>	<b>36</b>
Equipamentos	1
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	21
População Residente Desempregada	33
População Residente Sem Atividade Económica	22
Sem Informação/Outros	23
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	19
Subsídio de desemprego	4
Pensão	14
RSI	14
Acção Social	1
RSI e Acção Social	3
Sem informação/Outros	44
<b>População residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	2
Deficiência mental	2
Alcoolismo	1
Toxicodependência	4
Doença Mental	3
HIV	8
Desemprego	7
Doenças Crónicas	6
Isolamento	3

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

## 1.2.2. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima

Situada no quadrante noroeste de Alfena, numa área já relativamente periférica face àquele que é considerado o centro cívico desta freguesia, o Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima foi edificado em 1997, no âmbito do PER. Esta Comunidade Desfavorecida – um *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – congrega 61 fogos (18 T1, 14 T2 e 29 T3, Figura 42) e ainda três equipamentos: uma sala de atendimento local, um polidesportivo e um espaço ocupado por um CATL.

A situação periférica deste conjunto habitacional, a degradação relativa do edificado e dos equipamentos e espaços adjacentes e a existência de problemáticas de ordem social, ligadas, em especial, ao desemprego, às dificuldades de inserção socioprofissional da população, designadamente dos jovens, e à baixa qualificação média dos residentes, justificam uma intervenção de cariz físico, que deverá ser complementada com modalidades de intervenção visando a integração social da respetiva população (cerca de 60 famílias, compostas sobretudo por uma ou duas pessoas (53,3%) e congregando 158 indivíduos, 50,0% do sexo feminino e 50,0% do sexo masculino, Figura 47 e Figura 53).

**Figura 47: População residente por localização geográfica (total e segundo o género), 2011**

	Indivíduos residentes (N.º)	Indivíduos residentes do sexo masculino (%)	Indivíduos residentes do sexo feminino (%)
Portugal	10 562 178	47,8%	52,2%
Norte	3 689 682	47,9%	52,1%
Valongo	93 858	48,0%	52,0%
CD Serra Amarela	99	51,5%	48,5%
CD Barreiro de Cima	158	50,0%	50,0%
CD Sampaio	206	51,9%	48,1%
CD Outrela	135	49,6%	50,4%
CD Balseilhas	146	48,6%	51,4%
CD Pe António Vieira	117	52,1%	47,9%
CD Baldeirão II	132	40,9%	59,1%
CD S. Bartolomeu	399	47,9%	52,1%
CD Calvário	366	46,7%	53,3%
CD Gandra	5 421	46,5%	53,5%
CD Azenha	636	49,8%	50,2%

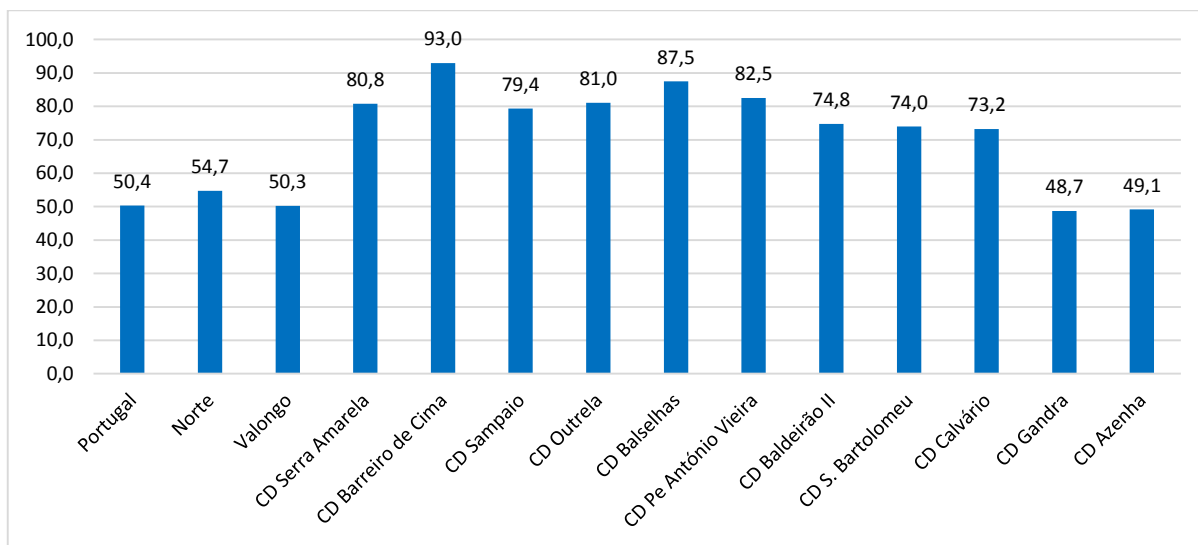
Nota: Os dados referentes às Comunidades Desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balseilhas, Pe António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

Neste último plano destacam-se as situações relacionadas com:

- a baixa qualificação da população residente: a quase totalidade (93,0%) dos residentes com 15 ou mais anos auferem uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico, existindo ainda nesta área uma taxa de analfabetismo que ronda os 14,7%, uma taxa que ultrapassa largamente a média concelhia e nacional (Figura 48, Figura 49 e Figura 50);

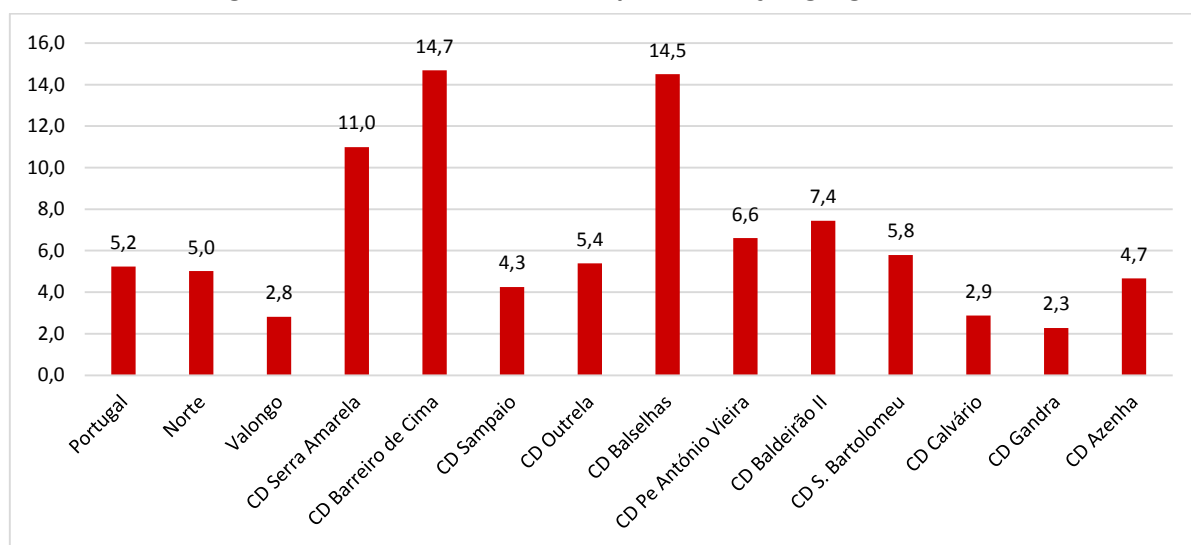
**Figura 48: Proporção da população residente (15 ou mais anos) com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico, 2011**



Nota: Os dados referentes às comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balseilhas, Padre António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

**Figura 49: Taxa de analfabetismo por localização geográfica, 2011**



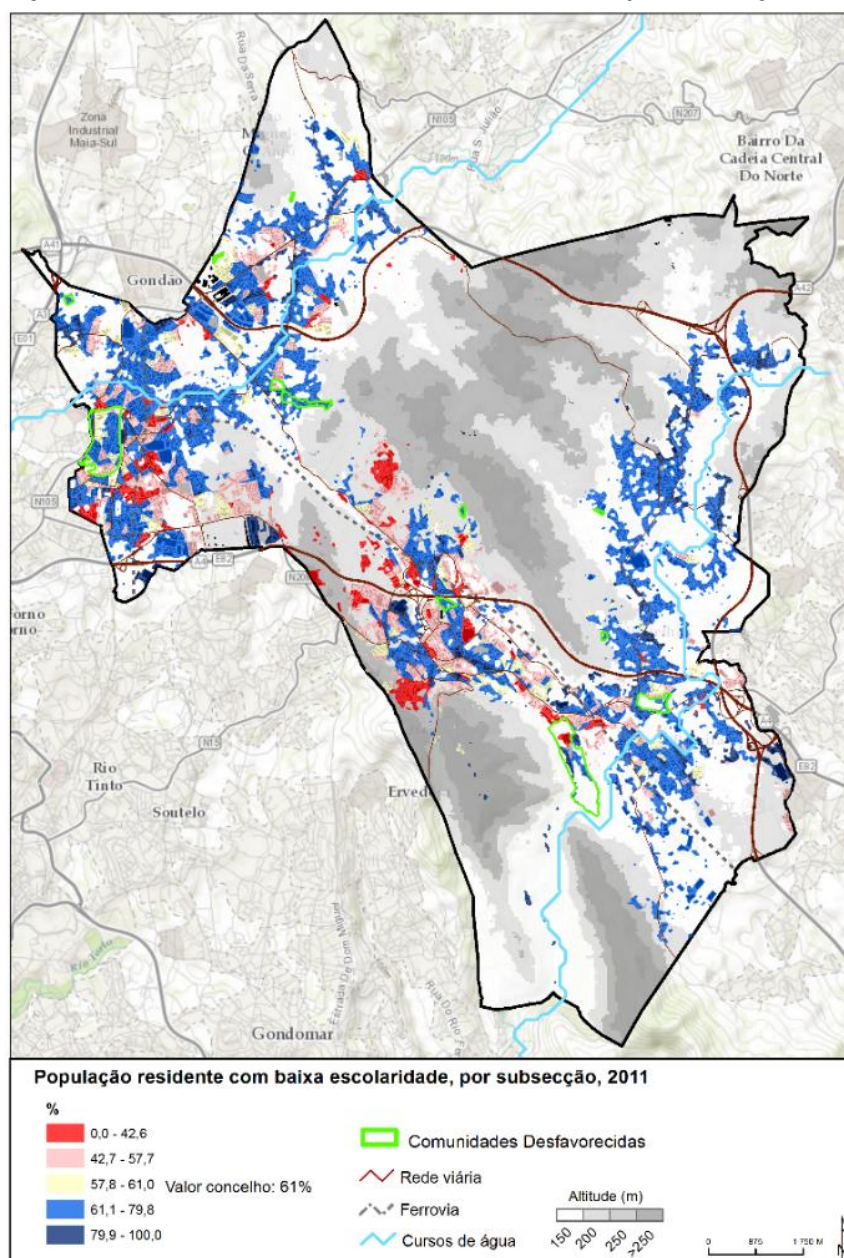
Nota: Os dados referentes às comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balseilhas, Padre António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

- o desemprego: em 2014, a taxa de desemprego nesta Comunidade Desfavorecida era de 68,8%, sendo que os desempregados entre os 19 e 34 anos representavam 45,5% do total dos desempregados, o que, em parte, justifica a elevada proporção de desempregados sem proteção – 84,1% (Figura 54 e Figura 62) e

- a dependência face a rendimentos provenientes de pensões e outras prestações sociais: pelo menos 63 casos, em 2014). É de salientar ainda a existência de alguns casos diagnosticados com alguns problemas relacionados com as doenças crónicas, alcoolismo, doenças mentais, toxicodependência (respetivamente, 12,7%, 5,7%, 5,7% e 5,1% da população residente), entre outros (Figura 65).

**Figura 50: População residente com baixos níveis de escolaridade, por subsecção, em 2011**



Nota: Classes mais desfavoráveis (níveis de escolaridade mais baixos) – categorias a azul; classes mais favoráveis (níveis de escolaridade mais baixos) - categorias a vermelho

**Figura 51: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima e aspetos do edificado e espaço público**



**Localização da Comunidade Desfavorecida de Barreiro de Cima**

 Comunidade Desfavorecida de Barreiro de Cima



Fonte: CM-Valongo; CEGOT,UP



Figura 51: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima e aspetos do edificado e espaço público (cont.)



**Figura 52: Síntese estatística da Comunidade Desfav. do Conjunto Habitacional do Barreiro de Cima**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>158</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	48
População Residente Adulta (25-64 anos)	91
População Residente Idosa (+ 65 anos)	19
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	21
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	2
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	117
População Residente Ensino Secundário	1
População Residente Ensino Superior	0
<b>N.º Famílias</b>	<b>60</b>
Monoparental	6
Nuclear c/ filhos	15
Nuclear s/ filhos	12
Reconstituída	5
Alargada	6
Isolada	16
<b>N.º Fogos</b>	<b>61</b>
Equipamentos	3
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	20
População Residente Desempregada	44
População Residente Sem Atividade Económica	49
Sem Informação/Outros	45
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	21
Subsídio de desemprego	7
Pensão	38
RSI	12
Acção Social	5
RSI e Acção Social	1
Sem informação/Outros	74
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	1
Alcoolismo	9
Toxicodependência	8
Doença Mental	9
HIV	1
Desemprego	38
Doenças Crónicas	20
Isolamento	6
Violência Doméstica	3
Outros	13

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.3. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Sampaio

Localizado no extremo noroeste da freguesia de Ermesinde, numa área bastante periférica face ao centro da cidade, o Conjunto Habitacional de Sampaio foi edificado em 1997, no âmbito do PER. Esta Comunidade Desfavorecida – um *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – congrega 68 fogos (12 T1, 20 T2, 24 T3 e 12 T4, Figura 42) e ainda três equipamentos: uma sala de atendimento, um polidesportivo e uma sala multiusos, onde está instalado um CATL.

Neste bairro residiam, em 2014, 66 famílias, congregando 206 indivíduos (48,1% do sexo feminino e 51,9% do sexo masculino, Figura 47 e Figura 53). A população é relativamente jovem: perto de metade dos residentes tem menos de 35 anos, sendo o índice de envelhecimento nesta Comunidade Desfavorecida apenas de 37,0% (Figura 43, Figura 44 e Figura 55). Do total de indivíduos residentes com 15 ou mais anos, 79,4% tinham qualificações académicas inferiores ao 9.º ano (+29,1 p.p. que o concelho de Valongo, Figura 48): o que diz bem da insuficiente penetração, neste contexto, dos processos de escolarização da população, incluindo da população juvenil (apenas 3 pessoas entre os 19 e os 34 anos detinham aqui instrução ao nível do ensino superior).

**Figura 53: Número de famílias clássicas por localização geográfica, 2011**

	Famílias clássicas (N.º)
Portugal	4 043 726
Norte	1 330 892
Valongo	33 946
CD Serra Amarela	35
CD Barreiro de Cima	60
CD Sampaio	66
CD Outrela	50
CD Balsehas	50
CD Pe António Vieira	39
CD Baldeirão II	42
CD S. Bartolomeu	131
CD Calvário	134
CD Gandra	2 107
CD Azenha	221

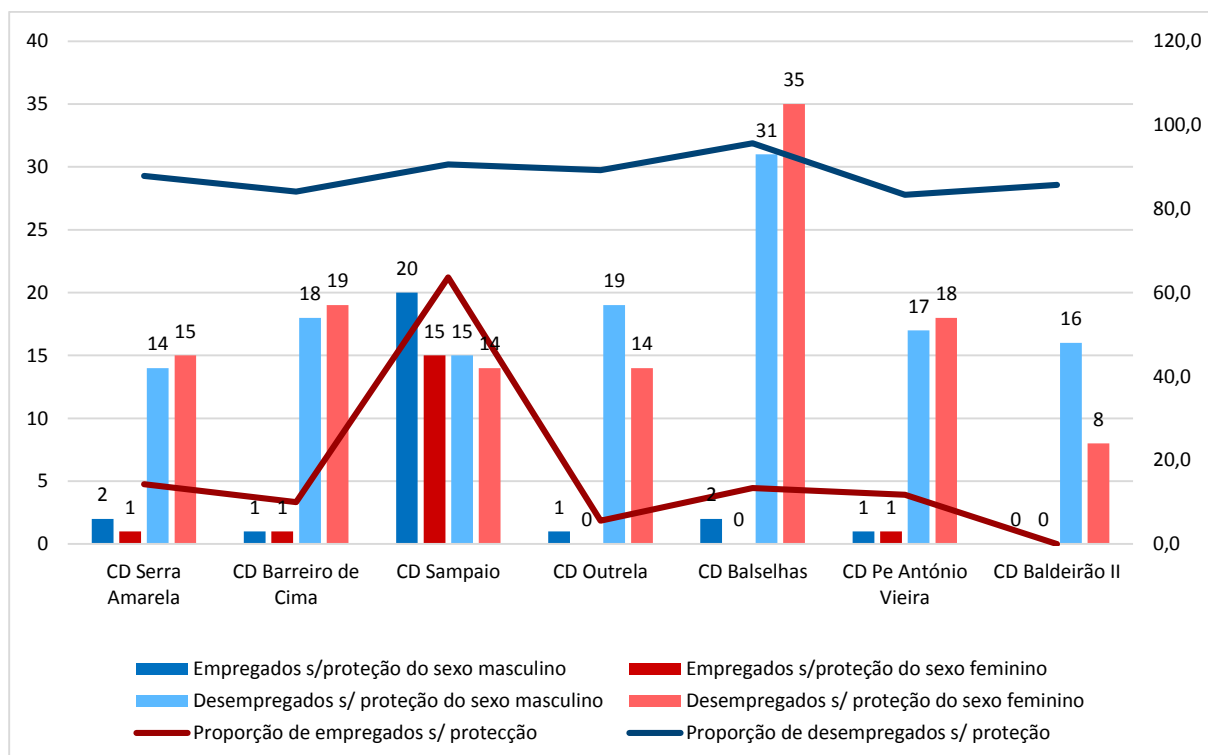
Nota: Os dados referentes às Comunidades Desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Pe António Vieira e Baldeirão II são de 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

O desemprego é igualmente um fenómeno marcante no Conjunto Habitacional de Sampaio, já que 36,8% da sua população em idade ativa se encontra nesta condição, estando 90,6% dos desempregados *sem cobertura* pelo subsídio de desemprego (Figura 54 e Figura 62). Todavia, mesmo entre os indivíduos empregados, encontramos situações de grande vulnerabilidade e precariedade: 63,6% dos indivíduos empregados não possuem qualquer tipo de proteção laboral (Figura 54). Percebe-se, neste contexto, o elevado número de indivíduos a auferirem pensões ou outras prestações sociais (pelo menos 71 indivíduos). 21,2% dos agregados domésticos beneficiavam da aplicação da renda mínima (Figura 68).

Por fim, também aqui foram diagnosticados pela equipa técnica da CMV alguns casos de problemas relacionados, especialmente, com as doenças crónicas e com o alcoolismo (respetivamente, 13,1% e 7,8% da população residente, Figura 65).

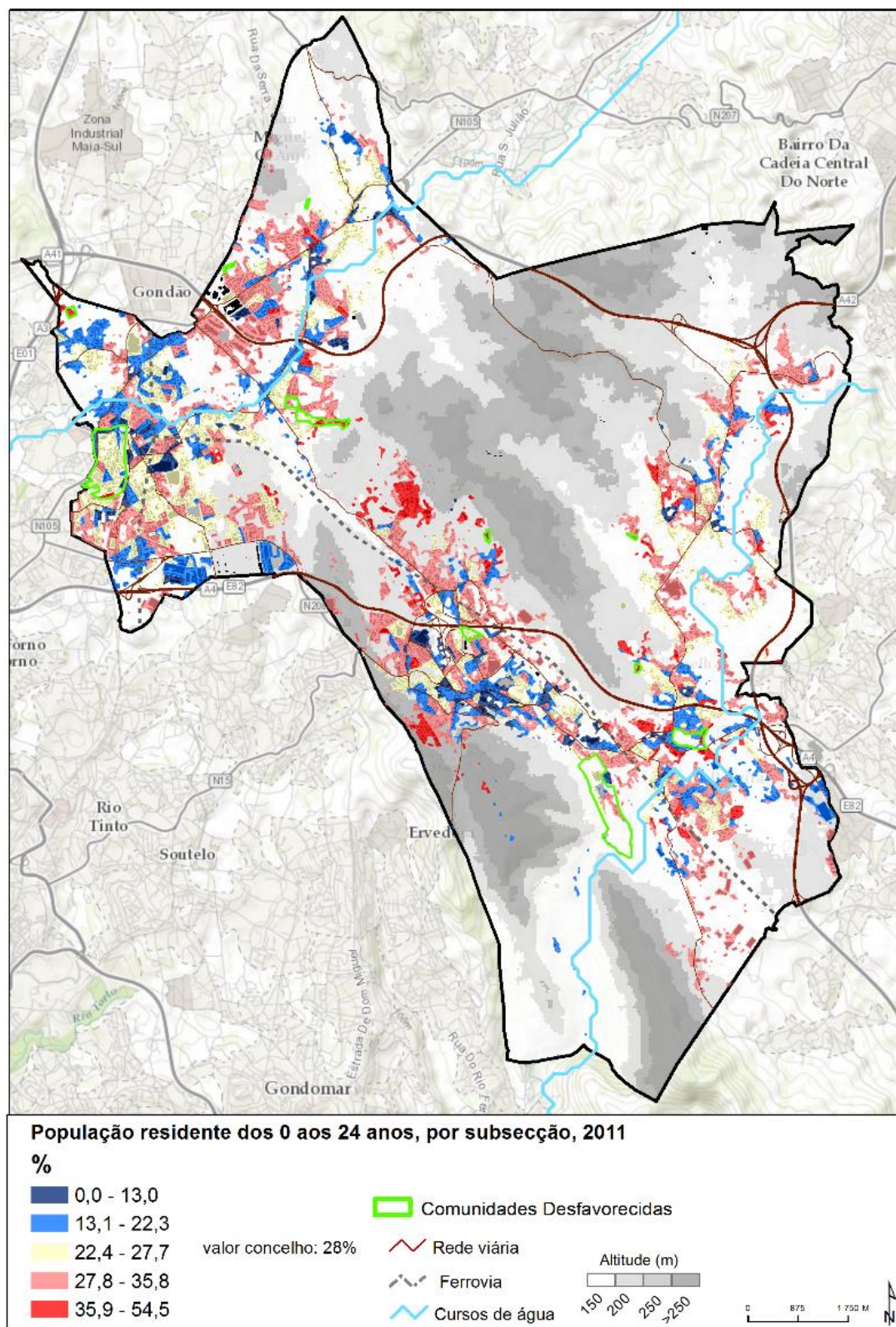
**Figura 54: Indivíduos (segundo o género) empregados e desempregados sem proteção e sua proporção no total da população residente empregada e desempregada, por localização geográfica, 2014**



Nota: Não foi possível obter dados para as comunidades desfavorecidas de S. Bartolomeu, Calvário, Gandra e Azenha. Fonte: ETDEASD-CMV, 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

Figura 55: População residente com idades compreendidas entre os 0 e 24 anos, por subsecção, em 2011



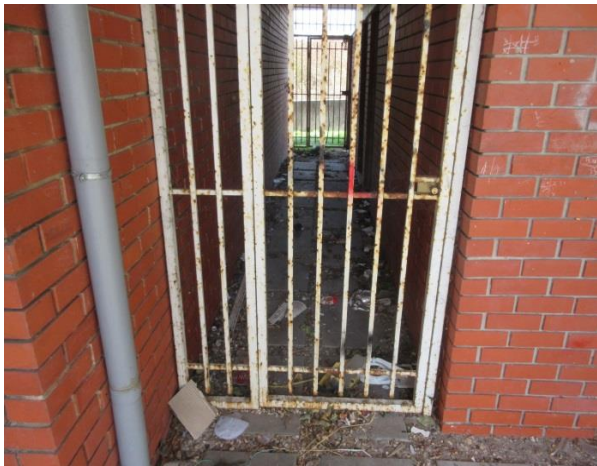
Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: Classes mais jovens – categorias a vermelho; classes menos jovens - categorias a azul.

**Figura 56: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Sampaio e aspetos do edificado e espaço público**



**Figura 56: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Sampaio e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 57: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Sampaio**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>206</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	78
População Residente Adulta (25-64 anos)	111
População Residente Idosa (+ 65 anos)	17
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	8
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	10
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	165
População Residente Ensino Secundário	5
População Residente Ensino Superior	5
Pop. Residente N/ frequenta	8
Sem Informação/Outros	5
<b>N.º Famílias</b>	<b>66</b>
Monoparental	9
Nuclear c/ filhos	23
Nuclear s/ filhos	10
Extensa	6
Reconstituída	4
Alargada	5
Isolada	9
<b>N.º Fogos</b>	<b>68</b>
Equipamentos	3
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	55
População Residente Desempregada	32
População Residente Sem Atividade Económica	28
Sem Informação/Outros	91
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	55
Subsídio de desemprego	3
Bolsa de Formação	3
Pensão	27
RSI	15
RSI e Acção Social	23
Sem informação/Outros	80
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física/mental	6
Alcoolismo	16
Toxicodependência	6
Doença Mental	7
Desemprego	45
Doenças Crónicas	27
Violência Doméstica e outros	6

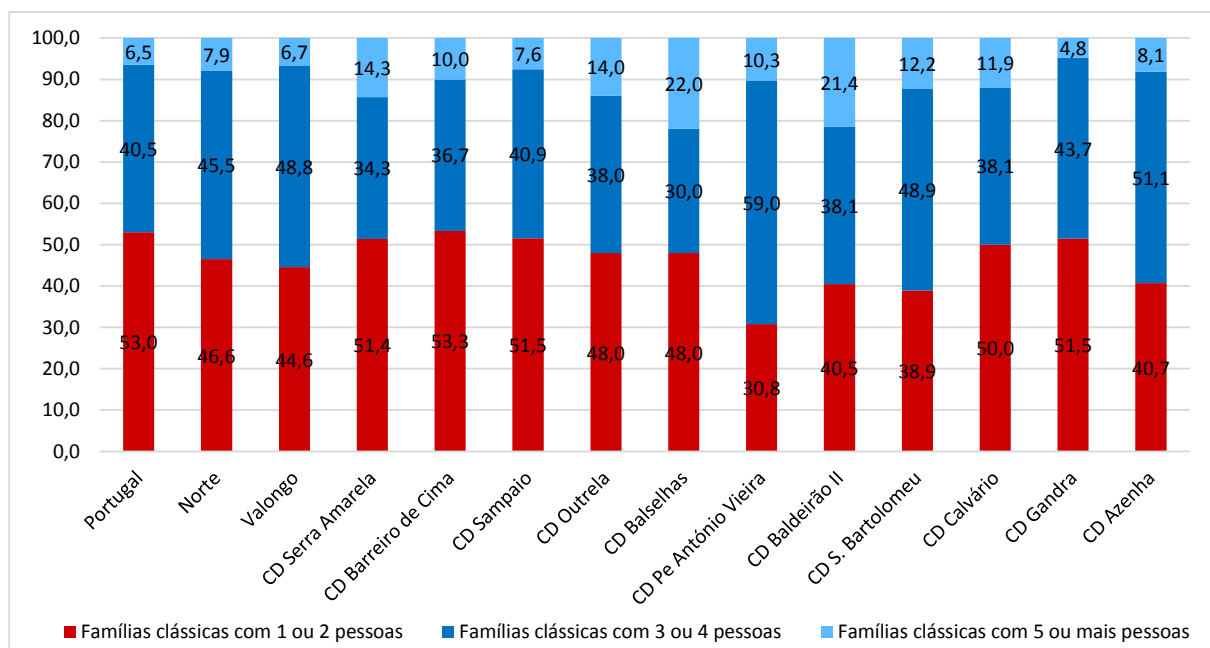
Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.4. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Outrela

O Conjunto Habitacional da Outrela – *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – está localizado na metade norte da freguesia de Valongo, numa área relativamente afastada do respetivo centro urbano. A situação periférica deste bairro, que está implantado no limite norte do tecido urbano de Valongo, tem implicações em matéria de acessibilidade, que se apresenta muito dificultada neste caso.

O bairro, construído em 1997 ao abrigo do PER<sup>1</sup>, congrega 52 fogos (8 T1, 8 T2, 24 T3 e 12 T4, Figura 42) e dois equipamentos: sala de atendimento local e polidesportivo. Vivem no bairro 50 famílias (constituídas por uma ou duas pessoas (48%), seguindo-se as famílias compostas por três ou quatro pessoas (38%), Figura 58), num total de 135 indivíduos, dos quais 50,4% são do sexo feminino e 49,6% do sexo masculino (Figura 47 e Figura 53).

Figura 58: Famílias clássicas por local de residência e dimensão (família clássica), 2011



Nota: Os dados referentes às Comunidades Desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balseilhas, Pe António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014.

Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

<sup>1</sup> No contexto das políticas de habitação social em Portugal, o Programa Especial de Realojamento (PER) é um dos planos mais ambiciosos de sempre. O PER foi legislado a 7 de maio de 1993, através do Decreto-Lei n.º 163/936 e emergiu como arma de combate à proliferação de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Teve como prioridade, ao nível dos objetivos, erradicar as barracas através de um envolvimento dos municípios de forma vinculada no processo, promovendo o realojamento, e assim, uma mudança no estilo de vida dos moradores. Como se reíra do seu texto legislativo, o PER pugnou pela “erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção” [Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de maio DR, I Série – a n.º 106 07-05-1993, p. 2381].

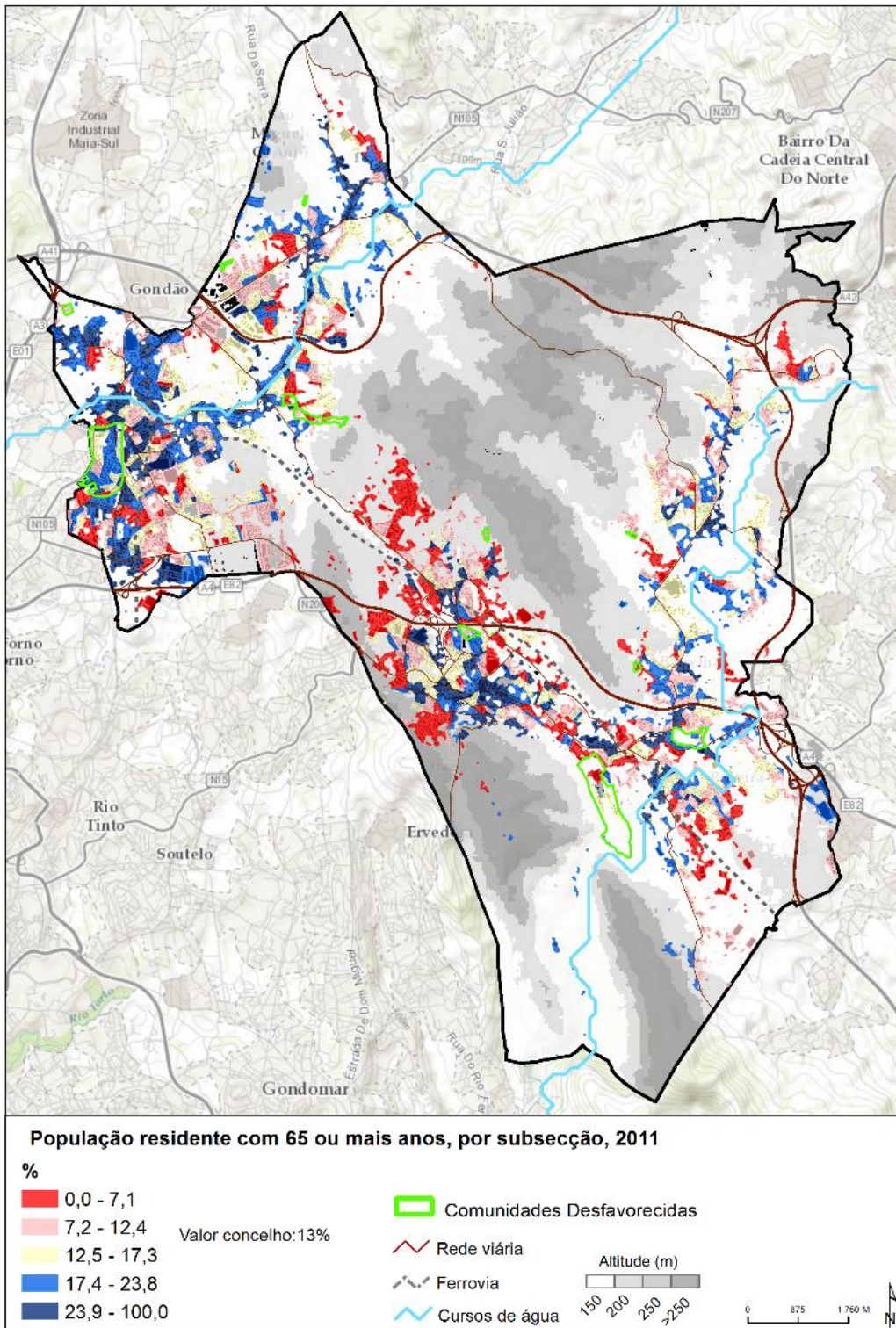
O índice de envelhecimento de cerca de 94,7% coloca esta Comunidade Desfavorecida entre as áreas aqui em análise com maiores índices de envelhecimento, mas, ainda assim, é um índice mais baixo que o registado a nível nacional (127,8%, Figura 44 e Figura 59).

Em termos socioeconómicos, mantem-se, também nesta Comunidade Desfavorecida, a alta taxa de desemprego (67,3%) tanto para os homens (61,8%), como para as mulheres (76,2%), assim como os elevados níveis de desproteção face ao desemprego (apenas 10,8% dos desempregados auferem subsídio de desemprego, Figura 54 e Figura 62). O facto de ter sido atribuído a 20,0% dos alojamentos ocupados a renda mínima (Figura 68) traduz bem a difícil condição de muitos dos agregados domésticos desta Comunidade Desfavorecida.

Assim, a dependência de pensões e outras prestações sociais é muito forte: pelo menos 64 indivíduos declaram ter rendimentos provenientes destas fontes. As baixas qualificações escolares dos residentes (81,0% dos indivíduos residentes com 15 ou mais anos possuem níveis escolares inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico) tornam ainda mais difícil reverter esta situação (Figura 48).

Por fim, também aqui se registam alguns casos de pessoas que sofrem de problemas relacionados, sobretudo, com doenças crónicas e alcoolismo (respetivamente, 5,9% e 6,7% da população residente, Figura 65).

Figura 59: População residente com 65 ou mais anos, por subsecção, em 2011



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: Classes mais idosas – categorias a azul; classes menos idosas - categorias a vermelho.

**Figura 60: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Outrela e aspetos do edificado e espaço público**



**Localização da Comunidade Desfavorecida de Outrela**

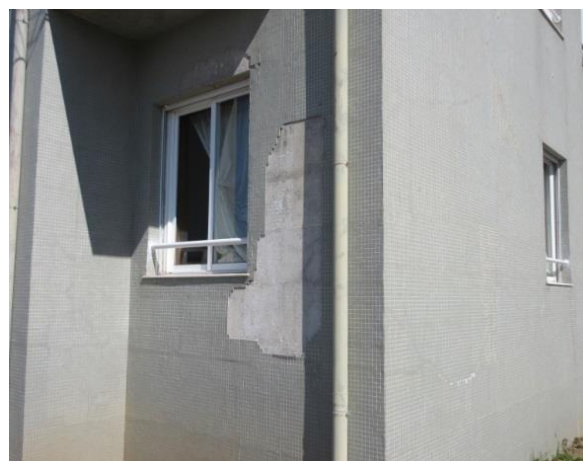
 Comunidade Desfavorecida de Outrela



Fonte: CM-Valongo; CEGOT.LUP



Figura 60: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Outrela e aspetos do edificado e espaço público (cont.)



**Figura 61: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional da Outrela**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>135</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	45
População Residente Adulta (25-64 anos)	72
População Residente Idosa (+ 65 anos)	18
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	7
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	0
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	120
População Residente Ensino Secundário	8
População Residente Ensino Superior	0
<b>N.º Famílias</b>	<b>50</b>
Monoparental	14
Nuclear c/ filhos	12
Nuclear s/ filhos	5
Extensa	2
Reconstituída	0
Alargada	6
Isolada	11
<b>N.º Fogos</b>	<b>52</b>
Equipamentos	2
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	18
População Residente Desempregada	37
População Residente Sem Atividade Económica	42
Sem Informação/Outros	38
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	18
Subsídio de desemprego	2
Pensão	42
RSI	6
Acção Social	4
RSI e Acção Social	10
Sem informação/Outros	53
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	2
Deficiência mental	1
Alcoolismo	9
Toxicodependência	3
Doença Mental	1
HIV	1
Desemprego	33
Outros	2

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.5. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Balseilhas

Situado na União das Freguesias de Campo e Sobrado, na área mais a norte daquela que foi, até à reorganização administrativa de 2013, a freguesia de Campo, o Conjunto Habitacional de Balseilhas – *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – é composto por dois blocos, ligados por um terceiro edifício onde se encontra instalado um CATL, que funciona sob a responsabilidade da Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde (ADICE) e que é frequentado por crianças e jovens residentes não apenas neste local, mas também nas áreas envolventes. Para além de uma sala de atendimento local, este é o único equipamento sediado neste bairro, que congrega um total de 52 fogos (17 T1, 13 T2, 8 T3, 11 T4 e 3 T5, Figura 42).

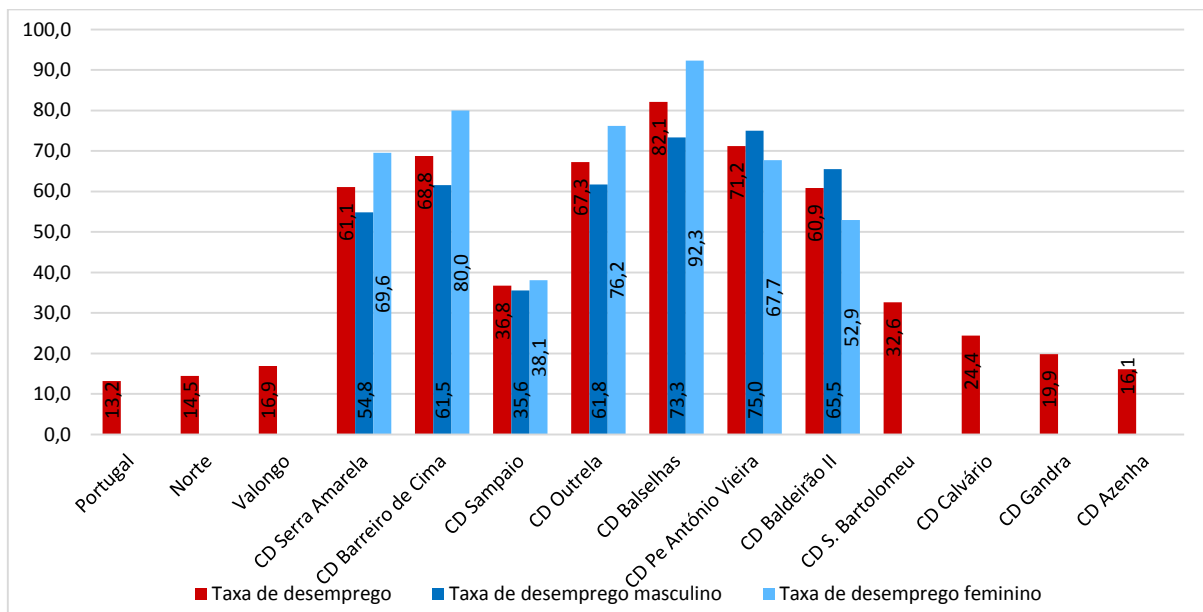
Construído em 1997, também ao abrigo do PER, o Conjunto Habitacional de Balseilhas é local de residência de cerca de centena e meia de valonguenses (146 indivíduos, em 2014), num total de 50 famílias (Figura 47 e Figura 53). Trata-se de uma população relativamente juvenil (em 2014, o índice de envelhecimento era de cerca de 32,4%, Figura 43, Figura 44 e Figura 59) e onde se registam vários casos de pessoas com problemas sobretudo relacionados com doenças crónicas, doenças mentais, alcoolismo e isolamento (respetivamente, 20,5%, 11,0%, 5,5% e 5,5% da população residente, Figura 65).

As baixas qualificações são evidentes: 87,5% dos indivíduos residentes com 15 ou mais anos (sobre os quais foi possível obter esta informação) têm escolaridade inferior a 9 anos (Figura 48), existindo ainda uma taxa de analfabetismo na ordem dos 14,5% (Figura 49).

O desemprego assume nesta Comunidade Desfavorecida uma especial incidência, na medida em que a taxa de desemprego de 82,1% é a mais alta taxa de desemprego registada entre as 11 Comunidades Desfavorecidas aqui consideradas. Também aqui a taxa de desemprego feminino é mais alta que a taxa de desemprego masculino (92,3% e 73,3%, respetivamente), estando a quase totalidade das mulheres em idade ativa sem emprego (Figura 62). A agravar a situação, apenas 4,3% dos indivíduos desempregados auferem subsídio de desemprego (Figura 54).

Os rendimentos das famílias são globalmente muito baixos e estão muito dependentes das pensões e de outras prestações sociais (73 casos identificados). Não surpreende, pois, que, neste quadro de fortes restrições em matéria de rendimentos, cerca de 30,0% dos agregados domésticos residentes neste conjunto habitacional pague apenas a renda mínima (Figura 68).

**Figura 62: Taxa de desemprego por localização geográfica e segundo o género, 2011**



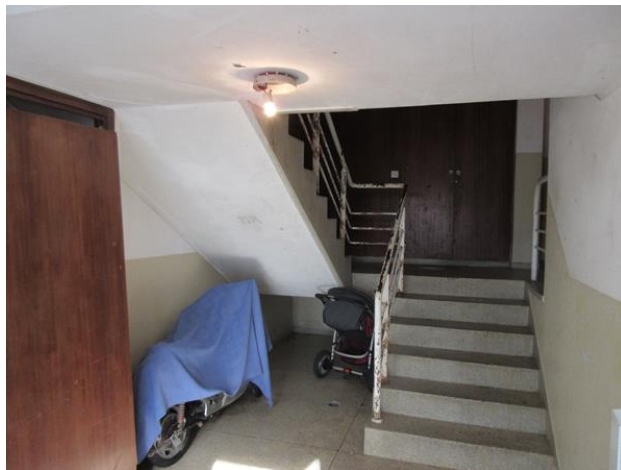
Nota: Os dados referentes às comunidades desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balseilhas, Padre António Vieira e Baldeirão II datam do ano 2014. Apenas foi possível determinar a taxa de desemprego segundo o género para estas comunidades desfavorecidas. Fonte: INE, Censos 2011; ETDEASD-CMV, 2014

**Figura 63: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Balseilhas e aspetos do edificado e espaço público**



Fonte: CM-Valongo; CEGOT.UP

**Figura 63: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Balsehas e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 64: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Balsehas**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>146</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	56
População Residente Adulta (25-64 anos)	79
População Residente Idosa (+ 65 anos)	11
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	19
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	4
População Residente Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclo)	108
População Residente Ensino Secundário	4
População Residente Ensino Superior	0
Sem Informação/Outros	10
<b>N.º Famílias</b>	<b>50</b>
Monoparental	11
Nuclear c/ filhos	11
Nuclear s/ filhos	4
Extensa	6
Alargada	2
Isolada	16
<b>N.º Fogos</b>	<b>52</b>
Equipamentos	2
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	15
População Residente Desempregada	69
População Residente Sem Atividade Económica	24
Sem Informação/Outros	38
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	15
Subsídio de desemprego	3
Pensão	27
RSI	27
Acção Social	3
RSI e Acção Social	12
Sem informação/Outros	59
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	6
Deficiência mental	3
Alcoolismo	8
Toxicodependência	1
Doença Mental	16
HIV	1
Desemprego	67
Doenças Crónicas	30
Isolamento	8

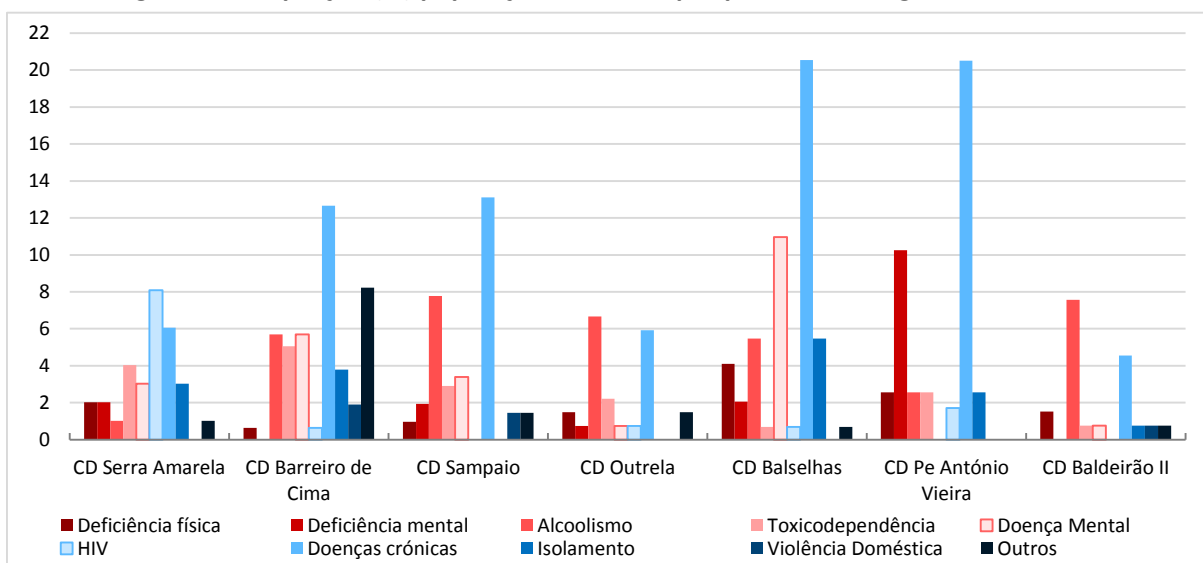
Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.6. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/ Quinta do Passal

Localizado na União das Freguesias de Campo e Sobrado, o Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/ Quinta do Passal foi edificado em 1997, no âmbito do PER. Esta Comunidade Desfavorecida – um *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – congrega 40 fogos (16 T2 e 24 T3, Figura 42) e ainda três equipamentos: uma sala de atendimento local, um polidesportivo e um espaço ocupado por um CATL.

Com uma população residente relativamente jovem (em 2014, o índice de envelhecimento era de 50,0%, Figura 44) composta por 117 indivíduos (47,9% do sexo feminino e 52,1% do sexo masculino), num total de 39 famílias clássicas (Figura 47 e Figura 53), esta Comunidade Desfavorecida revela também algumas das problemáticas das comunidades desfavorecidas referidas anteriormente. Verificam-se também aqui valores bastante altos de desemprego (em 2014, a taxa de desemprego atingia os 71,2%, sendo que os desempregados entre os 25 e 44 anos representavam 59,5% do total) e de desemprego sem proteção (83,3% do total de desempregados não se encontram cobertos pelo subsídio de desemprego, Figura 54). Os níveis de escolaridade distanciam bastante da média nacional e concelhia - 82,5% dos residentes com 15 ou mais anos com uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico e a taxa de analfabetismo ronda os 6,6% (Figura 48, Figura 49 e Figura 50). A acrescentar, de acordo com os dados recolhidos pela equipa técnica da CMV, esta Comunidade Desfavorecida está entre as comunidades em análise com maior número de pessoas com doenças crónicas e deficiência mental (respetivamente, 20,5% e 10,3% do total de residentes, Figura 65).

**Figura 65: Proporção (%) população residente por problemas diagnosticados, 2014**



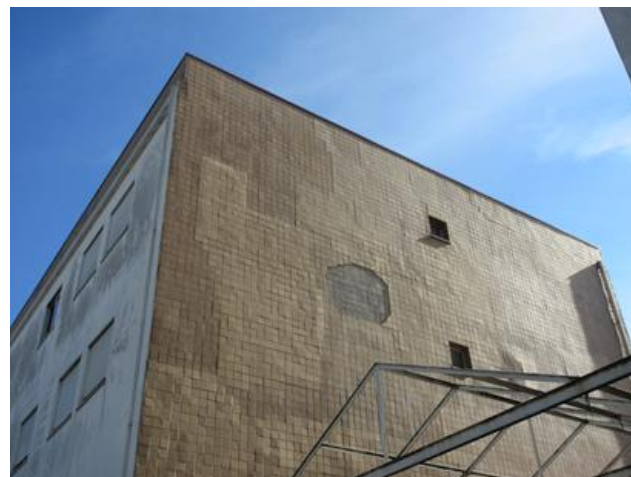
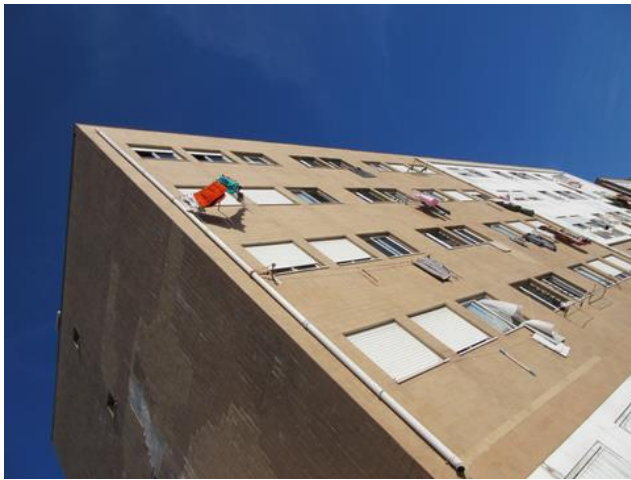
Nota: Não foi possível obter dados para as comunidades desfavorecidas de S. Bartolomeu, Calvário, Gandra e Azenha.

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

**Figuras 66: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/ Quinta do Passal e aspetos do edificado e espaço público**



Figura 66: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/ Quinta do Passal e aspetos do edificado e espaço público (cont.)



**Figura 67: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional do Padre António Vieira/ Quinta do Passal**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>117</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	38
População Residente Adulta (25-64 anos)	69
População Residente Idosa (+ 65 anos)	10
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	7
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	6
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	89
População Residente Ensino Secundário	5
População Residente Ensino Superior	2
População Residente N/ frequente	1
<b>N.º Famílias</b>	<b>39</b>
Monoparental	11
Nuclear c/ filhos	14
Nuclear s/ filhos	5
Extensa	1
Alargada	5
Isolada	3
<b>N.º Fogos</b>	<b>40</b>
Equipamentos	3
Idade do Bairro	18
<b>Situação face ao emprego</b>	
População Residente Empregada	17
População Residente Desempregada	42
População Residente Sem Atividade Económica	29
Sem Informação/Outros	29
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	19
Subsídio de desemprego	7
Pensão	30
RSI	7
Acção Social	3
RSI e Acção Social	3
Sem informação/Outros	48
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	3
Deficiência mental	12
Alcoolismo	3
Toxicod dependência	3
HIV	2
Desemprego	45
Doenças Crónicas	24
Isolamento	3

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.7. Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Baldeirão II

Situada igualmente na União das Freguesias de Campo e Sobrado, na área a ocidente da vila de Sobrado, a Comunidade Desfavorecida do Baldeirão II integra um conjunto habitacional de propriedade municipal construído ao abrigo do PER, em 1998. Este conjunto habitacional – *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – apresenta uma situação de relativa periferização geográfica no seio da freguesia de Campo/Sobrado, sendo ainda perpassado por algumas problemáticas sociais muito incidentes, que caracterizam também relevantes segmentos da zona envolvente, mas que têm no bairro em causa expressão especialmente agudizada.

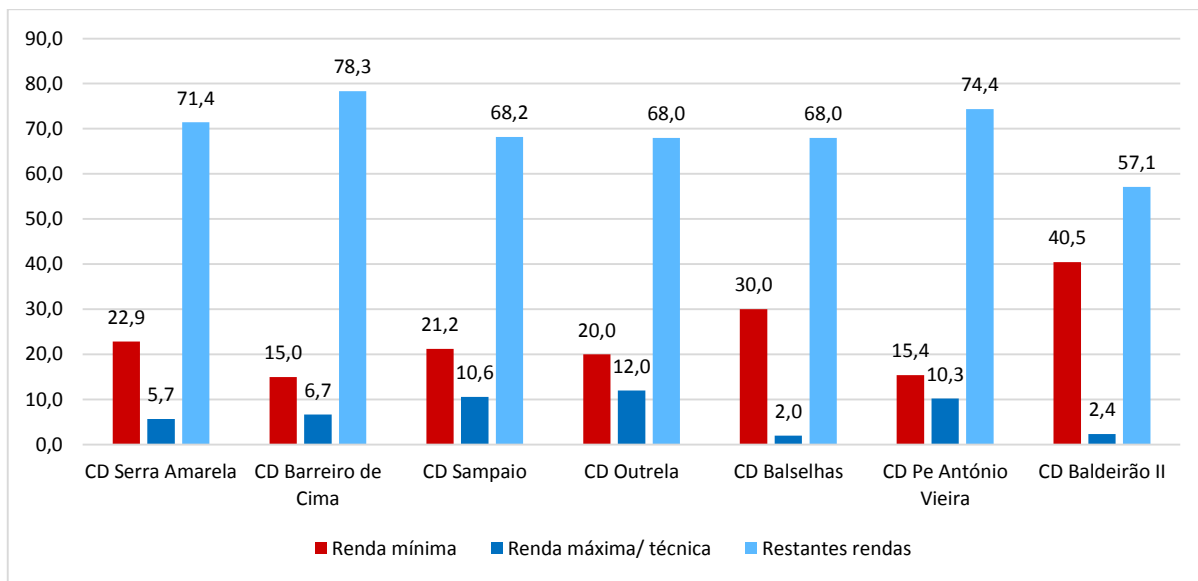
No total, esta Comunidade Desfavorecida é composta por 44 fogos, comportando 42 famílias e 132 pessoas (59,1% do sexo feminino e 40,9% do sexo masculino, Figura 47 e Figura 53). Os equipamentos disponíveis resumem-se a uma sala de atendimento local e polidesportivo. Verificam-se necessidades de intervenção de ordem física, em especial para readequação e requalificação de equipamentos e espaços públicos, a complementar com intervenções de cariz social.

O índice de envelhecimento de 47,1% traduz bem a juvenilidade desta população (Figura 43, Figura 44, Figura 55 e Figura 59), que exhibe também uma taxa de desemprego bastante alta (60,9%, Figura 76). Esta Comunidade Desfavorecida evidencia, aliás *à outrance*, os efeitos da debilidade do tecido produtivo da freguesia, que não tem conseguido suportar os impactos da crise dos setores de atividade económica tradicionais (mobiliário, madeiras, metalurgia, construção civil), gerando elevados índices de desemprego. A agravar a situação, 85,7% dos desempregados não auferem subsídio de desemprego (Figura 54).

As dificuldades de inserção socioprofissional da população local são, também aqui, certamente agravadas pela debilidade da respetiva qualificação académica: 74,8% da população residente com 15 ou mais anos tem uma instrução inferior ao 9.º ano de escolaridade (Figura 48, Figura 50). Apenas 21 famílias declaram ter rendimentos provenientes do trabalho, sendo globalmente baixos os rendimentos médios dos agregados domésticos. Em consequência, 40,5% das famílias pagam aqui renda mínima (Figura 68).

Por fim, também nesta Comunidade Desfavorecida se verifica a ocorrência de alguns casos de pessoas com problemas, sobretudo relacionados com o alcoolismo e as doenças crónicas (respetivamente, 7,6% e 4,5% da população residente, Figura 65).

**Figura 68: Proporção de alojamentos ocupados segundo o tipo de renda aplicada, por localização geográfica, 2014**



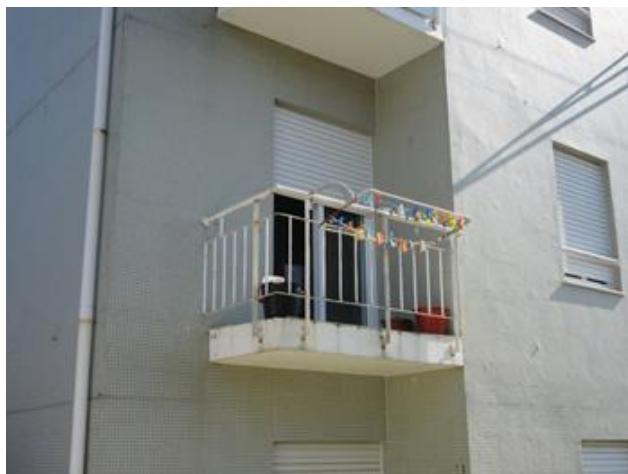
Nota: Não foi possível obter dados para as comunidades desfavorecidas de S. Bartolomeu, Calvário, Gandra e Azenha. De acordo com o documento elaborado pela ETDEASD-CMV (2014), as rendas mínimas são atribuídas aos agregados familiares com ausência ou praticamente sem rendimentos. Neste Município, as rendas mínimas oscilam entre os 6,95€ para um T1 e 8€ para um T5. A renda técnica/máxima é atribuída aos núcleos familiares que apresentem rendimentos *per capita* superiores ao salário mínimo nacional e situa-se entre os 110,01€ para um T1 e os 238,99€ para um T5. Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

**Figura 69: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Baldeirão II e aspetos do edificado e espaço público**



Fonte: CM-Valongo, CEGOT-UP

**Figura 69: Localização da Comunidade Desfavorecida do Conjunto Habitacional de Baldeirão II e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 70: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Conj.Habitacional de Baldeirão II**

<b>População Residente (N.º)</b>	<b>132</b>
População Residente Jovem (0-24 anos)	54
População Residente Adulta (25-64 anos)	70
População Residente Idosa (+ 65 anos)	8
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever	9
População Residente Pré-Primária (antes de Ensino Básico)	1
População Residente Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	114
População Residente Ensino Secundário	5
População Residente Ensino Superior	0
<b>N.º Famílias</b>	<b>42</b>
Monoparental	11
Nuclear c/ filhos	16
Nuclear s/ filhos	5
Extensa	1
Alargada	5
Isolada	4
<b>N.º Fogos</b>	<b>44</b>
Equipamentos	2
Idade do Bairro	17
<b>Situação face ao emprego (N.º)</b>	
População Residente Empregada	18
População Residente Desempregada	28
População Residente Sem Atividade Económica	29
Sem Informação/Outros	57
<b>Fontes de rendimento (N.º)</b>	
Trabalho	21
Subsídio de desemprego	
Bolsa de Formação	1
Pensão	15
RSI	4
RSI e Acção Social	13
Sem informação/Outros	78
<b>População Residente em risco ou com problemas sociais (N.º)</b>	
Deficiência física	2
Alcoolismo	10
Toxicodependência	1
Doença Mental	1
HIV	0
Desemprego	34
Doenças Crónicas	6
Isolamento	1
Violência Doméstica	1
Outros	1

Fonte: ETDEASD-CMV, 2014

### 1.2.8. Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu

Localizada numa área relativamente periférica face ao centro cívico de Alfena, a Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu – *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU – congrega 148 alojamentos familiares clássicos (entre os quais 8,1% se encontram vagos, Figura 42), distribuídos por 96 edifícios (todos eles de cariz residencial). 8,3% dos edifícios, à data dos Censos de 2011, patenteavam algum grau de degradação (Figura 71) e 6,2% dos seus alojamentos familiares não possuíam instalações de banho (+4,1 p.p. que a média nacional e +4,6 p.p. que o concelho de Valongo, Figura 72).

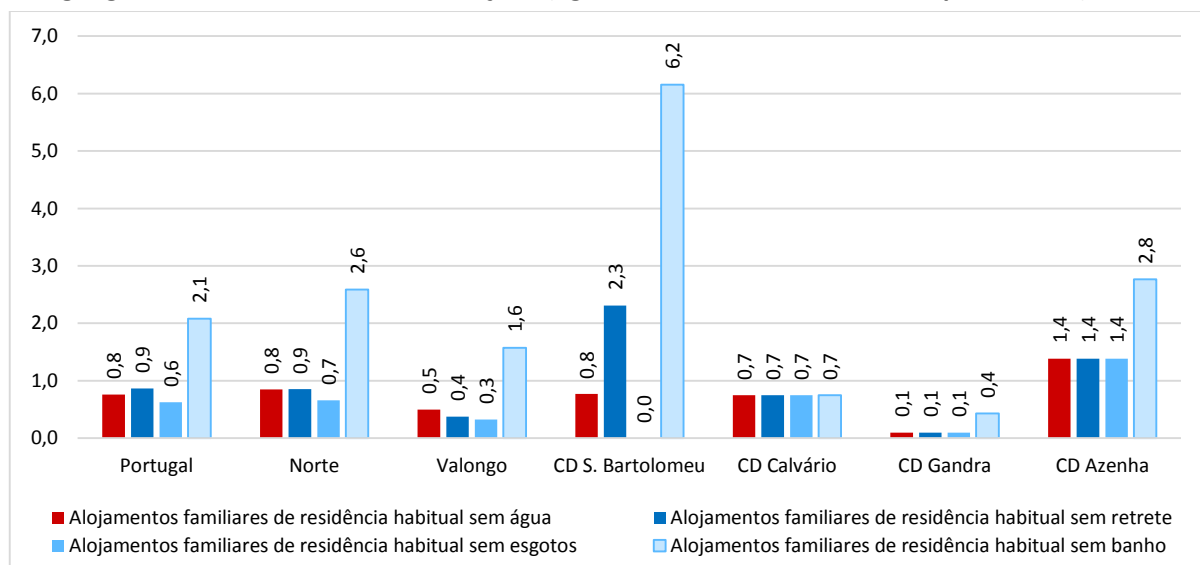
**Figura 71: Edifícios por localização geográfica (total, por tipo de utilização e degradados), 2011**

	Edifícios clássicos (N.º)	Edif. principalmente ou exclusivamente residenciais	Edif. principalmente não residenciais	Edifícios degradados (N.º)	Edifícios degradados (%)
Portugal	3 544 389	99,3%	0,7%	Sem dados	
Norte	1 209 911	99,3%	0,7%	Sem dados	
Valongo	18 475	99,4%	0,6%	5 325	28,8%
CD S. Bartolomeu	96	100,0%	0,0%	8	8,3%
CD Calvário	19	100,0%	0,0%	Sem dados	
CD Gandra	644	100,0%	0,0%	154	23,9%
CD Azenha	100	100,0%	0,0%	63	63,0%

Nota: Não foi possível obter dados para as CD: S. Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Pdr Ant.Vieira e Baldeirão II.

Fonte: INE, Censos 2011

**Figura 72: Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual por localização geográfica e inexistência de instalações (água, retrete, banho/duche e aquecimento), 2011**



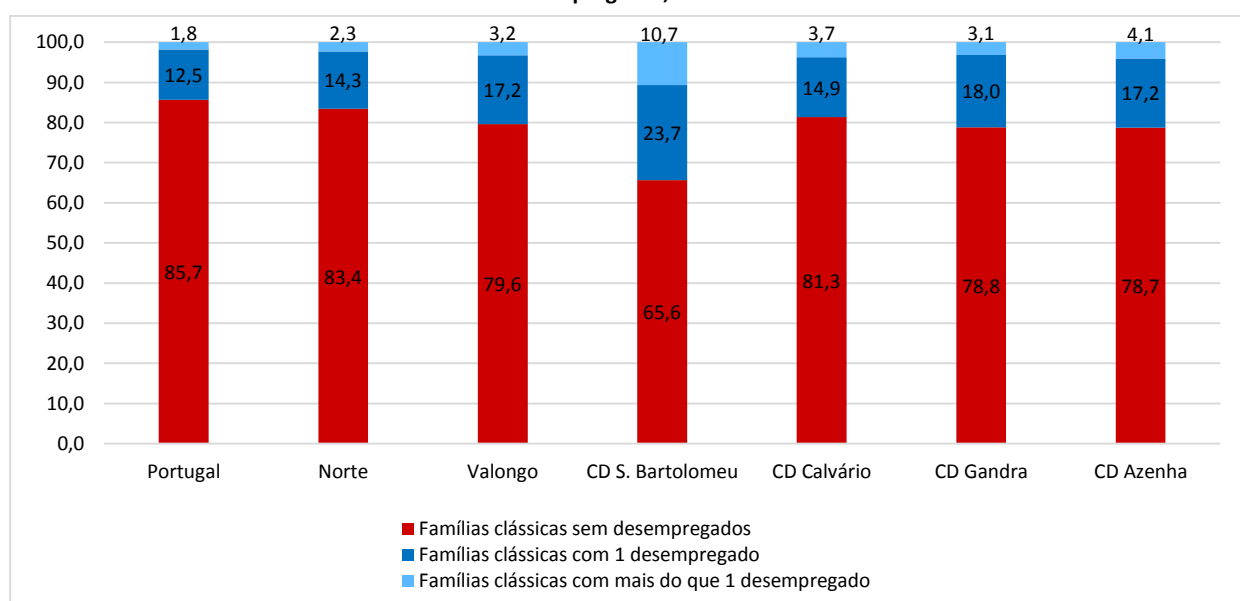
Nota: Não foi possível obter dados para as CD: S. Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Pdr Ant.Vieira e Baldeirão II.

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, residiam, nesta Comunidade Desfavorecida, 399 indivíduos (52,1% do sexo feminino e 47,9% do sexo masculino, Figura 47), num total de 131 famílias clássicas (38,9% compostas por 1 ou 2 pessoas e 48,9% por 3 ou 4 pessoas, Figura 53 e Figura 58). À semelhança da maioria das comunidades desfavorecidas aqui em análise, a Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu possui uma população relativamente jovem, sendo que apenas 8,3% dos seus indivíduos residentes detêm idades iguais ou superiores a 65 anos (Figura 43), o que contribui para o baixo índice de envelhecimento exibido (51,6%, Figura 44).

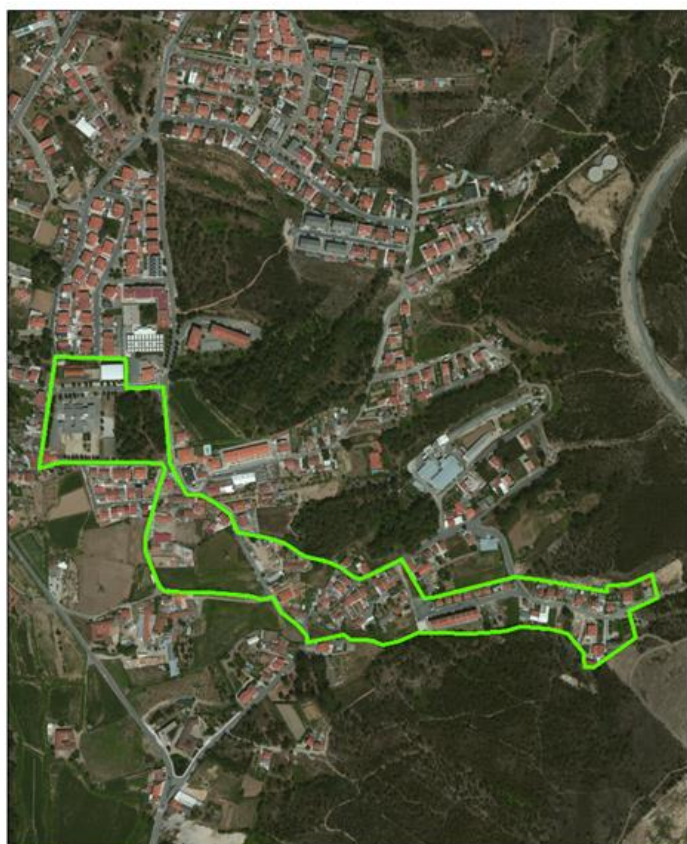
No entanto, também aqui se verificam necessidades de promoção da integração urbana e social. Prevalcem as baixas qualificações, assim como as situações de desemprego. Em 2011, apenas 26,0% da sua população residente com 15 ou mais anos possuía, pelo menos, o 3.º ciclo do ensino básico completo, mantendo-se também aqui uma taxa de analfabetismo (5,8%) que ultrapassa os valores registados a nível concelhio e nacional (Figura 48 a Figura 50). Em matéria de desemprego, em 2011, a taxa de desemprego rondava os 32,6% (+19,4 p.p. que a média nacional e +15,7 p.p. que o concelho de Valongo, Figura 76), sendo que 34,4% das famílias possuíam pelo menos um elemento desempregado (valor que afasta substancialmente da média nacional e concelhia, Figura 73). 85,2% dos desempregados encontravam-se à procura de novo emprego e 14,8% à procura do primeiro emprego (Figura 79).

**Figura 73: Famílias clássicas segundo o número de pessoas com atividade económica e o número de pessoas desempregadas, 2011**



Nota: Dado o seu elevado grau de circunscrição territorial, não foi possível obter dados para as Comunidades Desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Padre António Vieira e Baldeirão II.  
Fonte: INE, Censos 2011

**Figura 74: Localização da Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu e aspetos do edificado e espaço público**



**Localização da Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu**

 Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu



Fonte: CM-Valongo; CEGOTUP



**Figura 74: Localização da Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 75: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida de S. Bartolomeu**

<b>População</b>	
População Residente 2011	<b>399</b>
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	136
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	230
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	33
N.º Famílias Clássicas 2011	131
População Residente 65 anos 2011 *	19
<i>* Valor estimado a partir da % idosos sós por subsecção do INE e peso na cd no total pop. idosa</i>	
<b>Escolaridade</b>	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	21
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	273
População Residente Ensino Secundário 2011	30
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	1
População Residente Ensino Superior 2011	3
População Residente Sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	71
<i>(*) pop.resid. s/nível escolarid. completo = pop.residente-(não sabe ler/escrever+ensino básico+secundário+pós-secund.+superior)</i>	
<b>Desemprego/ Emprego</b>	
População Residente Ativa 2011	<b>187</b>
População Residente Reformada /Pensionista 2011	57
População Residente Desempregada 2011	61
População Residente Desempregada Procura 1º Emprego 2011	9
População Residente Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	52
Taxa Desemprego	33%
População Residente Empregada 2011	126
População Residente Empregada no Setor Primário 2011	1
População Residente Empregada no Setor Secundário 2011	50
População Residente Empregada no Setor Terciário 2011	75
<b>Edificado</b>	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	<b>96</b>
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	66
Nº Edifícios Degradados 2011 *	8
Nº Total Alojamentos 2011	148
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	12
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	33
<i>(*) Cálculo estimado a partir da % de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

Fonte: INE, Censos 2011

### 1.2.9. Comunidade Desfavorecida do Calvário

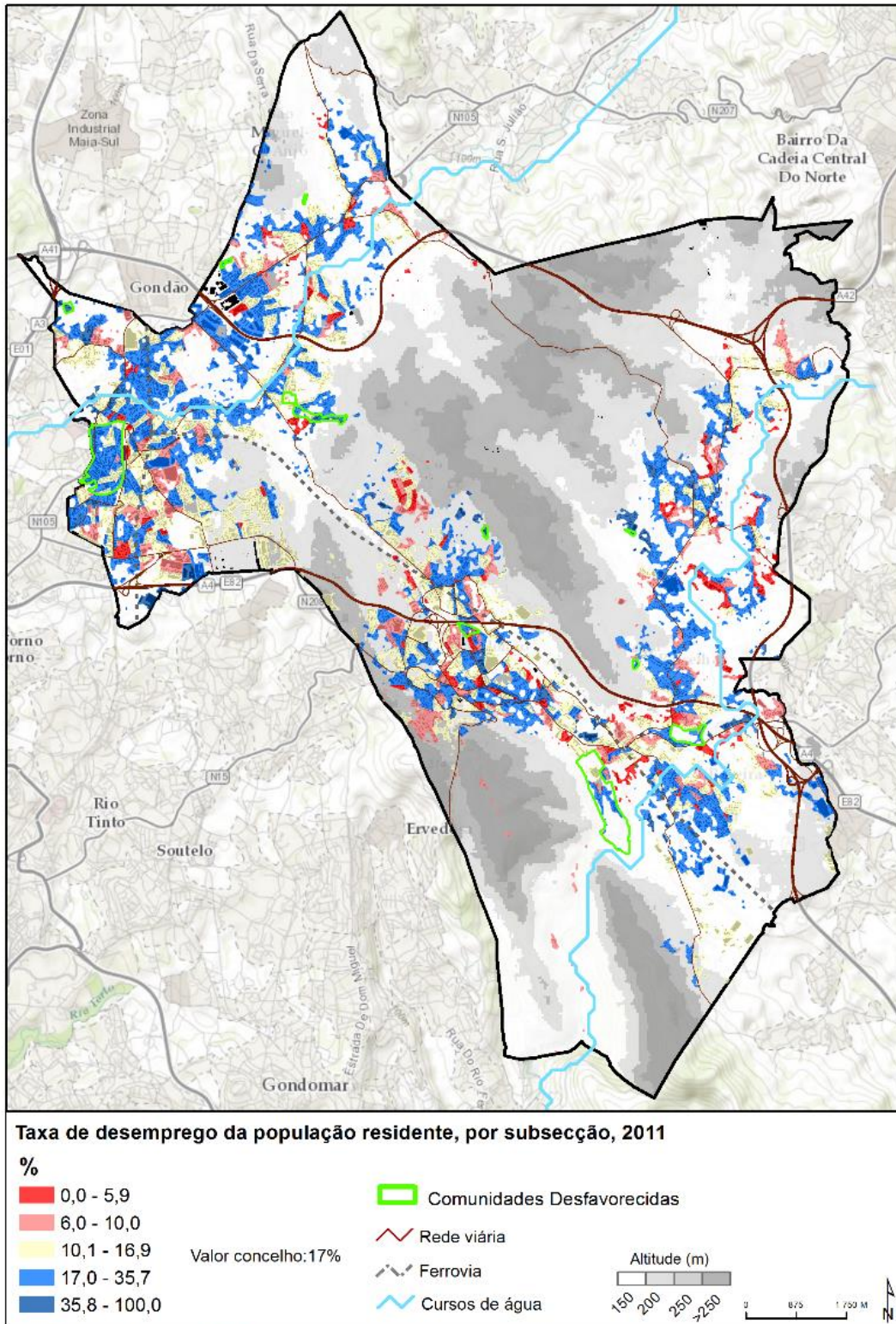
Situada na Freguesia de Valongo, a Comunidade Desfavorecida do Calvário corresponde a um *bairro social*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU. Nesta Comunidade Desfavorecida localiza-se o bairro social do Calvário que, em 2004, é transferido do IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) para a Empresa Municipal de Habitação Vallis Habita. Trata-se de uma área dotada de boas acessibilidades e de uma proximidade a vários equipamentos e infraestruturas (Figura 41) que, no entanto, apresenta problemáticas de ordem demográfica, social, escolar e económica relevantes.

Em 2011, esta Comunidade Desfavorecida possuía 19 edifícios clássicos, num total de 141 alojamentos, dos quais apenas 2,1% se encontram desocupados (Figura 42 e Figura 71). Residiam aqui, à data de 2011, 366 indivíduos (53,3% do sexo feminino e 46,7% do sexo masculino, Figura 47), distribuídos por 134 famílias clássicas (50,0% compostas por 1 ou 2 pessoas, 38,1% por 3 ou 4 pessoas, e 11,9% por 5 ou mais pessoas, Figura 53 e Figura 58). Embora continue a ser uma Comunidade relativamente jovem, o seu índice de envelhecimento é o terceiro mais alto das comunidades desfavorecidas aqui em análise (88,9%) e aproxima o número de jovens ao número de idosos, pelo que deve ser lido com especial cuidado (Figura 43 e Figura 44).

Em termos socioeconómicos, a taxa de desemprego na casa dos 24,4% coloca esta Comunidade Desfavorecida entre as áreas consideradas nesta análise com as mais baixas taxas de desemprego, o que, apesar de tudo, não deverá ser tido como algo menos preocupante, na medida em que mesmo assim a taxa de desemprego registada ultrapassa bastante a média nacional e concelhia (13,2% e 16,9%, respetivamente, Figura 76) e fazia-se sentir em cerca de 18,6% das famílias (Figura 73). 9,7% dos desempregados encontravam-se à procura do primeiro emprego, enquanto 90,3% à procura de novo emprego (Figura 79).

Os baixos níveis de escolaridade verificados ajudarão a perceber e a agravar os valores relativos ao desemprego. Refira-se que em 2011, 73,2% da população residente com 15 ou mais anos detinha uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (Figura 48).

Figura 76: Taxa de desemprego, por subsecção, em 2011



Nota: Classes mais desfavoráveis (taxa de desemprego superiores) – categorias a azul; classes mais favoráveis (taxa de desemprego inferiores) – categorias a vermelho.

Figura 77: Localização da Comunidade Desfavorecida do Calvário e aspetos do edificado e espaço público



Figura 77: Localização da Comunidade Desfavorecida do Calvário e aspetos do edificado e espaço público (cont.)



**Figura 78: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida do Calvário**

<b>População</b>	
População Residente 2011	<b>366</b>
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	82
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	244
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	40
Nº Famílias Clássicas 2011	134
População Residente 65 anos 2011 *	4
<i>* Valor estimado a partir da % Idosos Sós por subsecção do INE e Peso na CD no total Pop. Idosa</i>	
<b>Escolaridade</b>	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	10
População Residente Ensino 1.º, 2.º e 3.º Ciclo 2011	272
População Residente Ensino Secundário 2011	31
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	3
População Residente Ensino Superior 2011	9
População Residente Sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	41
<i>(*) Pop.Resid. s/nível Escolarid. Completo = Pop.Residente-(Não sabe ler/escrever+ensino básico+secundário+pós-secund.+superior)</i>	
<b>Desemprego/ Emprego</b>	
População Residente Ativa 2011	<b>127</b>
População Residente Reformada /Pensionista 2011	88
População Residente Desempregada 2011	31
População Residente Desempregada Procura 1.º Emprego 2011	3
População Residente Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	28
Taxa Desemprego	24%
População Residente Empregada 2011	96
População Residente Empregada no Setor Primário 2011	1
População Residente Empregada no Setor Secundário 2011	32
População Residente Empregada no Setor Terciário 2011	63
<b>Edificado</b>	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	<b>19</b>
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	8
Nº Edifícios Degradados 2011 *	n.d.
Nº Total Alojamentos 2011	141
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	1
Nº Alojamentos Vagos 2011	3
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	29
<i>(*) Cálculo estimado a partir da % de Edifícios com necessidades de reparação (Pequenas, Médias, Grandes e Muito degradados) do INE</i>	

Fonte: INE, Censos 2011

### 1.2.10. Comunidade Desfavorecida de Gandra

Gandra é um dos mais densos lugares da freguesia de Ermesinde, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista populacional. Situada a poente da linha de caminho-de-ferro que atravessa Ermesinde – e separada por esta do centro da cidade –, Gandra corresponde a uma *área urbana consolidada*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU, na qual se registam algumas relevantes necessidades de intervenção no plano físico, bem como no plano da inclusão social da população residente.

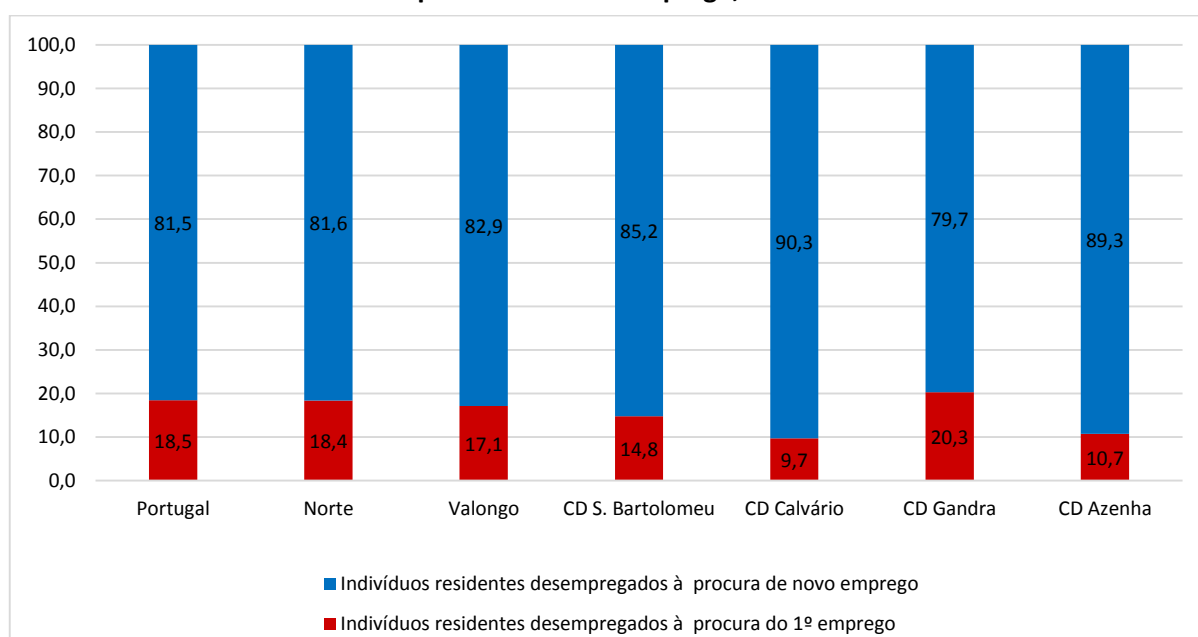
Assim, a Comunidade Desfavorecida de Gandra trata-se de uma comunidade que engloba um total de 644 edifícios clássicos, todos eles de natureza residencial (Figura 71). Existem na área 2462 alojamentos, 99,9% de cariz familiar clássico e em que 8,4% se encontram desocupados (Figura 42). De acordo com os Censos 2011, 0,4% dos alojamentos familiares de residência habitual não possuíam instalações de banho (Figura 72). Na verdade, apesar do significativo grau de consolidação do respetivo tecido urbano e das boas acessibilidades de que dispõe, Gandra apresenta alguns focos de edificado degradado e envelhecido (em 2011, 23,9% dos seus edifícios exibiam algum nível de degradação, Figura 71) e presença de construções ilegais (designadamente anexos). Alguns dos espaços públicos necessitam igualmente de intervenção visando a respetiva requalificação.

Do ponto de vista sociodemográfico, em 2011, residiam, nesta Comunidade Desfavorecida, 5421 indivíduos, 53,5% do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino (Figura 47), distribuídos por 2107 famílias clássicas, das quais 51,5% eram compostas por 1 ou 2 pessoas (+6,9 p.p. que o concelho de Valongo, Figura 53 e Figura 58). Há a sublinhar o processo de envelhecimento da população residente, que impõe necessidades de intervenção em matéria de combate ao isolamento social e de promoção de respostas orientadas para a promoção do envelhecimento ativo. Com um índice de envelhecimento de cerca de 123,8%, a Comunidade Desfavorecida de Gandra afasta-se dos valores exibidos pelo concelho (80,4%) e aproxima-se da média nacional (127,8%), revelando um cada vez mais difícil rejuvenescimento da sua população (Figura 44). Num tal quadro, o alargamento da cobertura de equipamentos e serviços dedicados a este segmento da população residente afigura-se pertinente.

No plano económico-social, a área concentra indicadores relativamente insatisfatórios em matéria de emprego, níveis de instrução e rendimentos. O desemprego atinge aqui valores mais elevados do que os registados no concelho e no país: em 2011, a taxa de desemprego nesta área atingia os 19,9% (+6,7 p.p. que Portugal e +3,0 p.p. que o município de Valongo) e fazia-se sentir em cerca de 21,1% das

famílias clássicas (Figura 73 e Figura 76). Se ao invés de considerarmos os valores relativos, tivermos em linha de conta os valores absolutos, percebemos que esta Comunidade Desfavorecida possui o maior número de desempregados entre as comunidades desfavorecidas aqui em análise (518 indivíduos desempregados). 20,3% dos desempregados encontravam-se à procura do primeiro emprego (+3,2 p.p. que Valongo e +1,8 p.p. que Portugal), o que traduzirá o elevado número de jovens que ainda nem sequer conseguiram entrar no mercado de trabalho uma única vez (Figura 79). Os níveis de qualificação académica, embora ligeiramente mais favoráveis que as médias registadas a nível nacional e do concelho, devem igualmente merecer uma especial atenção: em 2011, 48,7% da população residente com 15 ou mais anos possuía uma escolaridade inferior ao 9.º ano do ensino básico (Figura 48).

**Figura 79: Proporção de indivíduos residentes desempregados à procura do 1.º emprego e à procura de novo emprego, 2011**



Nota: Dado o seu elevado grau de circunscrição territorial, não foi possível obter dados para as Comunidades Desfavorecidas da Serra Amarela, Barreiro de Cima, Sampaio, Outrela, Balsehas, Padre António Vieira e Baldeirão II.

Fonte: INE, Censos 2011

**Figura 80: Localização da Comunidade Desfavorecida de Gandra e aspetos do edificado e espaço público**



Figura 80: Localização da Comunidade Desfavorecida de Gandra e aspetos do edificado e espaço público (cont.)



**Figura 81: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida de Gandra**

<b>População</b>	
População Residente 2011	<b>5 421</b>
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	1 353
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	3 112
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	956
N.º Famílias Clássicas 2011	2 107
População Residente 65 anos 2011 *	187
População Residente Imigrante (Brasil, Angola, Cabo Verde, S.Tomé, Guiné Bissau, Timor, Macau) 2011	43
<i>* Valor estimado a partir da % idosos sós por subsecção do INE e peso na cd no total pop. idosa</i>	
<b>Escolaridade</b>	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	113
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	3 292
População Residente Ensino Secundário 2011	797
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	37
População Residente Ensino Superior 2011	527
População Residente Sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	655
<i>(*) pop.resid. s/nível escolarid. completo = pop.residente- (não sabe ler/escrever+ensino básico+secundário+pós-secund.+superior)</i>	
<b>Desemprego/ Emprego</b>	
População Residente Ativa 2011	<b>2 608</b>
População Residente Reformada /Pensionista 2011	1 221
População Residente Desempregada 2011	518
População Residente Desempregada Procura 1º Emprego 2011	105
População Residente Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	413
Taxa Desemprego	20%
População Residente Empregada 2011	2 090
População Residente Empregada no Setor Primário 2011	4
População Residente Empregada no Setor Secundário 2011	446
População Residente Empregada no Setor Terciário 2011	1 640
<b>Edificado</b>	
N.º Total Edifícios Clássicos 2011	<b>644</b>
N.º Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	447
N.º Edifícios Degradados 2011 *	154
N.º Total Alojamentos 2011	2 462
N.º Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
N.º Alojamentos Vagos 2011	206
N.º Alojamentos Sobrelotados 2011	289
<i>(*) Cálculo estimado a partir da % de Edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

Fonte: INE, Censos 2011

### 1.2.11. Comunidade Desfavorecida da Azenha

Situada na União das Freguesias de Campo e Sobrado, numa área a sul da EN 15, confluyente com a freguesia de Valongo, a zona da Azenha corresponde a um *núcleo de construção precária*, na tipologia das áreas a delimitar no quadro dos PAICD dos PEDU. Trata-se de uma área que se apresenta bastante desqualificada do ponto de vista urbano. De acordo com os Censos 2011, existem nesta Comunidade Desfavorecida 100 edifícios clássicos, todos de natureza residencial, e em que 63,0% exibem algum grau de degradação (Figura 71). Dos 239 alojamentos existentes, 2,1% encontram-se vagos (Figura 42). Esta Comunidade Desfavorecida é constituída, portanto, por um aglomerado habitacional precário, composto ainda por grande número de construções abarracadas e por diversos edifícios clandestinos, ao mesmo tempo que evidencia os efeitos do crescimento desordenado e da desorganização dos espaços públicos. Do ponto de vista da relação com o território envolvente, as acessibilidades são fracas e o local apresenta-se relativamente segregado, situação que é acentuada pela insuficiente presença de atividades económicas.

Em 2011, residiam aqui 221 famílias clássicas (40,7% compostas por 1 ou 2 pessoas, 51,1% por 3 ou 4 pessoas, e 8,1% por 5 ou mais pessoas), num total de 636 indivíduos (50,2% do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino, Figura 47, Figura 53). É uma comunidade jovem: a taxa de envelhecimento atinge nesta área 47,0% e a camada mais jovem da população (0-24 anos) representa um pouco mais de um quarto da população residente (Figura 43 e Figura 44). Porém, como já dissemos, é uma comunidade que enfrenta sérios problemas em termos económicos, sendo a alta taxa de desemprego um reflexo dessa realidade: em 2011, a taxa de desemprego era de 16,1% (+2,9 p.p. que Portugal), e fazia-se sentir no seio de cerca de 21,3% das famílias (Figura 73 e Figura 76). 10,7% dos desempregados encontravam-se à procura do primeiro emprego, enquanto 89,3% à procura de novo emprego (Figura 79). Para tal situação, por certo contribuirão as baixas qualificações da generalidade da população residente nesta Comunidade Desfavorecida: em 2011, 49,1% da população residente com 15 ou mais anos detinha uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (Figura 48, Figura 50 e **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Esta área constitui, todavia, uma das potenciais “portas de entrada” no Parque das Serras do Porto, pelo que poderá ser objeto de uma intervenção integrada capaz de confrontar simultaneamente os problemas urbanísticos verificados e as dificuldades de integração social manifestadas pelos segmentos económica, cultural e socialmente mais descapitalizados das famílias locais.

**Figura 82: Localização da Comunidade Desfavorecida da Azenha e aspetos do edificado e espaço público**



**Figura 82: Localização da Comunidade Desfavorecida da Azenha e aspetos do edificado e espaço público (cont.)**



**Figura 83: Síntese estatística da Comunidade Desfavorecida da Azenha**

<b>População</b>	
População Residente 2011	<b>636</b>
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	178
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	403
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	55
Nº Famílias Clássicas 2011	221
População Residente Idosa 65 anos 2011 *	10
<i>* Valor estimado a partir da % Idosos Sós por subsecção do INE e Peso na CD no total Pop. Idosa</i>	
<b>Escolaridade</b>	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	26
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	329
População Residente Ensino Secundário 2011	83
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	6
População Residente Ensino Superior 2011	94
População Residente Sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	98
<i>(*) pop.resid. s/nível escolarid. completo = pop.residente-(não sabe ler/escrever+ensino básico+secundário+pós-secund.+superior)</i>	
<b>Desemprego/ Emprego</b>	
População Residente Ativa 2011	<b>348</b>
População Residente Reformada /Pensionista 2011	85
População Residente Desempregada 2011	56
População Residente Desempregada Procura 1º Emprego 2011	6
População Residente Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	50
Taxa Desemprego	16%
População Residente Empregada 2011	292
População Residente Empregada no Setor Primário 2011	1
População Residente Empregada no Setor Secundário 2011	86
População Residente Empregada no Setor Terciário 2011	205
<b>Edificado</b>	
N.º Total Edifícios Clássicos 2011	<b>100</b>
N.º Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	38
N.º Edifícios Degradados 2011 *	63
N.º Total Alojamentos 2011	239
N.º Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
N.º Alojamentos Vagos 2011	5
N.º Alojamentos Sobrelotados 2011	41
<i>(*) Cálculo estimado a partir da % de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

Fonte: INE, Censos 2011

### 1.2.12. CD PER Palmilheira, CD PER Montes da Costa, CD PER Mirante dos Sonhos, CD PER Galinheiro e CD PER 1º de Maio

A **CD PER Palmilheira** situa-se na freguesia de Ermesinde e resulta da erradicação de barracas decorrente do PER em 1997. Tem 68 fogos, uma sala de atendimento local, um polidesportivo e um parque infantil. A população é marcadamente jovem com baixa taxa de atividade económica e forte dependência da assistência e proteção social. É ainda portadora de baixas qualificações escolares e profissionais e assume uma desqualificação social e simbólica muito corrente entre os habitantes de bairros estigmatizados e constituídos guetos.

**Figura 84: Localização da Com. Desfav. do PER Palmilheira e aspetos do edificado e espaço público**



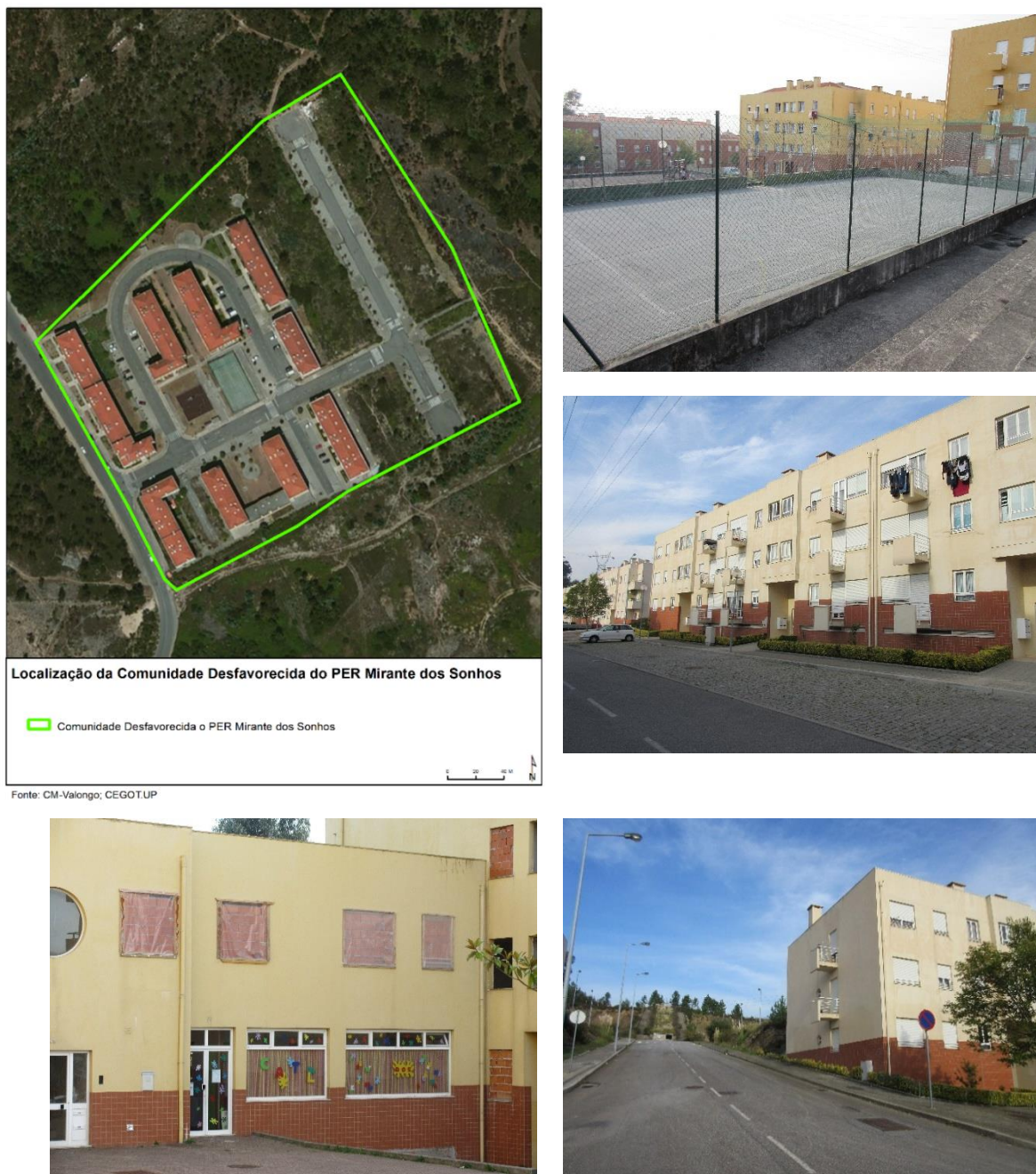
A **CD PER Montes da Costa** situa-se na freguesia de Ermesinde e resulta da erradicação de barracas decorrente do PER em 1997. Tem 40 fogos e apresenta uma população com baixos níveis de escolaridade e níveis de desemprego muito elevados. Não possui equipamentos de apoio, à exceção de um parque Infantil.

**Figura 85: Localização da Comunidade Desfavorecida do PER Montes da Costa e aspetos do edificado e espaço público**



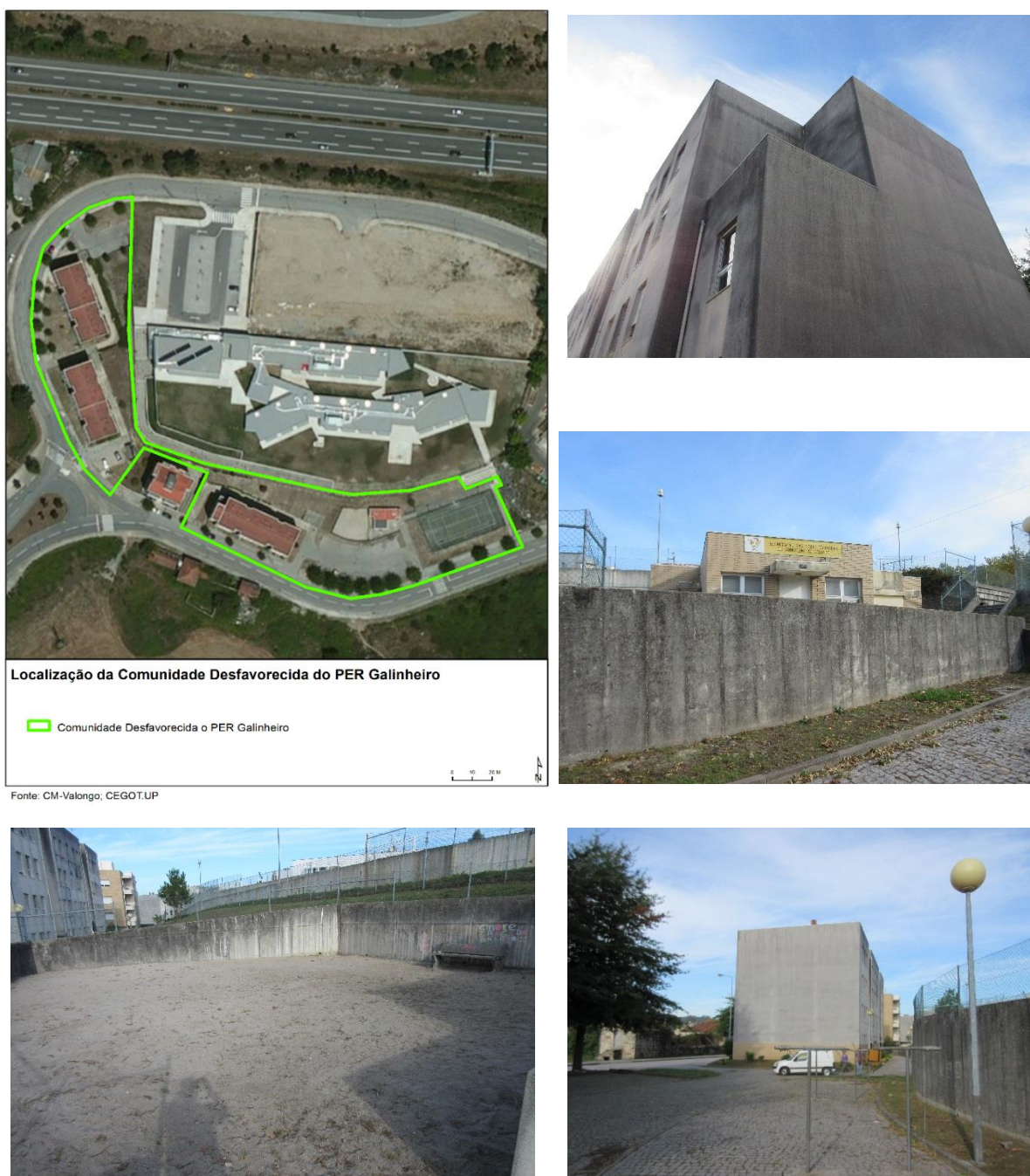
A CD PER Mirante dos Sonhos situa-se na freguesia de Ermesinde e resulta da erradicação de barracas decorrente do PER em 2002. Tem 81 fogos e possui alguns equipamentos de apoio à vida comunitária: sala de atendimento local, polidesportivo, parque infantil e ATL. Apresente uma população bastante carenciada do ponto de vista escolar e profissional.

**Figura 86: Localização da Comunidade Desfavorecida do PER Mirante dos Sonhos e aspetos do edificado e espaço público**



A **CD PER Galinheiro** situa-se na freguesia de Valongo e resulta da erradicação de barracas decorrente do PER em 1997. Tem 44 fogos e 133 residentes. Foi-se assumindo como um espaço segregado do ponto de vista habitacional, urbanístico, económico e social. Portador de população jovem, apresenta muito baixo capital escolar e profissional e todo um cumulativo de problemáticas sociais de risco e vulnerabilidade à pobreza.

**Figura 87: Localização da Comunidade Desfavorecida do PER Galinheiro e aspetos do edificado e espaço público**



A **CD PER 1º de Maio (habitação social)** situa-se na freguesia de Campo e resulta da erradicação de barracas decorrente do PER em 1997. Tem 24 fogos e apresenta uma população com baixos níveis de capital escolar, designadamente situados no 4º ano de escolaridade e com qualificações baixas. Não possui equipamentos de apoio.



## 2. Identificação das necessidades encontradas e definição da estratégia de intervenção

Tendo em conta os elementos de diagnóstico da situação social do concelho de Valongo recolhidos e analisados, e considerando a identificação, delimitação e caracterização das áreas de ação integrada a incluir no PAICD do PEDU propostas no ponto anterior, perfilam-se no horizonte deste Plano **quatro eixos de intervenção estratégica**. Tais eixos apresentam-se alinhados quer com os objetivos fundamentais do *Portugal 2020*, quer com os correspondentes objetivos do Programa Operacional Regional. A sua definição está também em sintonia com a visão e a priorização de investimentos feita pelo Município no quadro da elaboração do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto e tem em consideração quer as indicações contidas no *Plano de Desenvolvimento Social* concelhio, quer as orientações estratégicas definidas pelo Município para a ação a desenvolver neste domínio no horizonte temporal de 2015 a 2020.

Assim, um primeiro eixo de intervenção estratégica do PAICD do PEDU de Valongo terá como objetivos a **qualificação da população residente e a promoção da empregabilidade e do emprego**. Com incidência em todas as comunidades desfavorecidas, mas especialmente direcionado para aquelas em que as baixas qualificações académicas e o desemprego são mais incidentes – como são os casos das comunidades desfavorecidas correspondentes a bairros sociais –, este eixo de intervenção articular-se-á intimamente com as ações de dinamização económica incluídas no PEDU e com as iniciativas e projetos previstos pelo Município em matéria de educação para o empreendedorismo e de alargamento das oportunidades de qualificação da população residente (projeto “Escola para *Tod@s*”, designadamente).

A aposta em áreas estratégicas para a dinamização do tecido económico concelhio, como sejam as que se relacionam com a valorização do património ambiental e dos bens e produtos com tradição local (o brinquedo, por um lado, a regueifa e o biscoito, por outro, os produtos agrícolas provenientes da agricultura biológica e de subsistência, por outro lado ainda), deve ser complementada com iniciativas capazes de promover a capacitação e a empregabilidade dos segmentos menos qualificados da população residente, através do recurso a iniciativas inovadoras de empreendedorismo social (em articulação com a criação dos “Mercados Locais de Produtores” e com o projeto “+ Pessoas”, designadamente).

Um segundo eixo de intervenção estratégica estará direcionado para a **regeneração física do edificado e do espaço público dos bairros de habitação municipal e de outros contextos socioterritoriais degradados**. Este eixo de intervenção direcionar-se-á, nas comunidades desfavorecidas correspondentes a bairros sociais, para intervenções de requalificação do edificado e dos espaços públicos e equipamentos existentes e, nas comunidades desfavorecidas de outros tipos, para os respetivos problemas específicos. No caso da comunidade desfavorecida da Azenha, a intervenção estará intimamente articulada com as operações visando a criação dos equipamentos e serviços associados à constituição no local de uma das “portas de entrada” do Parque das Serras do Porto. Nas comunidades desfavorecidas de Gandra, tratar-se-á de proceder à correção dos problemas detetados em matéria de construção clandestina e/ou precária e de organização da circulação e dos espaços públicos.

Intimamente associado ao eixo de intervenção a que acaba de ser feita referência está um terceiro eixo de intervenção do PAICD do PEDU de Valongo, neste caso vocacionado para a **(re) qualificação e animação do espaço público, designadamente através da valorização do património cultural e identitário da cidade**. Tendo como contexto de expressão os espaços residenciais objeto de intervenção no âmbito do segundo eixo de intervenção estratégica mencionado, com especial enfoque nos bairros sociais, muitos dos quais apresentam uma situação de considerável depreciação social e simbólica, este eixo de intervenção contribuirá para aproximar os diferentes núcleos populacionais e para favorecer a interligação entre as áreas mais periféricas e as áreas centrais das diversas freguesias, favorecendo novas formas de apropriação do espaço e ampliando as oportunidades de interconhecimento, integração comunitária e participação cívica. Tendo como âncoras os diversos equipamentos culturais do concelho e outros cuja criação está prevista nas prioridades de investimento do Município para o período de 2015 a 2020 (Arquivo Municipal, Oficina do Brinquedo, Oficina de Promoção do Pão, da Regueifa e do Biscoito, centro interpretativo na Azenha, entre outros), este eixo de intervenção articular-se-á intimamente com os investimentos do projeto “Incluir pela Cultura” e promoverá iniciativas diversas de encontro intercultural e intergeracional, animação do espaço público e educação não formal.

Intervindo sobre a realidade característica das áreas residenciais mais envelhecidas, com destaque para a comunidade desfavorecida da Gandra, um quarto eixo de intervenção terá como mote fundamental a **promoção da solidariedade intergeracional e do envelhecimento ativo da população idosa**. Articulando-se com uma intervenção física de reordenamento dos espaços de circulação e de eliminação de barreiras arquitetónicas, este eixo de intervenção, articulado com o projeto “Valor+

Sénior”, fornecerá uma oportunidade de fomento da inovação e do empreendedorismo social, através da constituição de formas de incentivo à idealização e concretização de respostas em matéria de transporte social flexível, promoção da atividade física, educação e formação de adultos e outras modalidades de confrontação das problemáticas associadas ao envelhecimento e ao isolamento social.

#### **Sítios eletrónicos das dinâmicas de intervenção social em curso**

Ação Sénior - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/a%C3%A7%C3%A3o-s%C3%A9nior>

Ação Social Escolar - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/a%C3%A7%C3%A3o-social-escolar>

Associações Culturais - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/associa%C3%A7%C3%B5es-culturais>

Atividades de Animação e Apoio à Família - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/atividades-de-anima%C3%A7%C3%A3o-e-apoio-%C3%A0-fam%C3%ADlia>

Banco Local de Voluntariado - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/banco-local-de-voluntariado>

Centros Escolares - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/centros-escolares>

Coletividades desportivas - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/coletividades-desportivas>

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/comiss%C3%A3o-de-prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-jovens>

Deficiência - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/defici%C3%Aancia>

Equipamentos Culturais - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/equipamentos-culturais>

Equipamentos desportivos - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/equipamentos-desportivos>

Igualdade de Género - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/igualdade-de-g%C3%A9nero>

Outras ações promovidas pelo Município - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/outras-a%C3%A7%C3%B5es-promovidas-pelo-munic%C3%ADpio>

Projetos Educativos promovidos pelo Município - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/projetos-educativos-promovidos-pelo-munic%C3%ADpio>

Rede Escolar - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-escolar>

Rede Social de Valongo - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#rede-social---o-que-é>

Serviço de Refeições Escolares - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/servico-de-refeicoes-escolares>

### 3. Identificação indicativa das ações e investimentos a desenvolver

Considerando os elementos de diagnóstico anterior, **os objetivos que norteiam a intervenção** são:

1. Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação.
2. Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas.
3. Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica.
4. Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração.
5. Combater o insucesso escolar e a integração dos jovens.
6. Promover dinâmicas de inclusão social integradas ao nível cultural, económico, social e simbólico dentro de um quadro de desenvolvimento comunitário sustentado.

Assim, o PAICD do PEDU de Valongo **propõe as seguintes ações:**

#### **(Re) qualificação do espaço público**

- 3.1. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Sampaio
- 3.2. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER S. Bartolomeu
- 3.3. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Barreiro
- 3.4. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Baldeirão II
- 3.5. Modernização e Requalificação do Espaço Público de PER Balseilhas
- 3.6. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Outrela
- 3.7. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Galinheiro
- 3.8. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Palmilheira
- 3.9. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Montes da Costa
- 3.10. Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Serra Amarela
- 3.11. Requalificação do Espaço Público da Azenha
- 3.12. Requalificação do Espaço Público da Gandra

#### **Reabilitação ou criação física dos edifícios e equipamentos coletivos**

- 3.13. Centro de Apoio à Empregabilidade e Empreendedorismo com base nos recursos naturais
- 3.14. Oficina do Brinquedo Tradicional
- 3.15. Reabilitação do Mercado de Ermesinde
- 3.16. Quinta Pedagógica do Passal para Inclusão Social

### **Reabilitação da habitação de cariz social**

- 3.17. Reabilitação de Habitação Social PER Sampaio
- 3.18. Reabilitação de Habitação Social PER S. Bartolomeu
- 3.19. Reabilitação de Habitação Social PER Barreiro
- 3.20. Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão I
- 3.21. Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão II
- 3.22. Reabilitação de Habitação Social PER Balseilhas
- 3.23. Reabilitação de Habitação Social PER Outrela
- 3.24. Reabilitação de Habitação Social PER Serra Amarela
- 3.25. Reabilitação de Habitação Social PER Padre António Vieira
- 3.26. Reabilitação de Habitação Social PER Primeiro de Maio
- 3.27. Reabilitação de Habitação Social PER Palmilheira
- 3.28. Reabilitação de Habitação Social PER Montes da Costa
- 3.29. Reabilitação de Habitação Social PER Mirante dos Sonhos
- 3.30. Reabilitação de Habitação Social Bairro do Calvário
- 3.31. Reabilitação de Habitação Social PER Galinheiro

### **Projetos transversais a todas as áreas desfavorecidas de Valongo de carácter imaterial**

- 3.32. Ajuda + (Emergência Social)
- 3.33. Emprego Solidário ECO CULTURA
- 3.34. Valongo Heritage
- 3.35. Áreas residenciais saudáveis
- 3.36. Educar e Capacitar PLUS

### **PRIORIDADES:**

**1ª PRIORIDADE** - Ações nº 3.11; 3.12; 3,14; 3,16 e da 3.17 à 3.31.

**2ª PRIORIDADE** - Ações nº da 3.1 à 3.10; 3.13 e 3,15

## Bibliografia

AVL [Agência para a Vida Local da Câmara Municipal de Valongo]; CESIS [Centro de Estudos para a Intervenção Social] (2013) - *I Plano municipal para a igualdade*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#guia-para-a-inclusão>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2009) – *O concelho em números: crianças – jovens em risco e violência doméstica*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2009) – *O concelho em números: habitação*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2009) – *O concelho em números: imigração*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2010) – *Diagnóstico social do concelho de Valongo*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#documentos-produzidos>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2010) – *O concelho em números: deficiência e incapacidades*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2010) – *O concelho em números: equipamentos e respostas sociais*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) – *O concelho em números: educação*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) – *O concelho em números: mercado de trabalho e desemprego*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) – *O concelho em números: proteção social e rendimentos*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) – *O concelho em números: segurança*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) – *O concelho em números: território e população*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#o-concelho-em-números>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2011) - *Plano de desenvolvimento social do concelho de Valongo 2011- 2014*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#documentos-produzidos>

CLASV [Conselho Local de Ação Social de Valongo] (2014) – *Plano de ação 2014*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#documentos-produzidos>

ETDEASD-CMV [Equipa Técnica da Divisão de Educação, Ação Social e Desporto da Câmara Municipal de Valongo] (2014) – *Caracterização socioeconómica da população residente nos empreendimentos de habitação social, concelho de Valongo*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. Disponível em: inserir link

INE (2014) - *Censos 2011: ficheiros síntese por freguesia segundo a CAOP 2012; por lugar; por subsecção*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_ficheirosintese](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese)

## Sítios eletrónicos

Ação Sénior - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/a%C3%A7%C3%A3o-s%C3%A9nior>

Ação Social Escolar - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/a%C3%A7%C3%A3o-social-escolar>

Associações Culturais - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/associa%C3%A7%C3%B5es-culturais>

Atividades de Animação e Apoio à Família - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/atividades-de-anima%C3%A7%C3%A3o-e-apoio-%C3%A0-fam%C3%ADlia>

Banco Local de Voluntariado - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/banco-local-de-voluntariado>

Centros Escolares - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/centros-escolares>

Coletividades desportivas - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/coletividades-desportivas>

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/comiss%C3%A3o-de-prote%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-e-jovens>

Deficiência - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/defici%C3%Aancia>

Equipamentos Culturais - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/equipamentos-culturais>

Equipamentos desportivos - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/equipamentos-desportivos>

Igualdade de Género - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/igualdade-de-g%C3%A9nero>

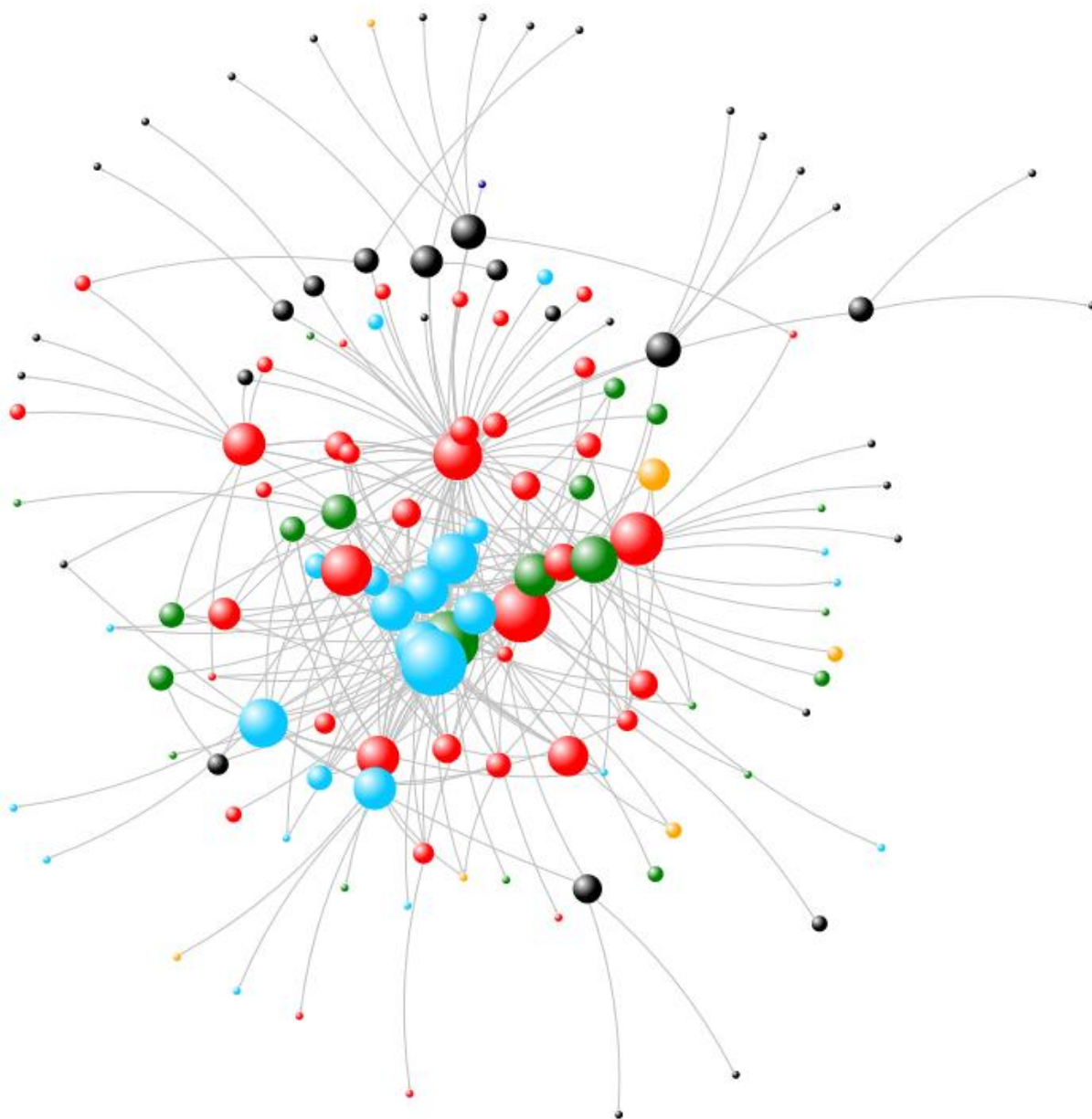
Outras ações promovidas pelo Município - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/outras-a%C3%A7%C3%B5es-promovidas-pelo-munic%C3%ADpio>

Projetos Educativos promovidos pelo Município - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/projetos-educativos-promovidos-pelo-munic%C3%ADpio>

Rede Escolar - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-escolar>

Rede Social de Valongo - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/rede-social#rede-social---o-que-é>

Serviço de Refeições Escolares - <http://www.cm-valongo.pt/municipes/servico-de-refeicoes-escolares>



# PEDU

## MODELO DE GOVERNAÇÃO

## Sumário

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	<b>176</b>
<b>1. MODELO DE GESTÃO</b> .....	<b>177</b>
COMPONENTE ESTRATÉGICA .....	178
COMPONENTE DE GESTÃO .....	178
RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS .....	179
<b>2. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO</b> .....	<b>179</b>
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO .....	180
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO .....	181
RELATÓRIOS ANUAIS DE EXECUÇÃO .....	182
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA .....	183
<b>3. ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS</b> .....	<b>183</b>

## Siglas e abreviaturas

Art. – Artigo

Reg. – Regulamento

EU – União Europeia

CM – Câmara Municipal

AU – Autoridades Urbanas

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

## 1. Modelo de Gestão

De acordo com o n.º 5 do Artigo 7.º do Reg. (UE) 1301/2013, a Autoridade de Gestão (AG) do Norte 2020 determinará, em consulta com as autoridades urbanas (AU), o âmbito das funções a desempenhar relativas à gestão das AIDUS.

Por seu turno, o Art.º 123º do Reg.º (UE) 1303/2013 determina que o documento de designação condicionará a conformação do modelo de gestão a adotar na medida em que irá definir as atribuições e competências a exercer pelas AU.

Em coerência com o previsto na regulamentação europeia, o Reg. Específico SEUR prevê no seu Art. 126º que as AU são responsáveis pela seleção das operações, cabendo-lhes proceder à aplicação dos critérios de seleção e atestar a conformidade da operação com o respetivo PEDU. Apesar de subsistirem incertezas quanto às funções a delegar pela AG nas AU, cumpre propor um modelo de gestão capaz de assegurar a prossecução da estratégia e a execução dos três planos, identificando os recursos necessários ao seu funcionamento.

O desenho do modelo de gestão proposto, como poderá ser comprovado a seguir, obedece integralmente aos princípios em que assenta a governação do Portugal 2020, designadamente os princípios da: transparência e prestação de contas; participação; segregação das funções de gestão e da prevenção dos conflitos de interesses; e da racionalidade económica.

Assim, o modelo de governação proposto compreende duas componentes distintas: um nível estratégico, diretamente relacionado com o desenvolvimento urbano e que visa garantir a realização dos objetivos estratégicos do PEDU; e um nível de gestão que visa garantir a adequada gestão da execução física, financeira e administrativa.

Esta distinção corresponde a uma clara diferenciação entre a natureza das funções e visa refletir a preocupação com a segregação de funções, na medida em que a Câmara Municipal de Valongo, assume, simultaneamente, a qualidade de AU mas, também, age como promotor e beneficiário de candidaturas.

A coordenação de alto nível competirá à Câmara Municipal de Valongo dos níveis estratégico e de gestão. Não obstante, será realizada no respeito pelas atribuições e competências da Assembleia Municipal, previstas na lei.

### **Componente Estratégica**

A esfera de atuação estratégica respeita a todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento urbano, designadamente com a estratégia e com a sua concretização através dos planos de ação.

Desempenharão, neste âmbito, um papel de grande relevo:

- Os serviços técnicos do Município nas diferentes áreas de atuação a que caberá assegurar a execução física e financeira de um conjunto de projetos de que o Município será promotor e zelar pela coerência da ação com a estratégia do PEDU. Ficará a cargo dos serviços municipais a comunicação, a animação e gestão da parceria bem como apoiar tecnicamente a execução de projetos promovidos por outras entidades;
- A Comissão de Acompanhamento (CA), a criar, que agregará os atores, públicos ou privados, cuja ação afeta o desenvolvimento urbano.

### **Componente de Gestão**

O modelo de governação comporta, também, uma componente que respeita à gestão financeira, física e administrativa da subvenção global. No estrito respeito de princípio da segregação de funções, entendeu-se criar um Secretariado Técnico dedicado exclusivamente às tarefas de seleção de projetos, verificação das condições de elegibilidade, acompanhamento, gestão e controle físico e financeiro da execução das operações.

Será criada, no contexto do município, uma estrutura de apoio técnico autónoma, dedicada exclusivamente a desempenhar estas funções.

O Secretariado Técnico encontra-se estruturado em torno de uma área de coordenação e em quatro áreas funcionais (área administrativa e financeira; análise e controlo administrativo e financeiro), visando o respeito o princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as funções previstas para cada área. De referir a este propósito que se procederá à separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações físicas.

## Recursos Técnicos e Humanos

O modelo de governação proposto implica a afetação de recursos humanos adequados, a tempo inteiro ou parcial. Relativamente a cada componente, estratégica e de gestão, será designado um coordenador que responderá diretamente perante a Câmara Municipal de Valongo, enquanto órgão de coordenação de topo.

De ponto de vista das competências técnicas, na componente estratégica, será necessário reforçar com recursos técnicos especializados nas áreas de:

- Planeamento e gestão urbana e de projeto e
- Animação da parceria e comunicação.

A componente de gestão requer, por seu lado, a afetação de recursos técnicos especializados nas áreas de:

- Gestão financeira e administrativa de fundos estruturais e
- Jurídica e contratação pública.

A complexidade técnica e a diversidade das temáticas que compõe do PEDU, poderá requerer o recurso a consultadoria externa especializada em casos pontuais, face à ausência de recursos e competências internos adequados.

## 2. Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação

O exercício de monitorizar e avaliar é encarado como um sistema dinâmico e em permanente atualização, capaz de recolher a informação, estruturar e articular indicadores, analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas ações quer nos próprios objetivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem.

No sistema de monitorização e avaliação os indicadores servem vários propósitos: são a base de apoio (a informação) para a análise e a formulação de políticas; possibilitam a avaliação das estratégias e dos objetivos; a medição dos resultados e os impactos das intervenções; e são facilitadores de comunicação entre os diferentes agentes.

No âmbito do PEDU Valongo será implementado um sistema de monitorização e avaliação territorial tendo em consideração dois objetivos:

1. Apoiar e informar a os órgãos de governação e a gestão, constituindo-se como um elemento do processo de tomada de decisão;
2. Envolver e responsabilizar atores e instituições em torno de objetivos partilhados de desenvolvimento urbano. (abordado no ponto seguinte)

O sistema de informação e monitorização deve dar informações sobre a evolução da realidade urbana, tendo em conta as grandes questões de desenvolvimento urbano. Este sistema de informação e monitorização deve informar os atores e instituições de forma a promover o seu envolvimento e responsabilização nos processos de desenvolvimento que se quer incentivar. Assim, tem também de fornecer informação sobre os processos de intervenção em curso, nomeadamente os projetos financiados e orientados pelos objetivos estratégicos do PEDU, de forma a apoiar e responsabilizar a base institucional.

Para o acompanhamento, monitorização e avaliação do PEDU serão postos em prática os seguintes instrumentos:

### **Comissão de Acompanhamento**

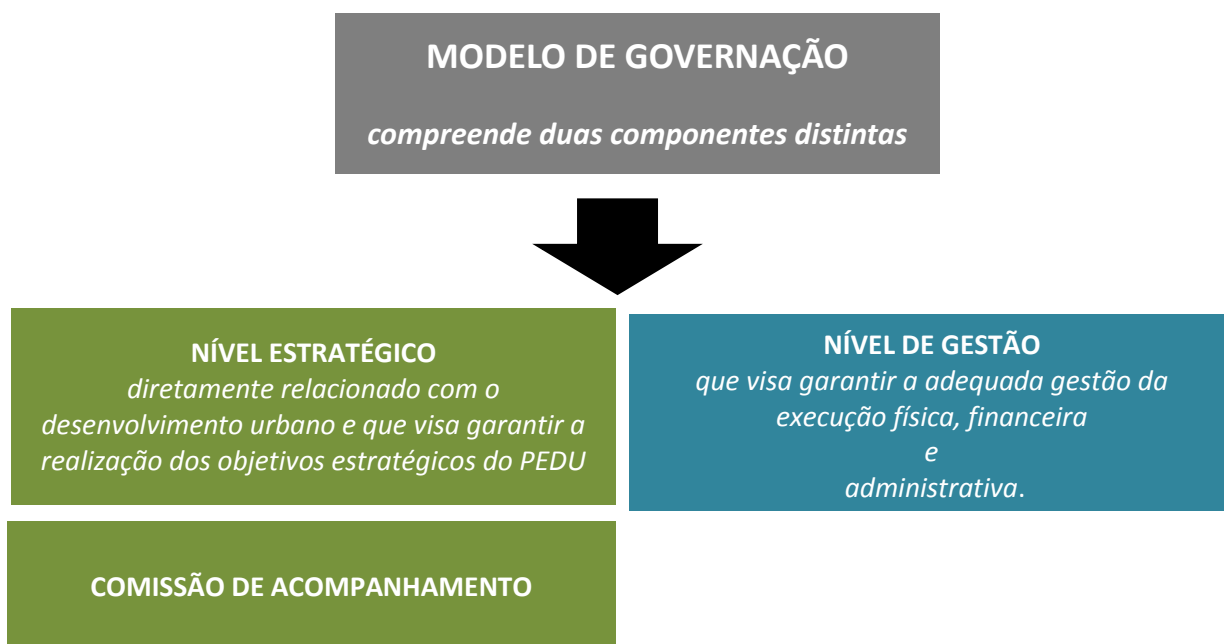
Prevê-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento (CA) do PEDU de Valongo, constituída pelas seguintes entidades:

- CM de Valongo que preside;
- IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- ISS - Instituto da Segurança Social, Centro Distrital do Porto;
- IEFP – Centro de Emprego de Valongo;
- Infraestruturas de Portugal;
- AMP – Área Metropolitana do Porto;
- Associação Empresarial e Industrial do Concelho de Valongo;
- SCM VALONGO - Santa Casa da Misericórdia de Valongo;
- CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- CLAS - Conselho Local de Ação Social;
- Outras entidades a convidar por decisão da própria Comissão de Acompanhamento

A CA, não obstante deter natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as deliberações por si tomadas um carácter vinculativo, apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização estratégica ao longo de todo o período de execução do PEDU de Valongo.

- Competirá à Comissão de Acompanhamento:
- Emitir pareceres sobre quaisquer matérias colocadas sob a sua apreciação pela CM de Valongo;
- Apreciar o Relatório Anual de Execução do PEDU;
- Apreciar o Relatório Intercalar e o Relatório Final de Avaliação Estratégica do PEDU de Valongo

A CA deverá reunir para análise e avaliação da operacionalização da estratégia e dos planos de ação, pelo menos, uma vez por ano, podendo, ainda, reunir sempre que para o efeito for convocada pela sua presidência.



### Sistema de monitorização

O PEDU de Valongo identifica um conjunto de indicadores de realização e de resultados e respetivas metas que constituem o quadro de referência para a monitorização e avaliação plano. Convém frisar que a verificação da evolução de alguns indicadores, designadamente dos indicadores de resultado dependerá da realização de inquéritos. Para assegurar a coerência entre os resultados obtidos, pelo

menos no contexto da Região do Norte, será importante harmonizar e uniformizar os instrumentos a utilizar por todos os PEDU apoiados no âmbito do eixo urbano do Norte 2020.

O sistema de informação e monitorização do PEDU de Valongo encontra-se organizado em função:

- dos objetivos identificados na estratégia do Plano, tendo em vista a avaliação da **eficiência do PEDU** (resultados atingidos em função dos objetivos estratégicos);
- do plano de ação (inclui os meios financeiros), tendo em vista a avaliação da **eficácia dos Planos** (resultados atingidos em função dos Planos de Ação) e o **impacto dos Planos** (efeitos atingidos em função dos Planos de Ação).

Ao conjunto de indicadores e metas propostos em sede de candidatura deverão ser acrescentados outros indicadores e metas que possam vir a ser, consensualmente, assumidos pela parceria para o desenvolvimento urbano de Valongo.

O sistema de indicadores de informação e monitorização deve assim ser complementado durante o processo de execução e discutido no âmbito dos órgãos que integram o modelo de governação, em articulação com a AG, pois as metas atingir correspondem a níveis de responsabilização das instituições envolvidas na execução dos respetivos Planos.

### **Relatórios Anuais de Execução**

A elaboração de relatórios anuais de execução do PEDU constitui um instrumento importante de monitorização do PEDU e da execução dos planos.

As estruturas técnicas de apoio responsáveis pelas componentes estratégia e de gestão do PEDU serão encarregadas de elaborar, até ao final do primeiro trimestre de cada ano, um Relatório Anual de Execução do PEDU, circunstanciado que contenha um balanço do processo de implementação da estratégia bem como do lançamento dos convites à apresentação de candidaturas e da execução física e financeira dos projetos.

O relatório será objeto de apreciação em sede de CA e de aprovação pela CM de Valongo.

## **Avaliação Estratégica**

A avaliação estratégica terá por objetivo avaliar a qualidade da elaboração e da execução do PEDU bem como avaliar a eficácia, eficiência e impacto resultantes da sua execução no período em questão. O processo de avaliação estratégica que se propõe levar a efeito terá dois momentos distintos e sequenciais:

- Elaboração do Relatório Intercalar de Avaliação Estratégica - a realizar em 2019 e reportado a 31 de Dezembro de 2018;
- Elaboração do Relatório Final de Avaliação Estratégica – a realizar em 2022 e reportado ao período integral de execução do PEDU.

Esta avaliação será executada por peritos externos funcionalmente independentes da AU.

### **3. Envolvimento e responsabilidade dos parceiros**

Tendo em vista assegurar o envolvimento das instituições e das comunidades locais na preparação do PEDU de Valongo, o Município desenvolveu um conjunto de iterações e de iniciativas, enquanto instituição promotora e dinamizadora do processo.

Paralelamente, e ainda no âmbito da preparação da candidatura, foi contactado diretamente e convidado a integrar a parceria um conjunto alargado de entidades, cuja ação ou atividade é relevante em matéria de desenvolvimento urbano.

Através destes contactos, efetuados pela Câmara Municipal de Valongo, foi possível identificar um conjunto de intenções de investimento em projetos identificados nos diferentes planos de ação que compõem o PEDU de Valongo, designadamente, através do recurso ao Instrumento Financeiro, não obstante o seu recorte regulamentar exato não ser, neste momento, conhecido de forma integral.

No que se refere às empresas privadas que integram a parceria, procedeu-se à sua identificação bem como dos respetivos investimentos tendo sido promovida a sua inscrição no Balcão 2020.

O envolvimento dos parceiros institucionais bem como a responsabilidade assumida por estes foi objeto de formalização através da comunicação formal da intenção de promoção de projetos e a manifestação de vontade de participar na parceria que está na base do PEDU de Valongo

Desta forma, a parceria constituída em torno da candidatura do PEDU de Valongo revela uma abrangência e uma relevância significativas, reunindo um conjunto de entidades públicas e privadas com uma ação relevante nas diferentes áreas de intervenção abrangidas pelo Plano de Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Valongo.